



Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº036/2026

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADOS

ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S): Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 154.421,89

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM – (subitem 9.1.1 do TR)

MODO DE DISPUTA: ABERTO – (subitem 9.1.1 do TR)

HAVERÁ TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

DA SESSÃO PÚBLICA: Na data, horário e local abaixo indicados, será realizada a abertura da Sessão Pública.

Data da sessão: 18/05/2026

Horário: 09:00 horas (horário de Brasília-DF).

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

UASG: 986681 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

Somente no Portal de Compras do Governo Federal (comprasnet), o presente processo licitatório figurará com o número 90.036/2026

Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA**, sediada na Rua Bahia, nº40 - Centro, Marília - SP, por meio da Secretaria Municipal de Suprimentos, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 14.464 de 27 de setembro de 2024 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

O presente processo será conduzido pelo Sra. Vera lúcia Pretti na função de Pregoeiro, conforme designação da Portaria nº 43397/2023.

Esta licitação atende ao Processo Adm. 38.104/2025

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a Aquisição de Equipamentos, Mobiliário, Materiais de Consumo e Serviço de Instalação de Tela em Fibra de Vidro visando atender à Modernização do Banco Municipal de Alimentos, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será dividida em itens conforme descrição constante em arquivo anexo, devendo o licitante apresentar proposta que atenda integralmente às exigências estabelecidas.

1.2. O demonstrativo contendo o orçamento estimado e máximo aceitável, com quantitativos e custos unitários, encontra-se anexado ao processo, o qual é parte integrante do presente edital.

2. DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

2.1. Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

2.1.1. ORGÃO: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL

2.1.2. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.15.00-SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

2.1.3. UNIDADE EXECUTORA: 02.15.02 – DIREITOS HUMANOS

2.1.4. CATEGORIA ECONÔMICA: 4.4.90.52-00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE-FEDERAL

2.1.5. FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 14.306.0221.2.306

2.1.6. ORGÃO: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL

2.1.7. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.15.00-SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

2.1.8. UNIDADE EXECUTORA: 02.15.02 – DIREITOS HUMANOS

2.1.9. CATEGORIA ECONÔMICA: 4.4.90.52-00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE-TESOURO

2.1.10. FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 14.306.0221.2.306

2.1.11. ORGÃO: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL

2.1.12. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.15.00-SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

2.1.13. UNIDADE EXECUTORA: 02.15.02 – DIREITOS HUMANOS

2.1.14. CATEGORIA ECONÔMICA: 3.3.90.30.00- MATERIAL DE CONSUMO-FEDERAL

2.1.15. FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 14.306.0221.2.306

2.1.16. ORGÃO: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL

2.1.17. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.15.00-SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

2.1.18. UNIDADE EXECUTORA: 02.15.02 – DIREITOS HUMANOS

2.1.19. CATEGORIA ECONÔMICA: 3.3.90.30.00- MATERIAL DE CONSUMO-TESOURO

2.1.20. FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 14.306.0221.2.306

2.1.21. ORGÃO: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

2.1.22. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.15.00-SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

2.1.23. UNIDADE EXECUTORA: 02.15.02 – DIREITOS HUMANOS

2.1.24. CATEGORIA ECONÔMICA: 3.3.90.39.00- OUTROS SERV. DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA-FEDERAL

2.1.25. FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 14.306.0221.2.306

2.1.26. ORGÃO: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL

2.1.27. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.15.00-SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

2.1.28. UNIDADE EXECUTORA: 02.15.02 – DIREITOS HUMANOS

2.1.29. CATEGORIA ECONÔMICA: 3.3.90.39.00- OUTROS SERV. DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA-TESOURO

2.1.30. FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 14.306.0221.2.306

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal.

3.2. Os documentos a serem apresentados deverão estar em nome da licitante com o mesmo CNPJ cadastrado nos sistemas supracitados.

3.2.1. Será considerado o CNPJ raiz em casos como empresas com sede e filiais.

3.3. Poderão participar do processo interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem acima e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

3.7. Não poderão disputar esta licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

- 3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os dois itens acima poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.7.4.1. O disposto nos dois itens mencionados, relativo ao autor dos projetos e a empresa, não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.7.4.2. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.7.5. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.5.1. O impedimento de que trata o item acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.7.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da contratação o agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

3.7.9.1. A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação ocorrerá após as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento das propostas.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2.1. Apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Edital e seus Anexos.

4.2.2. A anexação de arquivos no sistema será exigida após as fases de apresentação de propostas iniciais e lances.

4.3. Com vista às análises da proposta e da habilitação, no cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Manifesta ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

4.3.2. Sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo - (DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO).

4.3.3. Atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório - (DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO).

4.3.4. Inexiste impedimento a sua habilitação e comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

4.3.5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas - (DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO).

4.3.6. Manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação - (DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO).

4.3.7. Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

4.3.8. Observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

4.3.9. Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O licitante poderá retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta do licitante convocado para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.

4.8. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante encaminhará sua proposta informando, no sistema eletrônico:

5.1.1. **VALOR UNITÁRIO DO ITEM** em moeda nacional corrente, correspondente ao objeto de interesse e compreendendo integralmente às exigências estabelecidas.

5.1.2. Até o envio da proposta escrita deverá ser definida(o) Marca e/ou Fabricante para o objeto ofertado.

5.1.3. Ao encaminhar sua proposta será vedada a identificação do licitante.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com este edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de encerramento para entrega das propostas iniciais, conforme subitem 5.4.1 do Termo de Referência.

5.7. O licitante deve respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participar de licitações públicas e por isso deve respeitar todos os preços estimados constantes no processo como máximos aceitáveis para elaboração de sua proposta.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

6.2. Será desclassificada a proposta que identifique licitante ou cujo conteúdo seja revelado ou divulgado antes da abertura oficial, conforme depreende-se das disposições do art. 337-J do Código Penal – “violação de sigilo em licitação - Devassar o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo”.

6.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento por todos os participantes.

6.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.6. Somente após o término da fase de disputa é que serão feitas análises relativas a proposta arrematante, com possíveis realizações de negociações, diligências, dentre outras ações.

6.7. Após a etapa de lances, o sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e o licitante.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, o licitante deverá encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.9. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM**.

6.10. O licitante poderá oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital e seus anexos.

6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.12. O intervalo mínimo de diferença de percentual entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).

6.13. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

6.14. Será adotado para o envio de lances o **MODO DE DISPUTA “ABERTO”**, em que o licitante apresentará lances públicos e sucessivos, podendo ocorrer prorrogações automáticas.

6.14.1. No modo de disputa aberto, a fase de lances resume-se à disputa eletrônica, realizada por todos os licitantes, oportunidade em que os valores são registrados pelo sistema e o lance vencedor é aquele que contém o melhor preço, obtido no encerramento da sessão.

6.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.17. Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível ao licitante para a recepção dos lances.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas, os critérios de desempate serão aqueles previstos no art. 22 do Decreto Municipal 14.464/2024, nesta ordem:

6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2. como critério de desempate previsto no art. 60, III, da Lei Federal nº 14.133/2021, para efeito de comprovação de desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, poderão ser consideradas no edital de licitação, desde que comprovadamente implementadas, políticas internas tais como programas de liderança para mulheres, projetos para diminuir a desigualdade entre homens e mulheres e o preconceito dentro das empresas, inclusive ações educativas, distribuição equânime de gêneros por níveis hierárquicos, dentre outras.

6.20.1.3. esgotadas todas as demais hipóteses do art. 60, da Lei Federal nº 14.133/2021, e permanecendo o empate entre empresas, poderá ser realizado o sorteio.





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, inclusive na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando não for possível fechamento de negócio com o primeiro colocado.

6.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta Anexo “MODELO DE PROPOSTA” adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos seguintes complementos:

6.21.4.1. DECLARAÇÃO DE NÃO VÍNCULO E ENQUADRAMENTO - modelo Anexo;

6.21.4.2. Identificação da Marca e/ou Fabricante do objeto ofertado.

6.21.4.3. Descrição do objeto ofertado ou declaração de que este corresponde a todas as especificações deste edital e seus anexos.

6.21.4.4. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido.

6.21.5. Após a fase de disputas, serão admitidos valores com até duas casas decimais, salvo para acerto de valores unitários inferiores a R\$1,00 (um real), para os quais serão admitidas até quatro casas decimais.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

7.1.4. CNJ CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade;

7.1.5. TCU Inidôneos - Licitantes Inidôneos

7.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos itens “7.1.2” a “7.1.5” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.3. Relação de Apenados – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Verificadas as condições de participação o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas neste edital e seus anexos;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. Serão efetuadas análises nas operações aritméticas. Caso o Licitante detentor da melhor proposta apresente qualquer valor acima do orçado pela Administração, será disponibilizada a possibilidade de adequação de sua proposta e/ou planilha, readequando os valores dentro do estimado e máximo aceitável apresentado pela Administração.

7.8. A mesma conduta do item anterior será adotada pelo Pregoeiro se as informações constantes nos documentos apresentados pelo Licitante não estiverem de acordo com as determinações.

7.9. Erros no preenchimento de documentos não constituem motivo para a desclassificação da proposta. O documento poderá ser ajustado pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos neste Edital e seus anexos, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, os quais dizem respeito à:

8.1.1. Documentação relativa à habilitação jurídica atualizada – conforme subitem 9.3.1 do Termo de Referência;

8.1.2. Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista – conforme subitem 9.3.2 do Termo de Referência;

8.1.3. Documentação relativa à qualificação econômico-financeira – conforme subitem 9.3.3 do Termo de Referência;

8.1.4. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

Declaração Que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos é dessa empresa a ser contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readaptações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado; Conforme Cláusula II, subitem 2.2., número XXIV Do Contrato de Repasse.

8.1.5. Para fins de habilitação, a documentação apresentada deverá comprovar regularidade preexistente no momento da abertura da sessão pública do certame (art. 64, I, Lei 14.133/2021).

8.1.6. Após o momento de abertura da sessão pública do certame, as condições de habilitação deverão ser mantidas pelo licitante durante todo o procedimento licitatório e até o findar da vigência da contratação.

8.1.7. Documento em língua estrangeira será inicialmente recebido em tradução livre.

8.1.8. Na hipótese de o licitante se sagrar vencedor, para fins de assinatura do contrato, os referidos documentos exigidos para a habilitação deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no País ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.2. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.3. Será verificado se o licitante apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021) e em outras normas específicas.





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

8.4. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

8.5. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.6. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.6.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.7. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.7.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro, podendo este período ser prorrogado pelo mesmo.

8.8. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.8.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal dispostos neste edital e seus anexos somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, em consonância com o art. 29 do Decreto Municipal 14.464/2024;

8.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.10. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este presente edital e seus anexos.

8.12. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

9. DO RECURSO

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitante, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Será concedido, em campo próprio do sistema, prazo para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer a partir de intimação ou de lavratura de ata.

9.3. A intenção de recorrer deverá ser manifestada em seguida ao ato decisório, sob pena de preclusão;

9.4. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 60 (sessenta) minutos.

9.5. Manifestada a intenção de recorrer, o prazo recursal para entrega das razões será de 3 (três) dias úteis e serão contados somente da data de intimação ou de lavratura da ata que estabeleça um resultado final para a disputa.

9.6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.9. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.11. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.12. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES NA LICITAÇÃO

10.1. O LICITANTE será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, com intenção de frustrar ou procrastinar;

10.1.2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.3. não celebrar a contratação ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5. fraudar a licitação;

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao licitante e/ou adjudicatário as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. impedimento de licitar e contratar;

10.2.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas acima previstas que estão em conformidade com os incisos IV, V e VI do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.5. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas acima previstas que estão em conformidade com os incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.6. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será precedida de análise jurídica e observará a seguinte regra:

10.6.1.1. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do secretário municipal;

Assinado por 1 pessoa: HÉLIDE MARIA PARRERA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marilia.1doc.com.br/verificacao/84E9-9424-7C54-9B72> e informe o código 84E9-9424-7C54-9B72





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

10.7. A aplicação das sanções previstas em conformidade com o art. 156 da Lei 14.133/2021, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.8. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10.10. Serão indeferidas pela Administração, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratações da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.12. A personalidade jurídica da LICITANTE poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste processo ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a LICITANTE, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13. A Administração Pública Municipal deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES NA CONTRATAÇÃO

11.1. A pessoa CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

11.2. Para a CONTRATAÇÃO, comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- der causa à inexecução parcial da contratação;
- der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total da contratação;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da contratação;
- f) praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.3. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.3.1. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial da contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.3.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima da Contratação, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. MULTA:

11.3.4.1. moratória de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

11.3.4.2. moratória de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, entre 11 (onze) e 20 (vinte) dias;

11.3.4.3. moratória de 1,00% (um centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida há 21 (vinte e um) dias ou mais, até o limite de 30% (trinta por cento);

11.3.4.4. compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, no caso de inexecução total do objeto.

11.4. A aplicação das sanções previstas neste processo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Todas as sanções previstas neste processo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

11.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- 11.7.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.7.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 11.7.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.7.4. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- 11.7.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratações da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.9. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste processo ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento serão recebidos por forma eletrônica, pelo endereço: <https://www.marilia.sp.gov.br/central-de-servicos---licitacao>





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DO CONTRATO

13.1. A empresa vencedora será convocada pela Divisão de Contratos do Município, para assinar o instrumento da contratação, conforme subitem 7.1.1 do Termo de Referência.

13.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme subitem 5.3 e seus subitens- do Termo de Referência.

13.3. Não será admitida pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme subitem 9.2 e seus subitens-do Termo de Referência.

13.4. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

13.4.1. A gestão do Contrato se dará conforme disposições contidas no item 7 e seus subitens do Termo de Referência.

13.5. DA VIGÊNCIA

13.5.1. A vigência se dará conforme item subitem 7.2 do Termo de Referência;

13.6. DO REAJUSTE DE PREÇO

13.6.1. Os preços inicialmente contratados somente poderão sofrer reajuste conforme disposições contidas no subitem 7.3 e seus subitens do Termo de Referência;

13.6.2. As alterações no Contrato serão formalizadas através de Termos Aditivos ou Apostilamentos, conforme o caso.

13.7. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

13.7.1. Para assegurar a perfeita execução do objeto, em conformidade com as condições determinadas, ficará nomeado para dirigir e acompanhar os trabalhos os servidores municipais dispostos nos subitens 7.5 e seus subitens e 7.6 e seus subitens do Termo de Referência.

14. DO MODO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1. O objeto, rigorosamente de acordo com este edital, seus anexos e o ofertado na proposta, deverá ser executado, conforme item 6 e seus subitens- do Termo de Referência.

15. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

15.1. Os critérios de medição, liquidações e pagamentos serão efetuados de acordo com item 8 e seus subitens do Termo de Referência.

15.2. A não aceitação do objeto pela Fiscalização implicará na suspensão imediata do pagamento.





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

16. DAS GARANTIAS

16.1. GARANTIA DO OBJETO - Cumprida a entrega, o contratado deverá garantir o objeto após sua efetiva entrega com obediência ao que dispõe subitem 5.5.3 e seus subitens do Termo de Referência.

17. DO MAPA DE RISCOS

17.1. As análises dos riscos compreendidos foram dispensadas conforme item 1 do Termo de Referência

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A documentação exigida poderá ser apresentada através de documento informatizado obtido via Internet, com data de expedição não anterior a 90 (noventa) dias, contados da data de encerramento para entrega das propostas iniciais, se outro prazo de validade não constar nos documentos.

18.2. Será divulgada ata da sessão pública.

18.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a situação será analisada e a solução será comunicada pelo Pregoeiro.

18.4. O normal funcionamento e atendimento ao público na Secretaria Municipal de Suprimentos ocorrem em dias úteis, das 8 horas às 17 horas.

18.5. Todas as referências de tempo neste Edital e seus anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.8. O licitante assume todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Somente serão contados os dias integrais e de expediente na Administração e, desde que não haja disposição diversa procedente do órgão requisitante.

18.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais, não-digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

18.12. As comunicações oficiais se darão conforme determina o art. 7º, da Lei Municipal 9.184/2024 – “Complementando a publicidade obrigatória dos atos oficiais no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, determinado pela Lei Federal n.º 14.133/2021, a publicação também se





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

dará no Diário Oficial do Município de Marília/SP". Jornal de Grande Circulação Nacional (Jornal da Manhã).

18.13. Em caso de divergência entre outras disposições e este Edital, prevalecerão as determinações deste edital.

18.14. Qualquer falsidade ou infração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e demais normas aplicáveis.

18.15. Este Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal desta Prefeitura, endereço eletrônico <https://www.marilia.sp.gov.br/portal/editais/1>.

18.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as divulgações oficiais durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração.

18.17. É facultado à CONTRATANTE, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

18.18. Fica eleito o Foro da Comarca de Marília/SP para dirimir quaisquer dúvidas, omissões e litígios oriundos do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

18.19. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes arquivos:

18.19.1. ANEXO I – RELAÇÃO DOS ITENS E OU GRUPOS

18.19.2. ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

18.19.3. ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VÍNCULO E ENQUADRAMENTO

18.19.4. ANEXO VII – MINUTA DO CONTRATO

18.19.5. PASTA COM ANEXOS COMPLEMENTARES AO EDITAL

AUTORIDADE COMPETENTE





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

ANEXO I

RELAÇÃO DOS ITENS

PREGÃO ELETRÔNICO nº 36/2026

Aquisição de Equipamentos, Mobiliário, Materiais de Consumo e Serviço de Instalação de Tela em Fibra de Vidro visando atender à Modernização do Banco Municipal de Alimentos, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS

Item	Código	Descrição	Unid	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	1.47.01.0359-9	Balança Eletrônica Pesadora – Capacidade 30 kg x 10 g, conforme especificações mínimas a seguir: • Capacidade máxima: 30 kg • Divisão (resolução): 10 g • Display do operador (frontal): LED ou LCD retroiluminado • Pannel: à prova de respingos, com no mínimo 2 teclas (zero e tara) • Função tara: mínimo 15 kg • Tipo de montagem: Mesa • Bandeja: em aço inoxidável, com dimensões aproximadas de 300 x 240 mm • Estrutura externa: em plástico resistente, com pés reguláveis • Fonte de alimentação: externa, com saída DC 6V ± 500mA, entrada bivolt automática (110 a 240 VAC) • Dimensões aproximadas: o Altura: 14 cm o Largura: 38 cm o Comprimento: 38,5 cm • Equipamento homologado pelo Inmetro, com selo de conformidade e aferição vigente pelo IPEM	UN	1	R\$ 904,28	R\$ 904,28

Assinado por 1 pessoa: HÉLIDE MARIA PARRERA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marilia.1doc.com.br/verificacao/84E9-9424-7C54-9B72> e informe o código 84E9-9424-7C54-9B72





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

2	1.10.02.0074-3	Caixa plástica vazada tipo mercado, empilhável, confeccionada em polietileno de alta densidade (PEAD), conforme especificações mínimas: • Dimensões aproximadas: 56 cm x 36 cm x 31 cm (variação máxima de $\pm 5\%$); • Estrutura: paredes laterais e fundo vazados, permitindo ventilação e escoamento; • Capacidade mínima de carga: 20 kg; • Empilhável: base e bordas compatíveis para empilhamento seguro; • Alças: ergonômicas e reforçadas, moldadas no próprio corpo; • Área para gravação: superfície lisa nas laterais para identificação; • Acabamento: uniforme, sem rebarbas ou arestas cortantes; • Cor: padrão do fabricante	UN	100	R\$ 61,73	R\$ 6.173,00
---	----------------	---	----	-----	-----------	--------------

Assinado por 1 pessoa: HÉLIDE MARIA PARRERA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marilia.1doc.com.br/verificacao/84E9-9424-7C54-9B72>





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS EDITAL

PE N.º
36/2026

3	4.02.16.0226-6	Câmara fria resfriada modular sem piso, conforme especificações mínimas: • Modelo: tipo resfriado (temperatura de operação entre 0 °C e 10 °C); • Indicação: Mercados, padarias, floriculturas, fruteiras, açougues, comércios etc • Dimensões externas (CxLxA): aproximadamente 2,28 x 2,42 x 2,47 m; • Dimensões internas (CxLxA): aproximadamente 2,14 x 2,28 x 2,40 m; • Isolamento térmico: painéis modulares de 100 mm de espessura, com núcleo em EPS (poliestireno expandido) ou PU (poliuretano expandido) e revestimento em aço; • Piso: sem isolamento, tipo sem piso; • Porta: tipo giratória, injetada em poliuretano, medindo aproximadamente 0,80 x 1,80 m, com acabamento branco; • Cor externa: branca; • Unidade condensadora: hermética, com capacidade mínima de 2.300 kcal/h; • Fluido refrigerante: R22 (ou equivalente ambientalmente adequado); • Tensão de alimentação: 220 V, monofásica; • Potência do sistema: aproximadamente 1.520 W; • Evaporador: com forçador de ar e 2 motoventiladores de 250 mm; • Vazão de ar interno: mínima de 1.800 m³/h; • Sistema de degelo: elétrico; • Consumo médio de energia: cerca de 3,3 kWh; • Iluminação interna: com lâmpada LED; • Fixação dos painéis: por rebites ou sistema equivalente que assegure vedação e estabilidade estrutural; • Peso aproximado: 335 kg; • Garantia: mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. • A câmara fria deverá ser entregue completa, montada e testada, pronta para operação. • Todos os componentes deverão atender às normas de segurança elétrica e de refrigeração aplicáveis. • Dimensões externas e internas aproximadas, admitindo variação de até ±5%	UN	1	R\$ 25.182,07	R\$ 25.182,07
---	----------------	--	----	---	---------------	---------------

Assinado por 1 pessoa: HÉLIDE MARIA PARRERA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marilia.1doc.com.br/verificacao/84E9-9424-7C54-9B72> e informe o código 84E9-9424-7C54-9B72





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS EDITAL

PE N.º
36/2026

4	1.41.01.0151-4	Carro lixeira para detritos, confeccionado em aço inoxidável, com tampa basculante e acionamento por pedal, conforme especificações mínimas a seguir: • Material: aço inoxidável AISI 304 ou superior. • Acabamento: escovado, livre de rebarbas e deformações. • Capacidade: 80 litros. • Tampa: basculante, removível, em aço inoxidável, com puxador e sistema de acionamento leve por pedal mecânico. • Sistema de acionamento: exclusivamente mecânico, por pedal em aço inoxidável, de fácil operação e retorno automático. • Alças laterais: anatômicas, em aço inoxidável, fixadas nas laterais para facilitar o manuseio e transporte. • Rodízios: Conjunto de rodízios giratórios de aproximadamente Ø3", adequados ao peso e deslocamento do equipamento. • Medidas aproximadas: 47 x 59 cm (L x A).	UN	1	R\$ 1.867,98	R\$ 1.867,98
5	1.27.01.9820-0	Estante confeccionada em aço inoxidável, com quatro prateleiras gradeadas. Especificações mínimas: • Material: aço inoxidável AISI 304 ou superior, com acabamento escovado, resistente à corrosão e fácil de higienizar; • Quantidade de prateleiras: 4 (quatro) unidades, do tipo gradeadas, fixas ou reguláveis; • Estrutura: montantes em tubos de aço inoxidável, com soldas firmes e acabamento liso, sem rebarbas; • Capacidade de carga: cada prateleira deve suportar, no mínimo, 50 kg distribuídos uniformemente; • Pés: com terminais plásticos ou niveladores ajustáveis, que garantam estabilidade e proteção ao piso; • Acabamento: superfícies lisas, sem cantos vivos ou deformações, com polimento uniforme; • Medidas aproximadas (admite-se variação de até ±5%): o Altura: 1800 mm; o Largura: 900 mm; o Profundidade: 500 mm.	UN	2	R\$ 2.933,85	R\$ 5.867,70

Assinado por 1 pessoa: HÉLIDE MARIA PARRERA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marilia.1doc.com.br/verificacao/84E9-9424-7C54-9B72> e informe o código 84E9-9424-7C54-9B72





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS EDITAL

PE N.º
36/2026

6	1.11.01.0108-0	LUVA DE PROCEDIMENTOS EM LATEX NATURAL, NÃO ESTERIL, AMBIDESTRA, HIPOALERGENICAS, COM PÓ BIO ABSORVIVEL, SUPERFÍCIE LISA, PUNHO COM REFORÇO, NO TAMANHO G, COM 100 PARES	CX	600	R\$ 52,56	R\$ 31.536,00
7	1.27.01.9819-7	Mesa pia confeccionada com estrutura metálica reforçada e tampo em aço inoxidável, contendo duas cubas e prateleira inferior tipo panelheiro, conforme especificações mínimas: • Estrutura: confeccionada em aço carbono com pintura eletrostática, tratamento anticorrosivo equivalente ou material superior, com perfis dobrados e soldados, garantindo resistência, estabilidade e durabilidade. • Tampo e cubas: confeccionados em aço inoxidável AISI 430 ou superior, com soldas contínuas, acabamento escovado, cantos internos arredondados e superfícies lisas para facilitar a higienização. • Quantidade de cubas: 2 (duas). • Testeira: altura mínima de 10 cm. • Borda de contenção: altura mínima de 2 cm. • Prateleira inferior: tipo panelheiro, fixa, confeccionada em aço carbono ou material superior, integrada à estrutura e dimensionada para suporte de utensílios, plena ou perfurada (vazada). • Dimensões das cubas: o Largura (frente): 50 cm o Comprimento (lateral): 40 cm o Profundidade: 25 cm • Dimensões totais: o Altura: 90 cm o Largura (frente): 1,90 m o Comprimento (lateral): 70 cm • Acabamento: o produto deverá ser entregue sem rebarbas, cortes, oxidação ou deformações. • Normas e qualidade: o produto deverá atender às normas técnicas aplicáveis de segurança, soldagem e acabamento para mobiliário em aço inox.	UN	2	R\$ 3.162,27	R\$ 6.324,54

Assinado por 1 pessoa: HÉLIDE MARIA PARRERA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marilia.1doc.com.br/verificacao/84E9-9424-7C54-9B72> e informe o código 84E9-9424-7C54-9B72





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS EDITAL

PE N.º
36/2026

8	4.02.04.0800-8	Micro-ondas com capacidade interna de aproximadamente 30 a 33 litros, conforme especificações a seguir: • Capacidade: aproximadamente 30 a 33 litros; • Potência mínima: 900 W; • Tensão: bivolt ou conforme rede elétrica local (127 V); • Painel digital ou mecânico, com funções de aquecimento, descongelamento e timer; • Prato giratório removível; • Interior em aço inox ou esmaltado, fácil limpeza; • Porta de vidro ou outro material resistente, com vedação adequada e trava de segurança; • Acabamento externo em aço pintado, epóxi ou inoxidável, resistente à corrosão; • Acompanhar Manual de operação.	UN	1	R\$ 916,04	R\$ 916,04
9	1.10.02.0072-7	Pallet Plástico Vazado com 3 Runners, especificações mínimas: • Tipo: pallet plástico com superfície vazada; • Dimensões aproximadas (CxLxA): 1200 x 1000 x 150 mm (admite-se variação de $\pm 5\%$); • Estrutura: com 03 runners (longarinas) integradas à base; • Material: polipropileno polipropileno (PP) ou polietileno (PEAD) de alta densidade; • Capacidade de carga dinâmica: mínima de 1.500 kg; • Capacidade de carga estática: mínima de 3.000 kg; • Superfície: vazada e antiderrapante; • Cores: padrão do fabricante (preferencialmente neutra); • Compatibilidade: adequada para movimentação por empilhadeiras e transpaleteiras; • O produto deverá ter acabamento uniforme e sem rebarbas	UN	20	R\$ 374,14	R\$ 7.482,80

Assinado por 1 pessoa: HÉLIDE MARIA PARRERA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marilia.1doc.com.br/verificacao/84E9-9424-7C54-9B72> e informe o código 84E9-9424-7C54-9B72





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS EDITAL

PE N.º
36/2026

10	1.03.01.0800-2	Pano multiuso reutilizável, confeccionado em material não tecido (TNT) ou similar de alta resistência e absorção, composto de fibras sintéticas, com dimensões aproximadas de 30 cm x 50 cm (variação máxima de $\pm 10\%$); Deverá manter suas propriedades físicas e de absorção após lavagens sucessivas; Cor padrão do fabricante; Produto atóxico, inodoro e isento de pigmentos que soltem corantes. Embalagem contendo 5 unidades, devidamente rotulada com as informações: nome do produto e do fabricante, quantidade de panos, dimensões aproximadas, composição do material, CNPJ e contato do fabricante ou distribuidor.	PCT	800	R\$ 6,70	R\$ 5.360,00
11	1.03.01.0313-2	PAPEL INTERFOLHA, 2 DOBRAS, BRANCO, 1000 FLS, 20x21 CM: Com no mínimo 20,0 X 21,0 cm: Toalha de papel simples inter-folhado institucional; classe 01; quantidade de dobras 02 dobras; na cor branca; alvura ISO maior que 85%; quantidade de pintas menor que 5mm ² /m ² ; tempo de absorção de água menor que 6 segundos; capacidade de absorção de água maior que 5 g/g; quantidade de furos menor que 10mm ² /m ² ; resistência a tração a úmido maior que 90 n/m; conforme norma da abnt nbr; característica complementares: matéria prima 100% fibra vegetal; dimensão da folha com NO MÍNIMO 20,0 X21,0 cm; embalados em papel celofane, maços embalados individualmente em sacos plásticos; acabamento gofrado; rotulagem contendo: c/ identificação da classe, marca, quantidade de folhas, dimensão da folha; nome do fabricante e fantasia, CNPJ; e-mail e telefone do sac.	PCT	1.200	R\$ 21,30	R\$ 25.560,00

Assinado por 1 pessoa: HÉLIDE MARIA PARRERA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marilia.1doc.com.br/verificacao/84E9-9424-7C54-9B72> e informe o código 84E9-9424-7C54-9B72





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS EDITAL

PE N.º
36/2026

12	1.01.02.2258-6	Ralo inteligente quadrado, de embutir, com sistema de vazão de água eficiente, especificações técnicas mínimas: • Formato: Quadrado • Dimensões aproximadas: 10 x 10 cm a 15 x 15 cm • Material: corpo e tampa em aço inoxidável (AISI 304 ou equivalente) ou em termoplástico de alta resistência (ABS, PVC técnico ou PP reforçado), resistente à corrosão e impactos • Acabamento: Polido ou escovado • Sistema inteligente: Mecanismo de vedação automática contra retorno de odor e insetos, abrindo apenas com o fluxo de água • Vazão: Mínimo de 36 L/min sob condições de escoamento livre • Compatibilidade: Compatível com conexões de esgoto padrão DN50, DN75 ou com adaptador universal. • Aplicação: Ambientes internos e externos • Tipo de Instalação: Embutida, com encaixe de fácil remoção para limpeza.	UN	20	R\$ 156,28	R\$ 3.125,60
13	1.10.02.0073-5	Saco plástico transparente em PEBD (Polietileno de Baixa Densidade), conforme especificações mínimas: • Dimensões nominais: 35 x 45 cm (±5%); • Espessura: 0,06 mm (60 micra) ±10%; • Material: PEBD virgem, incolor, atóxico, flexível e resistente a rasgos; • Acabamento: liso, transparente, sem perfurações, rebarbas ou impurezas; • Solda: térmica, contínua, no fundo; • Acondicionamento: em pacotes de 1 kg	KG	500	R\$ 29,97	R\$ 14.985,00

Assinado por 1 pessoa: HÉLIDE MARIA PARRERA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marilia.1doc.com.br/verificacao/84E9-9424-7C54-9B72> e informe o código 84E9-9424-7C54-9B72





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS EDITAL

PE N.º
36/2026

14	2.02.99.0077-4	Tela em fibra de vidro revestida em pvc; perfil em Alumínio 25 x 10 mm; cantoneiras reforçadas em nylon; trava de encaixe em nylon; borracha de fixação da tela, com ranhura de 5 mm. Devidamente montada e instalada. Componentes: perfil de alumínio 25x10mm, pintura eletroestática cor branca, perfil contendo canaleta para escova de vedação, para melhor fixação da tela e corrigir imperfeições ou frestas na alvenaria (metro linear); cantoneiras reforçadas em nylon contendo canaleta para escova de vedação (4 unidades); trava de encaixe em nylon, encaixada nos quatro cantos do quadro, para facilitar a fixação e remoção do quadro para limpeza; borracha ranhura de 5,00mm para fixação da tela ao perfil de alumínio (metro linear); tela mosqueteira de fibra de vidro, com especificações mínimas de fio 0,40mm, 18 fios por polegada, na cor cinza, revestida em pvc, antialérgica, lavável, antichama, antimofo, com ótima visibilidade e excelente circulação de ar (m²).	M²	20	R\$ 331,99	R\$ 6.639,80
15	1.11.01.0236-1	Touca descartável protetora capilar TNT, sanfonada com elástico, na cor branca, tamanho único, embalada em pacote com 100 unidades	PCT	600	R\$ 16,46	R\$ 9.876,00

Assinado por 1 pessoa: HÉLIDE MARIA PARRERA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marilia.1doc.com.br/verificacao/84E9-9424-7C54-9B72> e informe o código 84E9-9424-7C54-9B72





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS EDITAL

PE N.º
36/2026

16	1.41.01.0152-2	Transpaleteira manual hidráulica de operação por tração manual. Especificações mínimas: • Capacidade nominal de carga: 2.500 kg (2,5 toneladas); • Altura mínima do garfo (abaixado): até 85 mm; • Altura máxima do garfo (elevado): aproximadamente 200 mm; • Comprimento do garfo: 1.150 mm, admitindo variação de $\pm 5\%$; • Largura total do conjunto dos garfos: entre 520 mm e 550 mm; • Rodas diretrizes (dianteiras): em poliuretano ou nylon, com rolamentos vedados; • Rodas dos garfos (traseiras): em poliuretano ou nylon duplas, com rolamentos vedados; • Sistema de elevação: hidráulico, com bomba em aço de alta resistência e válvula de segurança contra sobrecarga; • Acionamento: manual, por alavanca com três posições (subida, descida e neutro); • Cabos de comando: revestidos em borracha ou material termoplástico antiderrapante; • Estrutura: em aço carbono reforçado, pintura eletrostática ou galvanizada, resistente à oxidação; • Garantia mínima: 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. • O equipamento deve ser entregue montado e pronto para operação. • Todos os componentes devem ser isentos de rebarbas, falhas de solda ou deformações. • Deverá acompanhar manual de operação e instruções de manutenção preventiva.	UN	1	R\$ 2.621,08	R\$ 2.621,08
----	----------------	--	----	---	--------------	--------------

OBSERVAÇÕES:

1. Para competição no pregão, será considerado o valor UNITÁRIO DE CADA ITEM.



Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

À PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

Ref.: X-X-X-X-X- ELETRÔNICA N° (xxx/xxxx)

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE E CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

e-mail:

DADOS BANCÁRIOS: NOME E N° DO BANCO, N° DA AGÊNCIA, N° DA CONTA CORRENTE:

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. Apresentamos nossa proposta abaixo discriminada e declaramos conhecer e concordar com todos os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

O objeto da presente licitação é X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-

PREÇO TOTAL (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR) – R\$ XXXXXXXXX

A proposta terá validade: de acordo com o Edital.

O Prazo de Entrega: de acordo com o Edital.

A condição de pagamento: de acordo com o Edital.

Garantias: de acordo com o Edital.

2.2 O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (frete, obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.

LOCAL E DATA
ASSINATURA DA PROPONENTE
(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VÍNCULO E ENQUADRAMENTO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA
Ref.: X-X-X-X-X- ELETRÔNICO Nº **XXX/xxxx**

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), sob as penas da Lei, declara:

Para fins de participação em qualquer fase neste processo licitatório, que a empresa não possui e também não permitirá na execução da contratação, de forma direta ou indiretamente, a manutenção de vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou ainda não permitirá que se mantenha vínculo com servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, deste órgão celebrante que desempenhe função essencial à execução do processo de licitação, ou da contratação, ou se dessas pessoas forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Enquadrar-se como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Para o exercício do direito aos benefícios a que se refere o item anterior, no ano-calendário de realização desta licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública em geral cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Não faz parte de nenhum grupo econômico ou por qualquer forma está coligada à formação de grupo econômico, cuja receita bruta global do grupo ultrapasse o limite máximo admitido para enquadramento empresas de pequeno.

Por ser verdade assina a presente.

LOCAL E DATA
ASSINATURA DA PROPONENTE
(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÕES – CONVÊNIO

Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), sob as penas da Lei e em obediência as determinações contidas na Cláusula II, subitem 2.2, número XXIV, Do Contrato de Repasse (Convênio) declara:

Que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos é dessa empresa a ser contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;

Por ser verdade assina a presente.

..... de

.....
Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO

CF – _____

Contrato que o **MUNICÍPIO DE MARÍLIA** firma com ...
para a aquisição de ... destinados à **Secretaria Municipal**

O **MUNICÍPIO DE MARÍLIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 44.477.909/0001-00, com sede na PREFEITURA MUNICIPAL, situada na Rua Bahia, n.º 40, por intermédio da Secretaria Municipal da ... representada pelo(a) Secretário(a) Municipal, ..., neste ato denominado **CONTRATANTE** e, pessoa jurídica de direito privado, sediada à ..., n.º ..., na cidade de ..., Estado de ..., cadastrada no CNPJ sob o n.º ..., representada por ..., portadora do RG n.º ..., cadastrado no CPF sob o n.º ..., neste ato denominada **CONTRATADA**, partes ao final assinadas, celebram o presente **Contrato**, de acordo com as disposições nele contidas, de conformidade com o Processo de Licitação (ou de contratação direta), modalidade ... n.º ... (**Processo Administrativo n.º ...**), sujeitando-se à Lei Federal n.º 14.133/21 e ao Decreto Municipal n.º 14.464/24, na forma das seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.1. Constitui o objeto do presente contrato o fornecimento, por parte da **CONTRATADA**, de ... (descrição do produto), destinados à Secretaria Municipal ..., conforme especificações contidas no (indicar o processo de contratação e número), bem como proposta apresentada no mesmo processo licitatório que, para todos os efeitos, passa a fazer parte integrante deste contrato.
- 1.2. Objeto da contratação:

Item	Código	Quant.	Un. de medida	Especificação
01				
02				

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

- 2.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 2.1.1. o Termo de Referência;
- 2.1.2. o Edital da Licitação;





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

- 2.1.3. a Proposta da CONTRATADA; e
- 2.1.4. eventuais anexos dos documentos supracitados.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E DOS CASOS OMISSOS

- 3.1. São aplicáveis à execução deste contrato a Lei Federal n.º 14.133/21 e o Decreto Municipal n.º 14.464/24.
- 3.2. Aos casos omissos serão aplicadas as Leis supracitadas, demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#), bem como o Código Civil Brasileiro.

4. CLÁUSULA QUARTA: DO FORNECIMENTO e DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no **Termo de Referência** (item ...), vinculado a este Contrato.
 - 4.1.1. O objeto, rigorosamente de acordo com o ofertado na proposta, “*deverá ser entregue ..., conforme solicitação da Unidade Requisitante, mediante prévio envio da AF (Autorização de Fornecimento), no (indicar local ou locais de entrega) dentro do Município de Marília-SP – Frete – CIF (se for o caso)*”
 - 4.1.2. *No caso dos produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 03 (três) dias, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.”*
- 4.2. Serão rejeitados pelo **CONTRATANTE**, no momento do recebimento, os produtos fornecidos com especificações, marcas, ou modelos diferentes das constantes do Termo de Referência e proposta.
- 4.3. A **CONTRATADA** se obriga, por ocasião do cumprimento do ajuste, a fornecer o documento fiscal respectivo, em duas vias.
- 4.4. Para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as especificações exigidas, será emitido Termo de Recebimento Provisório.
- 4.5. Após a verificação e aceitação da quantidade e qualidade dos itens fornecidos, será emitido Termo de Recebimento Definitivo.





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

5. **CLÁUSULA QUINTA: DOS PREÇOS, FORMA DE PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA EM CASO DE INADIMPLÊNCIA**

- 5.1. O valor total do objeto deste contrato é de R\$... (...).
- 5.2. Os valores unitários são os constantes da proposta vencedora, apresentada no ... n.º ... (indicar o Processo de licitação ou de contratação direta), abaixo discriminados:

Item	Código	Quant.	Un. de medida	Especificação	Preço Unitário	Valor Total
01					R\$	R\$
02					R\$	R\$
Total =						\$

- 5.3. O pagamento será efetuado pelo **CONTRATANTE** no prazo de ... (...) dias, conforme disposto do Termo de referência (item ...).
- 5.4. O pagamento será efetuado através de **Ordem de Pagamento Bancária**.
- 5.5. Os dados bancários da **CONTRATADA**, para efeito do disposto desta Cláusula, são os seguintes:

<u>Número do Banco:</u>	
<u>Nome do Banco:</u>	
<u>Número da Agência Bancária:</u>	
<u>Número da Conta Corrente</u>	
<u>Cód. de Identificação (se houver):</u>	

- 5.6. Havendo atrasos nos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, poderá haver incidência de correção monetária com base no ... (índice previsto no Edital ou no Termo de Referência), calculada entre a data final do período de adimplemento de cada parcela e a do efetivo pagamento, devendo, entretanto ser solicitado pela **CONTRATADA**, através de requerimento protocolado no site www.marilia.1doc.com.br/atendimento.

6. **CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

- 6.1. Os preços inicialmente contratados somente poderão sofrer reajuste após 12 (doze) meses, contados da data do Orçamento Estimado nos termos do Artigo 92, § 3º da Lei Federal n.º 14.133/21, para reposição de eventual perda inflacionária, mediante requerimento da CONTRATADA, pelo índice do ... (índice previsto no Edital ou no Termo de Referência) ou outro que vier a substituí-lo a fim de manter o valor real de mercado, conforme Termo de Referência (item ...).

6.1.1. O requerimento deverá ser protocolado no site:

www.marilia.1doc.com.br/atendimento, será apreciado pelos setores técnicos

competentes e, ao final decidido pelo Gestor do Contrato.

- 6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 6.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 6.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.7. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento ao processo que originou o contrato, dispensada a formalização de termo Aditivo, conforme Artigo 136 da Lei Federal n.º 14.133/21.

7. CLÁUSULA SÉTIMA: DAS DOTAÇÕES

- 7.1. As despesas decorrentes do pagamento e elaboração deste instrumento correrão por conta do **CONTRATANTE**, prevista no orçamento - Dotação Orçamentária: Órgão n.º 02; Unidade Orçamentária n.º ...; Unidade Executiva ...; Categoria Econômica n.º ...; e Funcional Programática n.º ...

8. CLÁUSULA OITAVA: DA MATRIZ DE RISCO (quando for o caso)

(Nota: definidor os riscos e as responsabilidades entre as partes a fim de caracterizar o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação)





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

- 8.1. Não foram identificados no processo (indicar o número do processo licitatório ou de contratação direta) os riscos contratuais ou prevista matriz de alocação de riscos a serem assumidos ou compartilhados pelas partes (conforme apresentado no Termo de Referência).

OU

..... (Definir os eventos (e valor %) que não impactarão no equilíbrio do contrato conforme apresentado no Termo de Referência).

- 8.2. Excluídas as hipóteses de alocação de riscos previstas neste Contrato, a **CONTRATADA** poderá solicitar, nos termos da Lei, reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 8.3. O requerimento da **CONTRATADA** deverá ser protocolado no site www.marilia.1doc.com.br/atendimento, será apreciado pelos setores técnicos competentes e, ao final decidido pelo Gestor do Contrato no prazo de **30 (trinta) dias contados da data do protocolo**.
- 8.4. Em caso de deferimento do pedido, a alteração do valor do contrato se dará através da formalização de termo aditivo.),

9. CLÁUSULA NONA: DA GARANTIA DO(S) PRODUTO(S) (Art. 92, XIII)

- 9.1. A **CONTRATADA** deverá garantir a qualidade dos produtos, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 9.2. O prazo de garantia dos produtos fornecidos será de ... (Conforme previsto no Edital e Termo de Referência - [art. 92, XIII](#)).

OU: (caso não haja previsão no Edital)

*A presente contratação **não possui** previsão de garantia do bem a ser fornecido, estabelecida no Termo de Referência, **ficando sujeita às normas previstas no Código de Defesa do Consumidor**.*

10. CLÁUSULA DÉCIMA: OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

10.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência; Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas despesas;

10.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações Pela **CONTRATADA**;

10.1.4. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/21;

10.1.5. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

10.1.6. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.1.7. Cientificar o órgão de Controle Interno para a adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**; e

10.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.8.1. O CONTRATANTE terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela **CONTRATADA** no prazo previsto neste contrato.

10.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.1.11. O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(art. 92, XIV, XVI e XVII)





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

- 9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (quando for o caso);
 - 9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 9.1.3. Comunicar o **CONTRATANTE**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
 - 9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
 - 9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
 - 9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os documentos:
 - 9.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; ’
 - 9.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;
 - 9.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;





- 9.1.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação (**ou de qualificação, no caso de contratação direta**).
- 9.1.9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.1.10. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 9.1.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.1.14. *Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*
- 9.1.15. *Atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta;*
- 9.1.16. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*
- 9.1.17. *Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.*



Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

9.1.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

- 10.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 10.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 10.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 10.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 10.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 10.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

10.2. Poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 10.2.1. **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 10.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “12.1.2”, “12.1.3” e “12.1.4” deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 10.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “12.1.5”, “12.1.6”, “12.1.7”, “12.1.8” e “12.1.9” deste Contrato, bem como nos subitens “12.1.2”, “12.1.3” e “12.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 10.2.4. **Multa**:





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

- 10.2.4.1. moratória de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 10.2.4.2. moratória de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, entre 11 (onze) e 20 (vinte) dias;
- 10.2.4.3. moratória de 1,00% (um centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida há 21 (vinte e um) dias ou mais, até o limite de **30% (trinta por cento)**;
- 10.2.4.4. compensatória de até **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- 10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *30 (trinta) dias*, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- 10.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.6.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 10.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.6.4. os danos que dela provierem para o Contratante;





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

- 10.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 10.8. A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
11. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO E DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**
- 11.1. O **CONTRATANTE** nomeará um Coordenador para dirigir e acompanhar o fornecimento dos produtos a fim de assegurar a conformidade com as condições deste instrumento.
- 11.2. A gestão do contrato, nos termos do Artigo 125 do Decreto Municipal n.º 14.464/24 será feita, conforme definido no **Termo de Referência** anexo a este Contrato.
14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA VIGÊNCIA**
- 14.1. *O prazo de vigência deste contrato é de ... (...) ..., contados da data de sua assinatura. (caso não haja previsão de prorrogação no Edital)*

OU (se o Edital previr) incluir:





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

14.2. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/21.

OU:

“14.1. O prazo de vigência da contratação fica vinculado ao recebimento definitivo do objeto” ().

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 15.1. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, a critério do **CONTRATANTE**, a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.
- 15.2. Constituem motivos para a extinção do contrato, aqueles elencados na Lei Federal n.º 14.133/21, e deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas situações previstas no artigo 137 da referida Lei.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA SUBCONTRATAÇÃO

- 16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

OU

...(Definir as hipóteses de subcontratação caso previstas no Edital)

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 17.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.**

OU

- 17.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.**

OU

- 17.1. A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021 em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor total/anual do contrato,**





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

*acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais a **CONTRATADA** será depositária: (descrever bens, valores e demais condições prevista no Edital)*

*17.2. A **CONTRATADA** autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.*

17.3. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

17.3.1. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO

20.1. As partes signatárias do presente instrumento de contrato elegem, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da Comarca de Marília/SP para dirimir dúvidas, omissões e litígios oriundos da execução do que ora se pactua.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente instrumento de contrato, perante duas testemunhas abaixo assinadas, para um único e só fim de direito.

Marília, _____.

Pelo Contratante:



Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

...
Secretário Municipal ...

Pela Contratada:

. . . (nome)

...cargo

Testemunhas:

1)
Nome:
RG:

2)
Nome:
RG:

Assinado por 1 pessoa: HÉLIDE MARIA PARRERA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marilia.1doc.com.br/verificacao/84E9-9424-7C54-9B72> e informe o código 84E9-9424-7C54-9B72





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARÍLIA / PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

CONTRATADA:

CONTRATO N.º (DE ORIGEM):

OBJETO:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doc.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Marília,

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo: Prefeito Municipal de Marília/SP

CPF:

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: ...

Cargo: ...

CPF: ...

Assinatura:





Prefeitura de Marília

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

EDITAL

PE N.º
36/2026

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: ...

Cargo: ...

CPF: ...

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: ...

Cargo: ...

CPF: ...

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: ...

Cargo: ...

CPF: ...

Assinatura: _____

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: ...

Cargo: ...

CPF: ...

Assinatura: _____

FISCAL DO CONTRATO:

Nome: ...

Cargo: ...

CPF: ...

Assinatura: _____

Proc. Administrativo 19- 38.104/2025

De: Silmara F. - SASC-FIN

Para: SSUP-CPIFPF - Comissão de Planejamento na Instrução dos Processos na Fase Preparatória

Data: 01/04/2026 às 12:08:09

Setores envolvidos:

SA-APM, SASC, SASC-GS, SFPE-CON, SFPE-GO, SFPE-CONV, SASC-FIN, SASC-SCM-CMAS, SASC-SAN, SSUP, SFPE-ADJUNTO, SSUP-CPIPPF

Abertura de processo licitatório para aquisição de materiais diversos destinados à Modernização do Banco de Alimentos

Considerando as sugestões apresentadas no relatório realizado pela Comissão de Planejamento na Instrução dos Processos na Fase Preparatória foi realizada a adequação ao Termo de Referência.

Silmara Guerra da Fonseca
Analista Contábil

Anexos:

TR Adequado 2.pdf



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.5090-52 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Aplicação Legal: Artigo 2º, II e V da Lei 14.133/2021: inciso II – compra, inclusive por encomenda – bens comuns/Prestação de Serviços.

Área Requisitante

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Responsável

Hélide Maria Parrera

1.1 Base Legal

1.1.1 A fundamentação jurídica desta contratação se encontra fundamentada na Lei Federal nº 14.133/2021; no Decreto Municipal 14.464/2024; na Lei Ordinária Municipal 9.184/2024 e demais legislações aplicáveis.

1.1.2 Considerando o disposto na Lei Ordinária Municipal nº 9.184 de 19 de novembro de 2024, por tratar-se de contratação habitual, a qual não se enquadra em nenhum dos incisos do artigo 3º da referida Lei, e embasada também no artigo 4º, esta unidade requisitante dispensou a elaboração do **Estudo Técnico Preliminar**, assim como da **Análise de Riscos**.

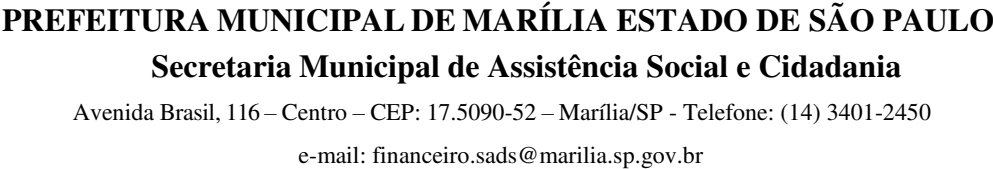
2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. Aquisição de Equipamentos, Mobiliário, Materiais de Consumo e Serviço de Instalação de Tela em Fibra de Vidro visando atender à Modernização do Banco Municipal de Alimentos, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, conforme especificado na tabela abaixo e de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Natureza da Despesa	Código	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
1	Investimento (Material Permanente) 4.4.90.52.00	1.27.01.9819-7	Mesa pia confeccionada com estrutura metálica reforçada e tampo em aço inoxidável, contendo duas cubas e prateleira inferior tipo paneleiro, conforme especificações mínimas: <ul style="list-style-type: none">Estrutura: confeccionada em aço carbono com pintura eletrostática, tratamento	Unidade	02

Assinado por 1 pessoa: HÉLIDE MARIA PARRERA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marilia.1doc.com.br/verificacao/64499232978641917216> e informe o código 64499232978641917216





Assinado por 1 pessoa: HÉLIDE MARIA PARRERA



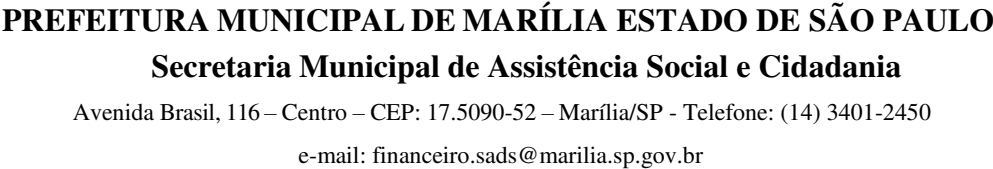
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.5090-52 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

5	Investimento (Material Permanente) 4.4.90.52.00	4.02.16.0226-6	Câmara fria resfriada modular sem piso, conforme especificações mínimas: <ul style="list-style-type: none">• Modelo: tipo resfriado (temperatura de operação entre 0 °C e 10 °C);• Indicação: Mercados, padarias, floriculturas, fruteiras, açougues, comércios etc• Dimensões externas (CxLxA): aproximadamente 2,28 × 2,42 × 2,47 m;• Dimensões internas (CxLxA): aproximadamente 2,14 × 2,28 × 2,40 m;• Isolamento térmico: painéis modulares de 100 mm de espessura, com núcleo em EPS (poliestireno expandido) ou PU (poliuretano expandido) e revestimento em aço;• Piso: sem isolamento, tipo sem piso;• Porta: tipo giratória, injetada em poliuretano, medindo aproximadamente 0,80 × 1,80 m, com acabamento branco;• Cor externa: branca;• Unidade condensadora: hermética, com capacidade mínima de 2.300 kcal/h;• Fluído refrigerante: R22 (ou equivalente ambientalmente adequado);• Tensão de alimentação: 220 V, monofásica;	Unidade	01
---	--	----------------	---	---------	----



			<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade nominal de carga: 2.500 kg (2,5 toneladas); • Altura mínima do garfo (abaixado): até 85 mm; • Altura máxima do garfo (elevado): aproximadamente 200 mm; • Comprimento do garfo: 1.150 mm, admitindo variação de $\pm 5\%$; • Largura total do conjunto dos garfos: entre 520 mm e 550 mm; • Rodas diretrizes (dianteiras): em poliuretano ou nylon, com rolamentos vedados; • Rodas dos garfos (traseiras): em poliuretano ou nylon duplas, com rolamentos vedados; • Sistema de elevação: hidráulico, com bomba em aço de alta resistência e válvula de segurança contra sobrecarga; • Acionamento: manual, por alavanca com três posições (subida, descida e neutro); • Cabos de comando: revestidos em borracha ou material termoplástico antiderrapante; • Estrutura: em aço carbono reforçado, pintura eletrostática ou galvanizada, resistente à oxidação; 	
--	--	--	---	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.5090-52 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

			<ul style="list-style-type: none">• Garantia mínima: 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.• O equipamento deve ser entregue montado e pronto para operação.• Todos os componentes devem ser isentos de rebarbas, falhas de solda ou deformações.• Deverá acompanhar manual de operação e instruções de manutenção preventiva.		
7	Investimento (Material Permanente) 4.4.90.52.00	4.02.04.0800-8	Micro-ondas com capacidade interna de aproximadamente 30 a 33 litros, conforme especificações a seguir. <ul style="list-style-type: none">• Capacidade: aproximadamente 30 a 33 litros;• Potência mínima: 900 W;• Tensão: bivolt ou conforme rede elétrica local (127 V);• Painel digital ou mecânico, com funções de aquecimento, descongelamento e timer;• Prato giratório removível;• Interior em aço inox ou esmaltado, fácil limpeza;• Porta de vidro ou outro material resistente, com vedação adequada e trava de segurança;• Acabamento externo em aço pintado, epóxi ou inoxidável, resistente à corrosão;• Acompanhar Manual de operação.	Unidade	01



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.5090-52 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

			de pigmentos que soltem corantes. Embalagem contendo 5 unidades, devidamente rotulada com as informações: nome do produto e do fabricante, quantidade de panos, dimensões aproximadas, composição do material, CNPJ e contato do fabricante ou distribuidor.		
16	Custeio (Material de Consumo) 3.3.90.30.00	1.10.02.0074-3	Caixa plástica vazada tipo mercado, empilhável, confeccionada em polietileno de alta densidade (PEAD) , conforme especificações mínimas: <ul style="list-style-type: none">• Dimensões aproximadas: 56 cm x 36 cm x 31 cm (variação máxima de $\pm 5\%$);• Estrutura: paredes laterais e fundo vazados, permitindo ventilação e escoamento;• Capacidade mínima de carga: 20 kg;• Empilhável: base e bordas compatíveis para empilhamento seguro;• Alças: ergonômicas e reforçadas, moldadas no próprio corpo;• Área para gravação: superfície lisa nas laterais para identificação;• Acabamento: uniforme, sem rebarbas ou arestas cortantes;• Cor: padrão do fabricante	Unidade	100

2.2. O objeto desta contratação, enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 14133/2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1 Necessidade da Secretaria:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.5090-52 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, por meio do Setor de Segurança Alimentar, coordena o **Banco Municipal de Alimentos Geralda de Souza**, criado pela Lei Municipal nº 8.280/2018 e inaugurado em 30 de abril de 2024, conforme Lei nº 9.106/2024.

O Banco de Alimentos é um equipamento público de alto impacto social, destinado a reduzir o desperdício de alimentos, garantir o direito à alimentação adequada e atender pessoas em situação de vulnerabilidade social, devidamente cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico), bem como entidades socioassistenciais que prestam atendimento a públicos específicos, como crianças, idosos, pessoas em situação de rua e pacientes acometidos por enfermidades graves, contribuindo para o fornecimento de alimentos seguros e nutritivos.

O serviço tem por finalidade facilitar o acesso regular a alimentos saudáveis, fornecendo, em média, 7 kg (sete quilos) de alimentos por família, semanalmente, com distribuição realizada por meio dos cinco CRAS do município.

O trabalho essencial do Banco de Alimentos consiste em arrecadar produtos que, embora tenham perdido seu valor comercial, encontram-se em perfeitas condições nutricionais, promovendo, assim, o aproveitamento adequado desses alimentos. Dessa forma, busca-se garantir o acesso a alimentos de qualidade às famílias em situação de vulnerabilidade social, considerando o alto custo desses itens no mercado. A iniciativa contribui diretamente para a redução da insegurança alimentar e fomenta hábitos alimentares saudáveis, sobretudo por meio da oferta de alimentos in natura.

Foi celebrado o **Contrato de Repasse nº 978239/2025/MDS/CAIXA**, firmado entre a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Marília/SP, com o objetivo de executar ações voltadas à segurança alimentar, à nutrição e ao combate à fome. O objeto do contrato é a modernização do Banco Municipal de Alimentos de Marília.

A unidade está localizada na Rua Catanduva, nº 611, bairro Alto Cafezal, na região centro-oeste do município de Marília/SP. Com a implementação e modernização do Banco de Alimentos, espera-se ampliar significativamente a capacidade de atendimento, alcançando aproximadamente 500 (quinhentas) famílias em situação de vulnerabilidade social e, no mínimo, 20 (vinte) entidades socioassistenciais que atuam com públicos diversos. Essa ampliação também possibilitará o fortalecimento e a diversificação de parcerias com centrais de distribuição, redes de supermercados, feirantes, hortas comunitárias, propriedades rurais e produtores locais, entre outras organizações públicas e privadas.

Dessa forma, a contratação ora proposta é imprescindível para garantir a continuidade, ampliação e qualificação dos serviços prestados, contribuindo para o cumprimento das metas estabelecidas no **Contrato de Repasse nº 978239/2025/MDS/CAIXA** e para a efetivação das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.5090-52 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

3.2 Previsão no Plano de Contratações Anual (PCA)

Não houve previsão em plano de contratação anual uma vez que a Prefeitura de Marília ainda não elaborou o referido plano para o exercício de 2026. Ainda assim, a estimativa de valor foi considerada na previsão da LOA 2026.

3.3 Justificativa da quantidade solicitada:

Considerando o funcionamento do Banco Municipal de Alimentos Geralda de Souza, a aquisição dos itens de consumo, serviços, equipamentos e mobiliários, nas quantidades requisitadas, garantirá a adequada estruturação física da unidade e atenderá de forma satisfatória à demanda do programa.

O Banco realiza a coleta, triagem, higienização, armazenamento e distribuição de alimentos perecíveis e não perecíveis provenientes de doações de parceiros públicos e privados, com volume médio semanal de 1 a 1,5 toneladas, destinados a cerca de 150 famílias atendidas pelos cinco CRAS do município.

A aquisição dos itens nas quantidades indicadas possibilitará:

- Adequar o ambiente às normas sanitárias e de segurança alimentar;
- Garantir o correto armazenamento e manuseio dos alimentos;
- Ampliar a eficiência operacional e a capacidade de atendimento;
- Assegurar condições adequadas de trabalho à equipe técnica.

Ressalta-se que o Plano de Trabalho aprovado no âmbito do Contrato de Repasse nº 978239/2025/MDS/CAIXA prevê a modernização do Banco Municipal de Alimentos, contemplando a aquisição dos referidos itens conforme a estrutura atual e os volumes operacionais da unidade. Dessa forma, os materiais previstos mostram-se adequados e suficientes, assegurando a continuidade, ampliação e qualificação das ações de segurança alimentar desenvolvidas no município.

Para estimar a quantidade a ser adquirida também foi levado em consideração os seguintes pontos:

- Disponibilidade financeira;
- Disponibilidade orçamentária.

3.4 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação

3.4.1. Esta Licitação será realizada por Item.

3.4.2. Justificamos que a licitação será realizada por ITEM considerando que o objeto admite divisão técnica e operacional sem prejuízo à execução contratual, ampliando a competitividade e



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.5090-52 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

4.5. Dos Manuais

4.4.1. Os itens classificados sob os códigos 1.47.01.0359-9, 4.02.16.0226-6, 4.02.04.0800-8, deverão possuir manual de operação.

4.6. Das Fichas Técnicas:

4.6.1. Após a fase de disputa, negociações e solicitação do(a) Pregoeiro(a), a empresa provisoriamente classificada em 1º lugar para os itens 1 a 7, classificados sob os códigos: 1.27.01.9819-7, 1.41.01.0151-4, 1.47.01.0359-9, 1.27.01.9820-0, 4.02.16.0226-6, 1.41.01.0152-2, 4.02.04.0800-8, deste instrumento, deverá apresentar juntamente com a proposta atualizada, **FICHA TÉCNICA DO FABRICANTE EM LÍNGUA PORTUGUESA** dos itens.

4.6.2. Para análise, serão verificadas as características do produto exigidas neste instrumento, sendo que para aprovação, devem-se atender todas as especificações mínimas exigidas do produto.

4.6.3. As fichas serão avaliadas pela servidora:

Priscila Tiemi Ozawa – Cargo: Assistente Administrativo – CPF: 331.258.538-42

4.6.4. A qualquer tempo a Prefeitura Municipal de Marília poderá realizar diligências para os esclarecimentos que se fizerem necessárias.

4.6.5. Justifica-se a exigência de apresentação de ficha técnica do fabricante com o objetivo de possibilitar a verificação detalhada das especificações dos produtos ofertados, assegurando sua conformidade com os requisitos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência. Tal medida visa garantir a aquisição de equipamentos de qualidade, compatíveis com as necessidades da Administração, evitando o fornecimento de itens inadequados e resguardando o interesse público, a eficiência e a correta aplicação dos recursos públicos.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Os itens objeto deste Termo de Referência devem obedecer aos seguintes critérios e estarem de acordo com as especificações descritas neste Termo.

5.2 Os itens classificados sob os códigos 1.27.01.9819-7, 1.27.01.9820-0, 4.02.16.0226-6, 1.41.01.0152-2 poderão ser entregues desmontados, desde que a contratada se responsabilize pela montagem e instalação completas no endereço indicado pela contratante, sem ônus adicional, cabendo-lhe todos os custos e procedimentos necessários à plena operação dos equipamentos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.5090-52 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

5.3. Subcontratação

5.3.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.3.2 Justifica-se a negativa da subcontratação pelas razões que seguem:

5.3.2.1 Apenas parte do contrato poderia ser subcontratada, nunca a integralidade, dificultando a fiscalização e gestão do contrato por impossibilidade de existência de relação jurídica direta entre Administração e Subcontratada;

5.3.2.2 Daria oportunidade para licitantes não qualificados participarem do certame com intuito prévio de terceirizar a execução do objeto;

5.3.2.3 Levaria à abertura para intermediação de negócios, encareceria os custos da contratação,

5.4. Da Proposta

5.4.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data de encerramento para entrega das propostas iniciais.

5.4.2. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta considerando quantitativos inferiores aos previstos para contratação.

5.5. Das Garantias

5.5.1. GARANTIA DA PROPOSTA

5.5.1.1. Não haverá exigência de garantia da proposta.

5.5.2. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

5.5.2.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que os produtos e serviços a serem adquiridos são de natureza comum.

5.5.3. Garantia do Objeto

5.5.3.1. Os bens classificados como Investimento, **de natureza permanente**, relacionados na Tabela do item 2.1, correspondentes às numerações **01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07**, deste Termo de Referência, classificados sob os códigos: 1.27.01.9819-7, 1.41.01.0151-4, 1.47.01.0359-9, 1.27.01.9820-0, 4.02.16.0226-6, 1.41.01.0152-2, 4.02.04.0800-8, deverão possuir prazo de garantia conforme o ofertado pelo fabricante, **não podendo ser inferior a 12 (doze) meses**, contados a partir do **recebimento definitivo** pela Administração.

5.5.3.2. Durante o período de garantia, caso o objeto apresente **vícios, defeitos ou irregularidades**, a Contratada deverá proceder ao reparo, substituição ou correção **sem qualquer ônus para a Administração**, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** a contar da notificação formal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.5090-52 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

5.5.3.3. O pedido de substituição ou reparo durante o período de garantia poderá ser formalizado **por meio de telefone, e-mail ou outro meio hábil de comunicação** que assegure o recebimento da solicitação pela Contratada.

5.5.3.4. As substituições de peças e a mão de obra empregadas nos reparos estarão sujeitas às normas e práticas vigentes no mercado, devendo observar as **legislações pertinentes e as especificações técnicas do fabricante**.

5.5.3.5. É **vedada a utilização de peças ou componentes recondicionados, usados ou de segunda mão**, sendo obrigatória a utilização de **peças novas e originais**, compatíveis com o equipamento e de acordo com as especificações do fabricante.

5.5.3.6. Os produtos adquiridos deverão dispor de **assistência técnica própria ou credenciada com atendimento no município**, de modo a assegurar o atendimento adequado durante o período de garantia e a realização de eventuais manutenções corretivas.

5.5.3.7. Caso a Contratada **não possua assistência técnica autorizada** no município da unidade contratante, deverá, **às suas expensas e dentro do prazo de garantia:**

5.5.3.7.1. Providenciar o deslocamento dos equipamentos até a assistência técnica mais próxima; ou

5.5.3.7.2. Enviar técnico habilitado ao local de instalação para efetuar o reparo in loco, garantindo o pleno funcionamento do equipamento.

5.5.3.8. O licitante vencedor deverá entregar, **no ato da entrega do objeto e juntamente com a Nota Fiscal, o Termo de Garantia do fabricante**, devidamente preenchido e assinado.

5.5.3.9. Na hipótese de **defeito de fabricação irrecuperável** ou caso se constate que o produto não atende às especificações da proposta, a Contratada deverá, **às suas custas**, proceder à **substituição integral do equipamento** por outro novo, equivalente em especificações e qualidade, iniciando-se novo prazo de garantia a partir da data da substituição e instalação.

5.5.3.10. Justifica-se a exigência de garantia mínima para os bens de natureza permanente em razão da necessidade de assegurar a qualidade, durabilidade e adequado funcionamento dos equipamentos adquiridos, resguardando a Administração Pública contra eventuais vícios ou defeitos de fabricação. A previsão de garantia visa, ainda, evitar prejuízos ao erário, garantir a continuidade dos serviços públicos e assegurar que eventuais falhas sejam sanadas sem custos adicionais, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de Entrega:

6.1.1. Para materiais permanentes (códigos 1.27.01.9819-7, 1.41.01.0151-4, 1.47.01.0359-9, 1.27.01.9820-0, 4.02.16.0226-6, 1.41.01.0152-2, 4.02.04.0800-8)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.5090-52 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

6.1.1.1. Os materiais, rigorosamente de acordo com o ofertado nas propostas, deverão ser entregues no prazo de até **30 (trinta) dias** corridos contados do recebimento da AF (Autorização de Fornecimento), podendo ser prorrogado desde que plenamente justificado e autorizado pela Administração – Frete CIF – Marília/SP.

6.1.2. Para materiais de consumo (códigos 1.10.02.0072-7, 1.01.02.2258-6, 1.10.02.0073-5, 1.11.01.0236-1, 1.11.01.0108-0, 1.03.01.0313-2, 1.03.01.0800-2, 1.10.02.0074-3)

6.1.2.1. Os materiais, rigorosamente de acordo com o ofertado nas propostas, deverão ser entregues no prazo de até **15 (quinze) dias** corridos contados do recebimento da AF (Autorização de Fornecimento), podendo ser prorrogado desde que plenamente justificado e autorizado pela Administração – Frete CIF – Marília/SP.

6.1.3. Para o serviço de Tela em Fibra de Vidro devidamente Instalada e Montada (código 2.02.99.0077-4)

6.1.3.1. O objeto, rigorosamente de acordo com o ofertado na proposta, deverá ser executado no prazo de **até 30 (trinta) dias** corridos contados do recebimento da OS (Ordem de Serviço), podendo ser prorrogado desde que plenamente justificado e autorizado pela Administração – Frete CIF – Marília/SP.

6.1.4 A empresa contratada se responsabilizará pelo transporte e eventuais danos causados aos produtos por seus empregados, mesmo nas dependências físicas da Secretaria.

6.2. LOCAL E HORÁRIOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.2.1. Os materiais serão entregues e o serviço será executado seguinte endereço: **Banco de Alimentos, localizado na Rua Catanduva, nº 611, bairro Alto Cafezal, Marília/SP.**

6.2.2. Os materiais serão entregues e o serviço será executado no seguinte horário: de segunda a sexta-feira das 08hs às 16hs (com exceção de feriados e pontos facultativos). Sem prejuízo ao andamento normal das atividades nos locais das intervenções. Em casos excepcionais, a entrega poderá ser realizada aos sábados, domingos e feriados, desde que solicitado com antecedência mínima de três dias úteis, devidamente autorizados pela Administração.

6.2.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.5090-52 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

- 6.2.4. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.2.5. A Prefeitura de Marília poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.3. DO RECEBIMENTO

- 6.3.1. Os objetos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, **no ato da finalização da entrega dos materiais e na execução do serviço**, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta
- 6.3.2. Sob pena de não recebimento do objeto e instauração do devido processo administrativo, no prazo estabelecido neste Termo, a nota fiscal será apresentada no ato da entrega dos produtos e na execução do serviço, deverá ser emitida pela mesma empresa, com o mesmo CNPJ da vencedora deste pregão
- 6.3.3. Serão rejeitados no recebimento os produtos fornecidos e o serviço executado com especificações diferentes das constantes neste Termo e na Proposta
- 6.3.4. Para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação será emitido Termo de Recebimento Provisório
- 6.3.5. Se, após o recebimento, constar-se que o objeto foi entregue e executado em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à PROPONENTE vencedora, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento até que sanada a situação
- 6.3.6. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser adequados no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades
- 6.3.7. Após verificação da qualidade e quantidade do objeto e aceitação do mesmo será emitido Termo de Recebimento Definitivo
- 6.3.8. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e consequente aceitação mediante termo detalhado
- 6.3.9. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais
- 6.3.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da execução nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.5090-52 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

6.4. É dever da CONTRATADA:

- 6.4.1. No decorrer da entrega dos objetos e execução dos serviços, determinar que seus funcionários e prepostos obrigatoriamente utilizem uniforme ou outra vestimenta do tipo, identificando a CONTRATADA, o qual deverá ser fornecido pela mesma, e os equipamentos de segurança específicos (EPI), quando couber, estabelecidos pela legislação pertinente.
- 6.4.2. Responsabilizar-se por danos e/ou prejuízos causados diretamente por seus funcionários durante a entrega dos objetos e execução dos serviços aos equipamentos, instalações gerais ou patrimônio da Secretaria, inclusive danos materiais e pessoais causados a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, apurados após regular processo administrativo.
- 6.4.3. Arcar com todos os encargos incidentes, seja da seguridade social, trabalhista, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil, criminal, previdenciária, de acidentes de trabalho, ou ainda, indenizações de qualquer natureza devidas a seus empregados, dirigentes, prepostos envolvidos no trabalho pertinente ao objeto da licitação.
- 6.4.4. Responder por quaisquer danos ou prejuízos porventura causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, eximindo-se a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;
- 6.4.5. Responsabilizar-se pelo pagamento da remuneração, transporte e alimentação dos profissionais executores da entrega dos objetos e execução dos serviços.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 Da assinatura do contrato

7.1.1. A empresa vencedora será convocada pela Divisão de Contratos do Município, para assinar o instrumento contratual.

- 7.1.1.1. Será dispensada a formalização de contrato em relação aos itens classificados em “Custeio”, relacionados na Tabela do item 2.1 deste Termo de Referência, correspondentes às numerações 08 a 16 e classificados sob os códigos: 1.10.02.0072-7, 1.01.02.2258-6, 1.10.02.0073-5, 1.11.01.0236-1, 1.11.01.0108-0, 1.03.01.0313-2, 1.03.01.0800-2, 1.10.02.0074-30 e 2.02.99.0077-4.

7.1.2. A Administração encaminhará o Instrumento Contratual, por meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

- 7.1.2.1 A assinatura deverá ser preferencialmente eletrônica, com certificação pela ICP-Brasil, podendo ser realizada gratuitamente pelos seguintes sites:
<https://assinador.iti.br/assinatura/> ou <https://marilia.1doc.com.br/atendimento>;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.5090-52 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

7.1.3 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada e, desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

7.1.4 Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato, consoante o disposto no artigo 90, da Lei Federal n.º 14.133/21.

7.1.5 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

7.1.6. No ato da assinatura do contrato a CONTRATADA deverá apresentar a “ Declaração de Atualização Cadastral”, conforme item 1.d do Termo de Ciência e Notificação nos termos do artigo 2º da Instrução Normativa 01/2020 (módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – Cad-TECESP- <https://www.tce.sp.gov.br/cadtecesp/>).

7.2. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

7.2.1. O prazo de vigência do contrato fica vinculado ao recebimento definitivo do objeto.

7.3. DO REAJUSTE DO CONTRATO

7.3.1. Os preços inicialmente contratados somente poderão sofrer reajuste após 12 (doze) meses, contados da data do Orçamento Estimado, nos termos do Artigo 92, § 3º da Lei Federal nº 14.133/21, para reposição de eventual perda inflacionária, mediante requerimento da CONTRATADA, pelo índice do IPCA ou outro que vier a substituí-lo a fim de manter o valor real de mercado.

7.3.2. O requerimento deverá ser protocolado no site: www.marilia.1doc.com.br/atendimento, será apreciado pelos setores técnicos competentes e, ao final decidido pelo Gestor do Contrato.

7.3.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.3.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.3.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.3.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Assinado por 1 pessoa: HÉLIDE MARIA PARRERA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marilia.1doc.com.br/verificacao/B4B99232-9786-4B32-9F86-41B9B721>



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.5090-52 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

- 7.3.8.** O reajuste **poderá ser realizado por apostilamento** ao processo que originou o contrato, dispensada a formalização de termo Aditivo, conforme Artigo 136 da Lei Federal n.º 14.133/21.

7.4. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 7.4.1.** A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, a critério do **CONTRATANTE**, a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.
- 7.4.2.** Constituem motivos para a extinção do contrato, aqueles elencados na Lei Federal n.º 14.133/21, e deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas situações previstas no artigo 137 da referida Lei.

7.5. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 7.5.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), conforme segue abaixo:

Fiscal do Contrato: Priscila Tiemi Ozawa – Cargo: Assistente Administrativo – CPF: 331.258.538-42

Fiscal Substituto do Contrato Rafael Capputti de Lara - Cargo: Cuidador Social - CPF: 229.056.248-33

- 7.5.2.** O Fiscal de Contratos possui as seguintes atribuições, nos termos do Artigo 7º do Decreto Municipal 14.464/2024:

- 7.5.2.1.** Esclarecer prontamente as dúvidas surgidas na execução do objeto contratado;
- 7.5.2.2.** Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias ao contratado para perfeita execução dos serviços;
- 7.5.2.3.** Encaminhar os apontamentos, realizados em registro próprio, ao gestor de contratos para que o mesmo tome as providências cabíveis;
- 7.5.2.4.** Proceder, conforme o caso, avaliação do cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;
- 7.5.2.5.** Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;
- 7.5.2.6.** Conferir e certificar as faturas ou notas fiscais relativas às aquisições, serviços ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.5090-52 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

obras e encaminhá-las à unidade responsável pela gestão do contrato;

- 7.5.2.7. Proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada, informando à unidade responsável pela gestão da contratação o que pode resultar na execução diversa do que foi contratado;
- 7.5.2.8. Determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- 7.5.2.9. Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- 7.5.2.10. Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- 7.5.2.11. Realizar, na forma do art. 140, da Lei Federal nº 14.133/2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- 7.5.2.12. Propor ao gestor de contratos, a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
- 7.5.2.13. Outras atividades compatíveis com a função.

7.6. GESTOR DO CONTRATO

7.6.1. Fica indicado o Gestor do contrato, conforme segue abaixo:

Gestor do Contrato: Héliide Maria Parrera, Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania, CPF nº 407.273.308-37, ou por seu substituto.

- 7.6.2. O Gestor do Contrato terá atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, nos termos do Artigo 8º do Decreto Municipal 14.464/2024, especialmente:
 - 7.6.2.1. Controlar a vigência do contrato;
 - 7.6.2.2. Tomar providências objetivando eventual prorrogação do prazo ou abertura de novo processo licitatório;
 - 7.6.2.3. Recepcionar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e proceder os devidos encaminhamentos;
 - 7.6.2.4. Analisar os pedidos de aditivo contratual e proceder os devidos encaminhamentos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.5090-52 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

- 7.6.2.5. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- 7.6.2.6. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 7.6.2.7. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado;
- 7.6.2.8. Analisar a documentação que antecede o pagamento;
- 7.6.2.9. Acompanhar o prazo para concessão de reajuste de preços, nos termos da data-base fixada no instrumento convocatório e tomar as providências necessárias para que o mesmo seja formalizado, após requerimento do interessado, mediante termo de apostilamento.
- 7.6.2.10. Acompanhar a renovação e/ou atualização das garantias contratuais no caso de prorrogação ou alteração de valores dos instrumentos contratuais;
- 7.6.2.11. Solicitar o empenho dos valores correspondentes aos contratos, aditivos ou atualizações.
- 7.6.2.12. Outras atividades compatíveis com a função.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Critérios de Medição

- 8.1.1. A medição consiste na verificação de que a entrega/execução atende ao que foi solicitado. Dessa forma, para a presente aquisição/execução, a medição será realizada no ato da entrega/execução, pelo servidor responsável pelo recebimento/acompanhamento do serviço, o qual verificará se os critérios de medição foram atendidos.

8.2. Da Liquidação

- 8.2.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.2.1.1. o prazo de validade;
- 8.2.1.2. a data da emissão;
- 8.2.1.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.2.1.4. o valor a pagar; e
- 8.2.1.5. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 8.2.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

- 8.2.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.5090-52 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

ANEXO I

Planilha de Estimativa de Valor e Pesquisas de Preços

QUADRO COMPARATIVO DE PREÇOS

						https://www.lojasebem.com.br/pia-tanque-mesa-com-2-cubas-tanques-cozinha-industrial-em-inox-2-metros-imeca/?utm_source=google_shopping&utm_medium=search&utm_campaign=comp-aradores&srsltid=AfmBOooq-DXW8TuvnZU43z3g4H3hv-bscGvVu19cZcTSL0p0n0fWIII.Rml0	https://www.lojabrazil.com.br/mesa-pia-aco-inox-industrial-c-paneleiro-c-duas-cubas-50x40x25cm-200x70x90cm-brascool.html	https://loja.acorio.com.br/sob-medida/mesa-pia-em-aco-inox-com-duas-cubas-centro-e-prateleira	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL MÉDIO
						Loja Sebem - Equipamentos e Utilidades - CNPJ: 02324478000100	EBG INDUSTRIAL LTDA. - CNPJ: 12.501.214/0001-20	Aco Rio Comercio de Inox Eireli - CNPJ: 35.398.903/0001-57		
Item	Natureza da Despesa	Código	QTDE	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Unitário	Valor Unitário		
1	Investimento - Material Permanente - 4.4.90.52.00	1.27.01.9819-7	2	Und.	<p>Mesa pia confeccionada com estrutura metálica reforçada e tampo em aço inoxidável, contendo duas cubas e prateleira inferior tipo paneleiro, conforme especificações mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Estrutura: confeccionada em aço carbono com pintura eletrolítica, tratamento anticorrosivo equivalente ou material superior, com perfis dobrados e soldados, garantindo resistência, estabilidade e durabilidade. •Tampo e cubas: confeccionados em aço inoxidável AISI 430 ou superior, com soldas contínuas, acabamento escovado, cantos internos arredondados e superfícies lisas para facilitar a higienização. •Quantidade de cubas: 2 (duas). •Testeira: altura mínima de 10 cm. •Borda de contenção: altura mínima de 2 cm. •Prateleira inferior: tipo paneleiro, fixa, confeccionada em aço carbono ou material superior, integrada à estrutura e dimensionada para suporte de utensílios, plena ou perfurada (vazada). •Dimensões das cubas: <ul style="list-style-type: none"> oLargura (frente): 50 cm oComprimento (lateral): 40 cm oProfundidade: 25 cm •Dimensões totais: <ul style="list-style-type: none"> oAltura: 90 cm oLargura (frente): 1,90 m oComprimento (lateral): 70 cm •Acabamento: o produto deverá ser entregue sem rebarbas, cortes, oxidação ou deformações. •Normas e qualidade: o produto deverá atender às normas técnicas aplicáveis de segurança, soldagem e acabamento para mobiliário em aço inox. 	R\$ 2.699,97	R\$ 3.659,00	R\$ 3.127,85	R\$ 3.162,27	R\$ 6.324,54

						https://www.construinox.com.br/carro-para-detritos-80-litros-com-acionamento-por-pedal?search=mesa	https://lojarelux.com.br/produto/carro-para-detritos-modular-em-inox-80-litros/	https://www.grupoarimaq.com.br/lixera-em-inox-40-litros-com-rodizios-e-pedal-codigo-1553-imeca		
						Construinox Comércio Eletrônico Ltda - CNPJ: 21.995.844/0001-90	RLX ARTEFATOS DE AÇOS LTDA – 44.985.998/0001-04	Planeta de Meriti Comercio de Maquinas Ltda - CNPJ: 09.571.054/0001-81		
2	Investimento - Material Permanente - 4.4.90.52.00	1.41.01.0151-4	1	Und.	<p>Carro lixeira para detritos, confeccionado em aço inoxidável, com tampa basculante e acionamento por pedal, conforme especificações mínimas a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Material: aço inoxidável AISI 304 ou superior. •Acabamento: escovado, livre de rebarbas e deformações. •Capacidade: 80 litros. •Tampa: basculante, removível, em aço inoxidável, com puxador e sistema de acionamento leve por pedal mecânico. •Sistema de acionamento: exclusivamente mecânico, por pedal em aço inoxidável, de fácil operação e retorno automático. •Alças laterais: anatômicas, em aço inoxidável, fixadas nas laterais para facilitar o manuseio e transporte. •Rodízios: Conjunto de rodízios giratórios de aproximadamente Ø3", adequados ao peso e deslocamento do equipamento. •Medidas aproximadas: 47 x 59 cm (L x A). 	R\$ 2.424,95	R\$ 990,00	R\$ 2.188,99	R\$ 1.867,98	R\$ 1.867,98
						https://www.magazineluiza.com.br/balanc-a-eletronica-pesadora-w30-led-ate-30-kg-10g-welmy/p/cg0ke8f838/cp/bala/?utm_source=bing&utm_medium=cpc&utm_campaign=bing_eco_per_ven_sho_all_sor_3p_all-products-std&partner_id=77025&utm_term=77025&gclid=60412627567016c7efd74e6ecbe6fe45&gclidsrc=3p.ds&msclkid=60412627567016c7efd74e6ecbe6fe45	https://www.lojadomecanico.com.br/produto/605677/37/797/balanca-pesadora-30kg-x-10g-bivolt-branca-ramuza-1211	https://www.leroymerlin.com.br/balanca-digital-comercial-balmak-one-elco-6-15-30_1568045335?is_recommended_product=true		
						Magazine Luiza S/A - CNPJ: 47.960.950/1088-36	GurgelMix Máquinas e Ferramentas S.A. CNPJ: 29.302.348/0001-15	Leroy Merlin Cia Brasileira de Bricolagem. Inscrição estadual nº 298.176.665.115 CNPJ nº 01.438.784/0048-60.		

3	Investimento - Material Permanente - 4.4.90.52.00	1.47.01.0359-9	1	Und.	Balança Eletrônica Pesadora – Capacidade 30 kg x 10 g, conforme especificações mínimas a seguir: •Capacidade máxima: 30 kg •Divisão (resolução): 10 g •Display do operador (frontal): LED ou LCD retroiluminado •Bainel: à prova de respingos, com no mínimo 2 teclas (zero e tara) •Função tara: mínimo 15 kg •Tipo de montagem: Mesa •Bandeja: em aço inoxidável, com dimensões aproximadas de 300 x 240 mm •Estrutura externa: em plástico resistente, com pés reguláveis •Fonte de alimentação: externa, com saída DC 6V ± 500mA, entrada bivolt automática (110 a 240 VAC) •Dimensões aproximadas: oAltura: 14 cm oLargura: 38 cm oComprimento: 38,5 cm •Equipamento homologado pelo Inmetro, com selo de conformidade e aferição vigente pelo IPEM	R\$ 934,25	R\$ 869,42	R\$ 909,16	R\$ 904,28	R\$ 904,28
						https://www.rebal.com.br/estante-aco-inox-304-com-4-prateleiras-gradeadas-proest-m-promaq-0pq-072-p1491	https://www.norterefrigeracao.com.br/estante-inox-4-prateleiras-ate-200kg-imeca-180x110x50cm-3917-158154?srsltid=AfmBOovXzKBDkR3VO3JnJVoLYAzBPFM6BOqQoYaMw5uB18yobY6lCtgMU	https://www.atualstore.com/produto/483-prateleira-4-planos-perfurados-actual-inox-p4pp		
						Rebal Comercial LTDA - CNPJ: 44.386.134/0001-68	Norte Refrigeração CNPJ MATRIZ :04.920.658.0001-72	Atualstore M A Quintanilha LTDA - CNPJ: 30.987.008/0001-54		
4	Investimento - Material Permanente - 4.4.90.52.00	1.27.01.9820-0	2	Und.	Estante confeccionada em aço inoxidável, com quatro prateleiras gradeadas. Especificações mínimas: •Material: aço inoxidável AISI 304 ou superior, com acabamento escovado, resistente à corrosão e fácil de higienizar; •Quantidade de prateleiras: 4 (quatro) unidades, do tipo gradeadas, fixas ou reguláveis; •Estrutura: montantes em tubos de aço inoxidável, com soldas firmes e acabamento liso, sem rebarbas; •Capacidade de carga: cada prateleira deve suportar, no mínimo, 50 kg distribuídos uniformemente; •Pés: com terminais plásticos ou niveladores ajustáveis, que garantam estabilidade e proteção ao piso; •Acabamento: superfícies lisas, sem cantos vivos ou deformações, com polimento uniforme; •Medidas aproximadas (admite-se variação de até ±5%): oAltura: 1800 mm; oLargura: 900 mm; oProfundidade: 500 mm;	R\$ 2.311,90	R\$ 2.799,65	R\$ 3.690,00	R\$ 2.933,85	R\$ 5.867,70

					https://www.jccamarasfrias.com/search?ty=product&options%5Bprefix%5D=last&q=C%C3%A2mara+Fria+JC+2x2+Resfriado+-+JC+C%C3%A2maras+Frigor%C3%Adficas	https://www.multifrioshop.com/camara-frigorifica-congelados/camara-fria-congelados-2x2	https://www.webcontinental.com.br/camara-fria-gallant-2r-dcp-2x2-paineis-resfriado-standard-com-piso-pain-com-cond-danf-220v-mono/p?&utm_source=google&utm_medium=cpc&gad_source=1&gad_campaignid=21003180642&gbraid=0AAAAAD5MhPy583V7fTtYvAQZgscZTYfYyH&gclid=EAlaIQobChMIobGSwbLvkAMVD1dIAB0pVSWUEAQYBCABEgltNfD_BwE			
					JC Câmaras Frigoríficas - CNPJ 34.950.226/0001-75	MTF REFRIGERACAO LTDA - CNPJ 57.190.298/0001-67 –	Webcontinental LTDA - CNPJ: 08.584.116/0001-27			
5	Investimento - Material Permanente - 4.4.90.52.00	4.02.16.0226-6	1	Und.	<p>Câmara fria resfriada modular sem piso, conforme especificações mínimas: •Modelo: tipo resfriado (temperatura de operação entre 0 °C e 10 °C); •Indicação: Mercados, padarias, floriculturas, fruteiras, açougues, comércios etc •Dimensões externas (CxLxA): aproximadamente 2,28 × 2,42 × 2,47 m; •Dimensões internas (CxLxA): aproximadamente 2,14 × 2,28 × 2,40 m; •Isolamento térmico: painéis modulares de 100 mm de espessura, com núcleo em EPS (poliestireno expandido) ou PU (poliuretano expandido) e revestimento em aço; •Piso: sem isolamento, tipo sem piso; •Porta: tipo giratória, injetada em poliuretano, medindo aproximadamente 0,80 × 1,80 m, com acabamento branco; •Cor externa: branca; •Unidade condensadora: hermética, com capacidade mínima de 2.300 kcal/h; •Fluido refrigerante: R22 (ou equivalente ambientalmente adequado); •Tensão de alimentação: 220 V, monofásica; •Potência do sistema: aproximadamente 1.520 W; •Evaporador: com forçador de ar e 2 motoventiladores de 250 mm; •Vazão de ar interno: mínima de 1.800 m³/h; •Sistema de degelo: elétrico; •Consumo médio de energia: cerca de 3,3 kWh; •Iluminação interna: com lâmpada LED; •Fixação dos painéis: por rebites ou sistema equivalente que assegure vedação e estabilidade estrutural; •Peso aproximado: 335 kg; •Garantia: mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. •A câmara fria deverá ser entregue completa, montada e testada, pronta para operação. •Todos os componentes deverão atender às normas de segurança elétrica e de refrigeração aplicáveis. •Dimensões externas e internas aproximadas, admitindo variação de até ±5%</p>	R\$ 24.947,65	R\$ 24.477,81	R\$ 26.120,76	R\$ 25.182,07	R\$ 25.182,07

					https://www.superproatacado.com.br/paleteira-manual-hidraulica-pm-685-3-da-lynus-140790/p	https://www.petrolider.com.br/movimentacao-de-cargas/paleteiras-transpaletes/paleteira-hidraulica-manual-para-2-5-toneladas?srsId=AfmBOor2Dkzu7BHEn12iXFN4_aUBUm5J77zR2jPRin_nL62XkAu4kYUu	https://www.anhangueraferramentas.com.br/produto/transpalette-manual-tm-2500-tp-2500kg-680mm-com-rodas-tandem-de-poliuretano-paleta-trans-101422?gad_source=1&gad_campaignid=21102881032&gbraid=0AAAAADs0iZLqguZldJTjEmvBW9E2c7M9_gclid=EAlaIaIqObChMIyODk57TvkAMVKIRIAB0Wrh-ZEAQYESABEgJZe_D_BwE			
					Super Pro Atacado CNPJ 08.858.579/0015-35	PETRO LIDER COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ABASTECER E LUBRIFICAR LTDA - CNPJ: 34.560.360/0001-60	Anhanguera Comércio de Ferramentas Ltda CNPJ: 00.565.813/0001-29			
6	Investimento - Material Permanente - 4.4.90.52.00	1.41.01.0152-2	1	Und.	Transpaleteira manual hidráulica de operação por tração manual. Especificações mínimas: •Capacidade nominal de carga: 2.500 kg (2,5 toneladas); •Altura mínima do garfo (abaixado): até 85 mm; •Altura máxima do garfo (elevado): aproximadamente 200 mm; •Comprimento do garfo: 1.150 mm, admitindo variação de ±5%; •Largura total do conjunto dos garfos: entre 520 mm e 550 mm; •Rodas diretrizes (dianteiras): em poliuretano ou nylon, com rolamentos vedados; •Rodas dos garfos (traseiras): em poliuretano ou nylon duplas, com rolamentos vedados; •Sistema de elevação: hidráulico, com bomba em aço de alta resistência e válvula de segurança contra sobrecarga; •Acionamento: manual, por alavanca com três posições (subida, descida e neutro); •Cabos de comando: revestidos em borracha ou material termoplástico antiderrapante; •Estrutura: em aço carbono reforçado, pintura eletrostática ou galvanizada, resistente à oxidação; •Garantia mínima: 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. •O equipamento deve ser entregue montado e pronto para operação. •Todos os componentes devem ser isentos de rebarbas, falhas de solda ou deformações. •Deverá acompanhar manual de operação e instruções de manutenção preventiva.	R\$ 2.616,58	R\$ 2.690,00	R\$ 2.556,67	R\$ 2.621,08	R\$ 2.621,08

						https://www.magazineluiza.com.br/micro-ondas-philco-33l-branco-pmc38b/p/238510400/cd/mond/	https://www.casasbahia.com.br/forno-de-micro-ondas-lg-30-litros-ms3091-com-funcao-limpa-facil-e-descongelamento-uniforme-preto-e-branco/p/55003312?utm_campaign=DescontosEspecial&utm_medium=BuscaOrganica&utm_source=Google	https://www.webcontinental.com.br/micro-ondas-brastemp-32-litros-cor-cinza-espelhado-110v-000387001302/p/utm_medium=cp&utm_source=zoom&utm_campaign=a746c94e6d714822a4133c0b77d1404e		
						Magazine Luiza S/A - CNPJ: 47.960.950/1088-36	Grupo Casas Bahia S.A. CNPJ: 33.041.260/0652-90	Webcontinental LTDA - CNPJ: 08.584.116/0001-27		
7	Investimento - Material Permanente - 4.4.90.52.00	4.02.04.0800-8	1	Und.	Micro-ondas com capacidade interna de aproximadamente 30 a 33 litros, conforme especificações a seguir. <ul style="list-style-type: none"> •Capacidade: aproximadamente 30 a 33 litros; •Potência mínima: 900 W; •Tensão: bivolt ou conforme rede elétrica local (127 V); •Painel digital ou mecânico, com funções de aquecimento, descongelamento e timer; •Brato giratório removível; •Interior em aço inox ou esmaltado, fácil limpeza; •Borta de vidro ou outro material resistente, com vedação adequada e trava de segurança; •Acabamento externo em aço pintado, epóxi ou inoxidável, resistente à corrosão; •Acompanhar Manual de operação. 	R\$ 1.230,00	R\$ 832,22	R\$ 778,16	R\$ 916,04	R\$ 916,04
						https://loja.tnaplast.com.br/produtos/smart-pallet-vazado-1210-3-03-runners-superficie-vazada-100m-x-120m/	https://valledosplasticos.com.br/produtos/smart-pallet-eco-1210-vazado/	https://www.lojadomecanico.com.br/produto/187188/42/391/smart-pallet-com-3-runners-preto-1000x1200x150mm-lar-plasticos-2165/153/?utm_source=google&utm_medium=cp&utm_campaign=MONKS_GG_F_S_HOPPING_CURVA_A&utm_content=&gad_source=1&gad_campaignid=22817350947&gbraid=0AAAAADsnwSZDd6D_sSzW_HrlgY2ingen0&gclid=EA1a1QobChM1b1_KirfvkAMVKnFIAB2AHyXFEAOYBiAB_EgLrf_D_BwE		
						TNA PLAST - CNPJ 27509425000187	Valle dos Plásticos - 49314249000160	GurgelMix Máquinas e Ferramentas S.A. CNPJ: 29.302.348/0001-15		
8	Custeio - Material de Consumo - 3.3.90.30.00	1.10.02.0072-7	20	Und.	Pallet Plástico Vazado com 3 Runners, especificações mínimas: <ul style="list-style-type: none"> •Tipo: pallet plástico com superfície vazada; •Dimensões aproximadas (CxLxA): 1200 x 1000 x 150 mm (admite-se variação de ±5%); •Estrutura: com 03 runners (longarinas) integradas à base; •Material: polipropileno polipropileno (PP) ou polietileno (PEAD) de alta densidade; •Capacidade de carga dinâmica: mínima de 1.500 kg; •Capacidade de carga estática: mínima de 3.000 kg; •Superfície: vazada e antiderrapante; •Cores: padrão do fabricante (preferencialmente neutra); •Compatibilidade: adequada para movimentação por empilhadeiras e transpaletas; •O produto deverá ter acabamento uniforme e sem rebarbas 	R\$ 338,61	R\$ 493,90	R\$ 289,90	R\$ 374,14	R\$ 7.482,80
						https://pncp.gov.br/app/atas/44723674000190/2025/8/50/1	https://pncp.gov.br/app/atas/7601746600/0161/2025/109/3	https://pncp.gov.br/app/atas/46638714000120/2025/169/1		
						GKS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA CNPJ 30.622.265/0001-92	LUCAS MENDES BRIZOLA CNPJ 29.724.021/0001-31	FENRIR MINERALS DO BRASIL LTDA – CNPJ 53.154.568/0001-23		

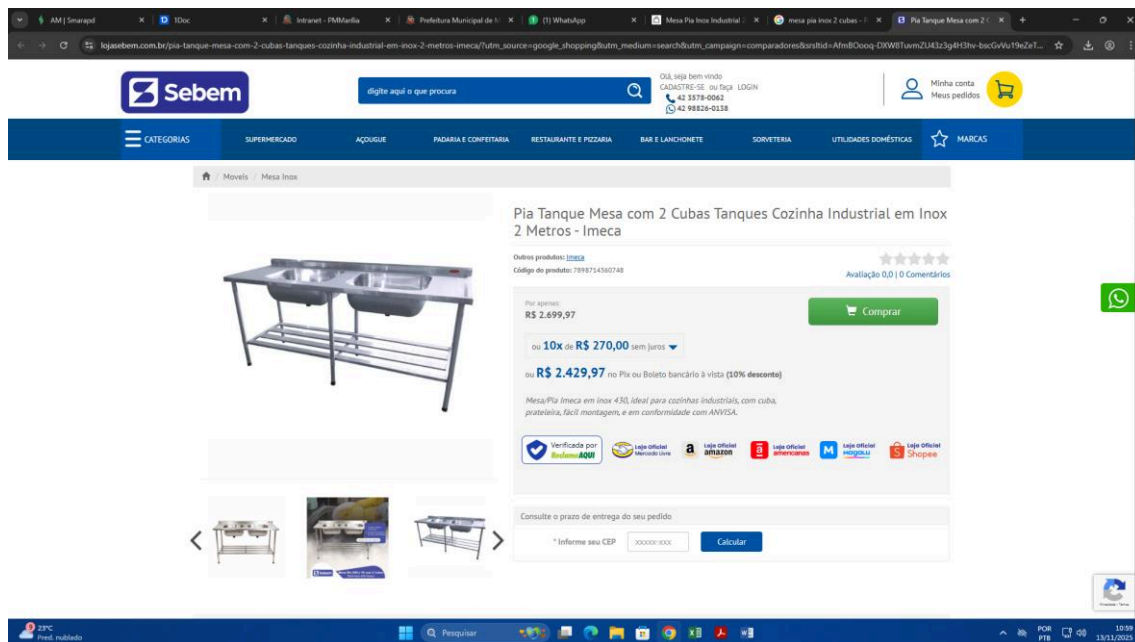
9	Custeio - Serviços Terc. PJ - 3.3.90.39.00	2.02.99.0077-4	20	M2	<p>Tela em fibra de vidro revestida em pvc; perfil em Alumínio 25 x 10 mm; cantoneiras reforçadas em nylon; trava de encaixe em nylon; borracha de fixação da tela, com ranhura de 5 mm. Devidamente montada e instalada nos endereços conforme o edital.</p> <p>Componentes: perfil de alumínio 25x10mm, pintura eletroestática cor branca, perfil contendo canaleta para escova de vedação, para melhor fixação da tela e corrigir imperfeições ou frestas na alvenaria (metro linear); cantoneiras reforçadas em nylon contendo canaleta para escova de vedação (4 unidades); trava de encaixe em nylon, encaixada nos quatro cantos do quadro, para facilitar a fixação e remoção do quadro para limpeza; borracha ranhura de 5,00mm para fixação da tela ao perfil de alumínio (metro linear); tela mosquiteira de fibra de vidro, com especificações mínimas de fio 0,40mm, 18 fios por polegada, na cor cinza, revestida em pvc, antialérgica, lavável, antichama, antimofo, com ótima visibilidade e excelente circulação de ar (m²).</p>	R\$ 315,00	R\$ 150,00	R\$ 530,98	R\$ 331,99	R\$ 6.639,80
						https://hidrica.app/products/ralo-inteligente-click-10x10-colors?variant=49972851671335	https://www.telhanorte.com.br/ralo-inteligente-10-x10-saida-por-baixo-costa-navarro-2553538/p?dsku=2553538&srsId=AfmBOord7dby-GffwguHdqKO53nEt12ceEF420GIWB2mf6vr-puWbloqY	https://www.pontalmateriais.com.br/hidraulica/grelhas-e-ralos/grelha-sem-caixa-coletora/ralo-automatico-rainha-square-10x10		
						HIDRICA - CNPJ: 05.510.272/0001-55	Saint-Gobain Distribuicao Brasil LTDA - CNPJ: 03.840.986/0056-70	Osmar Braghin & Cia Ltda - Rua Tiradentes, 473 19200-053-Pirapozinho-SP CNPJ: 02.708.247/0001-92		
10	Custeio - Material de Consumo - 3.3.90.30.00	1.01.02.2258-6	20	Und.	<p>Ralo inteligente quadrado, de embutir, com sistema de vazão de água eficiente, especificações técnicas mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Formato: Quadrado •Dimensões aproximadas: 10 x 10 cm a 15 x 15 cm •Material: corpo e tampa em aço inoxidável (AISI 304 ou equivalente) ou em termoplástico de alta resistência (ABS, PVC técnico ou PP reforçado), resistente à corrosão e impactos •Acabamento: Polido ou escovado •Sistema inteligente: Mecanismo de vedação automática contra retorno de odor e insetos, abrindo apenas com o fluxo de água •Vazão: Mínimo de 36 L/min sob condições de escoamento livre •Compatibilidade: Compatível com conexões de esgoto padrão DN50, DN75 ou com adaptador universal. •Aplicação: Ambientes internos e externos •Tipo de Instalação: Embutida, com encaixe de fácil remoção para limpeza. 	R\$ 199,99	R\$ 179,91	R\$ 88,94	R\$ 156,28	R\$ 3.125,60
						https://www.astervariadas.com.br/sacos-plasticos/sacos-pe/sacos-poliuretano/saco-plastico-pebd-poliuretano-transparente-35x45x06	https://www.limasembalagens.com.br/produto/saco-plastico-pebd-35x45x06-kg-441	https://www.clavishop.com.br/35x45-0-006-105um		
						BAG EXPRESS EMBALAGENS ESPECIAIS E UTILIDADES EM GERAL LTDA	LIMAS DISTRIBUIDORA DE EMBALAGENS CNPJ 49320220000191	Clavi Shop CNPJ 35.739.619/0001-05		

11	Custeio - Material de Consumo - 3.3.90.30.00	1.10.02.0073-5	500	Kg	Saco plástico transparente em PEBD (Polietileno de Baixa Densidade), conforme especificações mínimas: <ul style="list-style-type: none"> • Dimensões nominais: 35 x 45 cm (±5%); • Espessura: 0,06 mm (60 micra) ±10%; • Material: PEBD virgem, incolor, atóxico, flexível e resistente a rasgos; • Acabamento: liso, transparente, sem perfurações, rebarbas ou impurezas; • Solda: térmica, contínua, no fundo; • Acondicionamento: em pacotes de 1 kg 	R\$ 34,90	R\$ 30,00	R\$ 25,00	R\$ 29,97	R\$ 14.985,00
						https://www.superepi.com.br/touca-descartavel-de-tnt-plissada-com-elastico-branca-prevemax-pacote-100-unidades-p1065799 Super Epi Equipamentos de Protecao Individual Ltda. 26.588.821/0001-84.	https://www.drogariasao paulo.com.br/touca-descartavel-descartapack-branca-com-elastico-100-unidades-935167653/p Drogaria São Paulo S.A. CNPJ: 61.412.110/0565-33	https://biripelembalagens.com.br/produto/touca-descartavel-com-100-unidades?srsltid=AfmBOoQmjp6RKjp_av34d4JYIoBNrhcmYlA17tCno7PhHopTY9Zfzm5Ahhk Biripel Embalagens Ltda - CNPJ: 03.748.769/0001-80		
12	Custeio - Material de Consumo - 3.3.90.30.00	1.11.01.0236-1	600	Pacote	Touca descartável protetora capilar TNT, sanfonada com elástico, na cor branca, tamanho único, embalada em pacote com 100 unidades	R\$ 12,35	R\$ 16,04	R\$ 21,00	R\$ 16,46	R\$ 9.876,00
						https://www.centercorhospitalar.com.br/luva-de-procedimento-g-descartapack-caixa-com-100-unidades51605/p?srsltid=AfmBOopKYyxbMzlg_0bZY7mgOwKRcrjFwv0R0NKSP3lFpHYcCTlR00vg Centercor Equipamentos Hospitalares e Produtos Para A Saude - LTDA - 19.097.931/0001-88	https://www.drogariastamoio.com.br/luva-procedimento-bem-basico-g/p?srsltid=AfmBOorP0z9B5t03W3HZZP150YENq6HTmUmEE9GP08hyR0fUoENimull Drogarias Tamoio CNPJ: 42.225.938/0001-50	https://magazinemedica.com.br/produtos/visualiza/sku/577?gad_source=1&gad_campaignid=21660089750&gbraid=0AAAAA-L1J3R0hwOGSdJVJUaIV3ql4BxCB&gclid=Cj0KCQwqJrCjBhCXARIsA15v66RaM5PuDvdzb_xKPlDs_IKz6gHIQe09lYQqWMZkvY0VwO1WkzDjQaAkGXEALw_wcB BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA I 06103122000270		
13	Custeio - Material de Consumo - 3.3.90.30.00	1.11.01.0108-0	600	Caixa	Luva de procedimentos em latex natural, não esteril, ambidestra, hipoalergenicas, com pó bio absorvível, superfície lisa, punho com reforço, no tamanho g, com 100 pares.	R\$ 53,90	R\$ 45,00	R\$ 58,78	R\$ 52,56	R\$ 31.536,00
						https://pirapack.com.br/produtos/papel-toalha-interfolha-2-dobras-20x21-cm-1000-folhas?gad_source=1&gad_campaignid=21644483673&gbraid=0AAAAA06qTYITCmWnTS4HfBB-TToYb2oe&gclid=CjwKAjwmnCjBh4EiwAtVjzmlYn5LP3g2VYvmanHsQ8tsMifcPy_mC06xNv_16z2nve6QSpNK0i5BoC71U/QAxD_BwE Pirapack Embalagens - 15413856000166	https://www.purelimp.com.br/papel-interfolha-extra-luxo Purelimp - CNPJ: 02.821.101/0001-59	https://www.kalunga.com.br/prod/papel-toalha-interfolha-celulose-20-x-21cm-folhas-simples-com-1000-folhas-pilar-papis-pt-1000-un/546133?cq_src=google_ads&cq_cmp=17963792319&cq_con=&cq_term=&cq_me_d=pla&cq_place=&cq_net=x&cq_pos=&cq_plt=gp&pcld=3921&gad_source=1&gad_campaignid=17340402142&gbraid=0AAAAADiJ1B65WsRgxCVpYFgmsUkzCLRFn&gclid=EAlaIaQobChMijfX_8MTvkAMVFGpAB2NfBqYEAQYBiABEgLUX_D_BwE Kalunga SA - CNPJ: 43.283.811/0001-50		

14	Custeio - Material de Consumo - 3.3.90.30.00	1.03.01.0313-2	1200	Pacote	Papel Interfolha, 2 dobras, branco, 1000 fls, 20x21 cm: com no mínimo 20,0 x 21,0 cm: toalha de papel simples inter-folhado institucional; classe 01; quantidade de dobras 02 dobras; na cor branca; alvura ISO maior que 85%; quantidade de pintas menor que 5mm2/m2; tempo de absorção de água menor que 6 segundos; capacidade de absorção de água maior que 5 g/g; quantidade de furos menor que 10mm2/m2; resistência a tração a úmido maior que 90 n/m; conforme norma da ABNT NBR; característica complementares: matéria prima 100% fibra vegetal; dimensão da folha com no mínimo 20,0 x 21,0 cm; embalados em papel celofane, maços embalados individualmente em sacos plásticos; acabamento gofrado; rotulagem contendo: c/ identificação da classe, marca, quantidade de folhas, dimensão da folha; nome do fabricante e fantasia, CNPJ; e-mail e telefone do sac.	R\$ 24,00	R\$ 20,79	R\$ 19,10	R\$ 21,30	R\$ 25.560,00
						https://www.kalunga.com.br/prod/pano-multi-uso-50x30cm-com5-panos-azul-mr-plus-talge-pt-5-un/549843?cq_src=google_ads&cq_cmp=17963792319&cq_con=&cq_term=&cq_med=pla&cq_plac=&cq_net=x&cq_pos=&cq_plt=gp&pcID=3921&gad_source=1&gad_campaignid=17340402142&gclid=0AAAAADj1B67cZLNMIQVReHH5L7uSt1VSm&gclid=CjwKCAjwmenCBhA4EiwAtVjzmiaGHsolYCBwKGrJrKVqQ1rNVl6kt5gaB1PAo7LAMEMH-Z9hpsR6oRoCFWwQAvD_BwE	https://www.natallimp.com.br/acessorios-e-equipamentos-para-limpeza/panos-e-flanelas/pano-multiuso-pct-c-05-und-30x50-azul-pobre?srsId=AfmBOopp7dLeYX8toxHqCjcWGOADLg0UwvMrCY5BMP5Tj4yU76GSOEt	https://www.gimba.com.br/pano-de-limpeza/pano-de-limpeza-multiuso-perfex-azul-e-rosa-55x33cm-pt-5-un-ype/7PID=162654&utm_source=googleshopping&utm_medium=googleshopping&utm_campaign=googleshopping&gad_source=1&gad_campaignid=17336256165&gclid=0AAAAAD1suBMJOsoje212NE2njinBmqjSGi&gclid=EAlaIQobChMig66vlnHvkAMVR0VIAB0hORLgEAOYBiABEGIs7PD_BwE		
						Kalunga SA - CNPJ: 43.283.811/0001-50	H M DE M COSTA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA CNPJ: 50.550.331/0001-73	SupriCorp Suprimentos Ltda - CNPJ: 54.651.716/0011-50		
15	Custeio - Material de Consumo - 3.3.90.30.00	1.03.01.0800-2	800	Pacote	Pano multiuso reutilizável, confeccionado em material não tecido (TNT) ou similar de alta resistência e absorção, composto de fibras sintéticas, com dimensões aproximadas de 30 cm x 50 cm (variação máxima de ±10%); Deverá manter suas propriedades físicas e de absorção após lavagens sucessivas; Cor padrão do fabricante; Produto atóxico, inodoro e isento de pigmentos que soltem corantes. Embalagem contendo 5 unidades, devidamente rotulada com as informações: nome do produto e do fabricante, quantidade de panos, dimensões aproximadas, composição do material, CNPJ e contato do fabricante ou distribuidor.	R\$ 2,30	R\$ 5,90	R\$ 11,90	R\$ 6,70	R\$ 5.360,00

					https://www.mundialvariedades.com.br/utilidades-domesticas/organizadores/caixas-plasticas/caixa-plastica-vazada-empilhavel-para-mercado-e-hortifrut-arqplast?variant_id=135	https://www.pontofrio.com.br/caixa-plastica-multiuso-vazada-56x36x31cm-preta-arqplast/p/1546102362?msocid=1ab246c005026e6f3e755b0a046969a	https://www.atacadocontini.com.br/produto/caixa-plastica-preta-vazada-7908439800860?gad_source=1&gad_campaignid=22578633487&gbraid=0AAAAAC7v-bh4AOE9Wojp1y10PeAxEM15Z&gclid=EAlaIQobChMlua3U0NTvkAMVrFslAB0clgFAEAQYBSABEgLRP_D_BwE			
					Mundial Variedades LTDA - 24.231.750/0001-32	Grupo Casas Bahia S.A. CNPJ: 33.041.260/0652-90	Atacado João A. Contini Ltda CNPJ: 02.848.577/0001-83			
16	Custeio - Material de Consumo - 3.3.90.30.00	1.10.02.0074-3	100	Und.	Caixa plástica vazada tipo mercado, empilhável, confeccionada em polietileno de alta densidade (PEAD), conforme especificações mínimas: <ul style="list-style-type: none">• Dimensões aproximadas: 56 cm x 36 cm x 31 cm (variação máxima de ±5%);• Estrutura: paredes laterais e fundo vazados, permitindo ventilação e escoamento;<ul style="list-style-type: none">• Capacidade mínima de carga: 20 kg;• Empilhável: base e bordas compatíveis para empilhamento seguro;• Alças: ergonômicas e reforçadas, moldadas no próprio corpo;• Área para gravação: superfície lisa nas laterais para identificação;• Acabamento: uniforme, sem rebarbas ou arestas cortantes;• Cor: padrão do fabricante	R\$ 63,98	R\$ 65,50	R\$ 55,71	R\$ 61,73	R\$ 6.173,00
Total								R\$ 154.421,89		

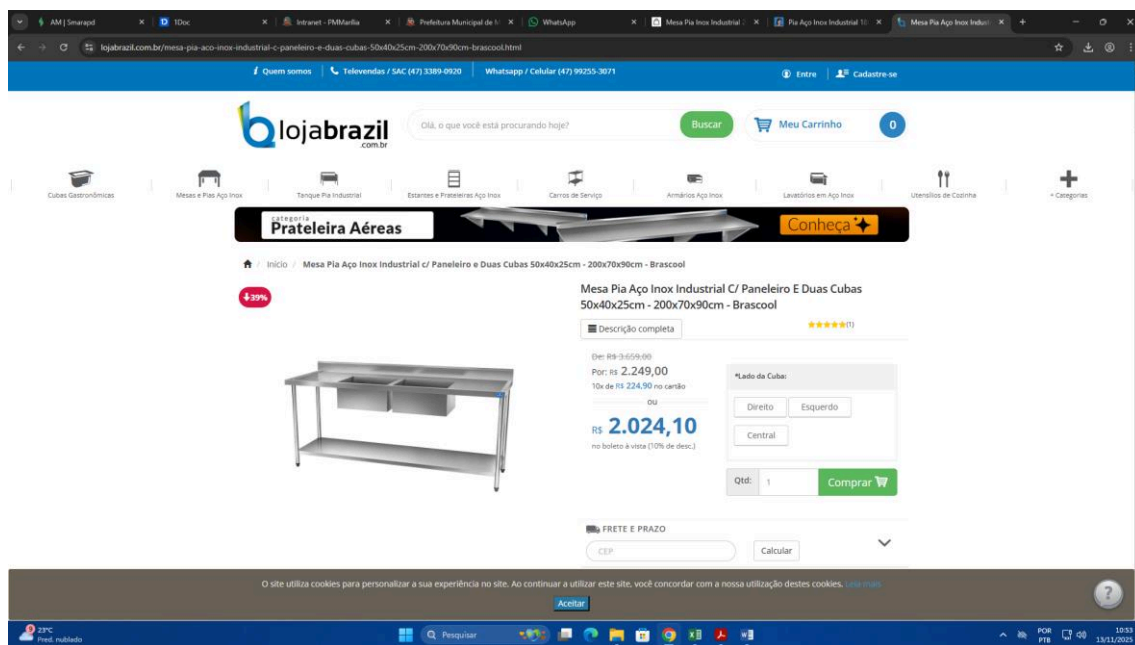
ITEM 01 – MESA PIA



R\$ 2.699,97

https://www.lojasebem.com.br/pia-tanque-mesa-com-2-cubas-tanques-cozinha-industrial-em-inox-2-metros-imeca/?utm_source=google_shopping&utm_medium=search&utm_campaign=comparadores&srsltid=AfmBOooq-DXW8TuvuZU43z3g4H3hv-bscGvVu19eZeT5L0p0n0fWIIIRmIo

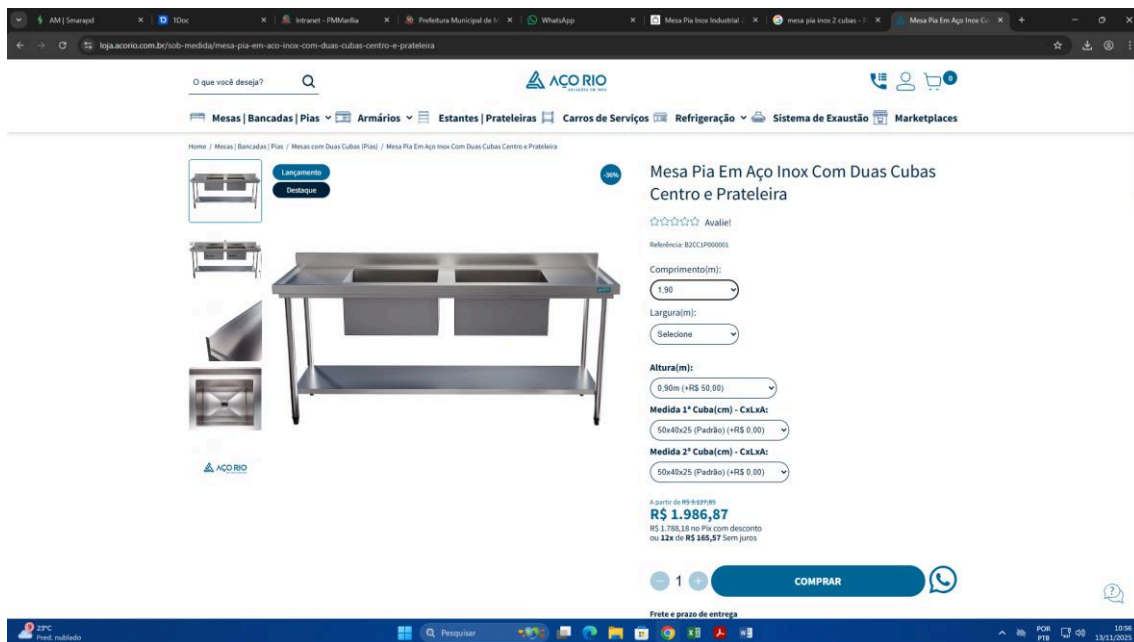
Loja Sebem - Equipamentos e Utilidades - CNPJ: 02324478000100



R\$ 3.659,00

<https://www.lojabrazil.com.br/mesa-pia-aco-inox-industrial-c-paneleiro-e-duas-cubas-50x40x25cm-200x70x90cm-brascool.html>

EBG INDUSTRIAL LTDA. - CNPJ: 12.501.214/0001-20

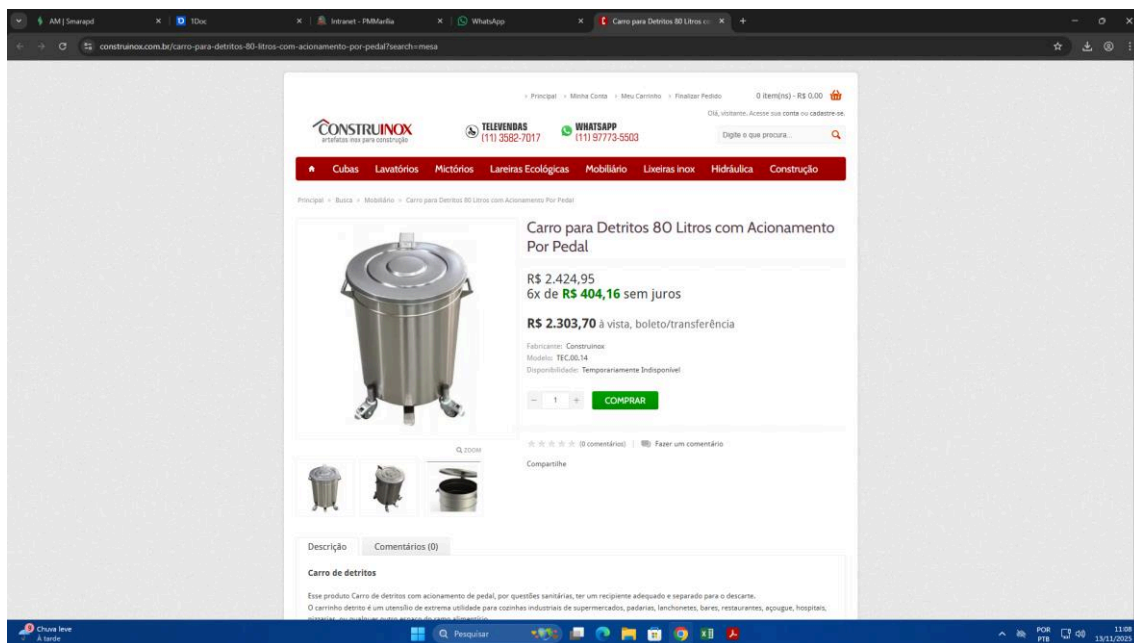


<https://loja.acorio.com.br/sob-medida/mesa-pia-em-aco-inox-com-duas-cubas-centro-e-prateleira>

R\$ 3.127,85

Aco Rio Comercio de Inox Eireli - CNPJ: 35.398.903/0001-57

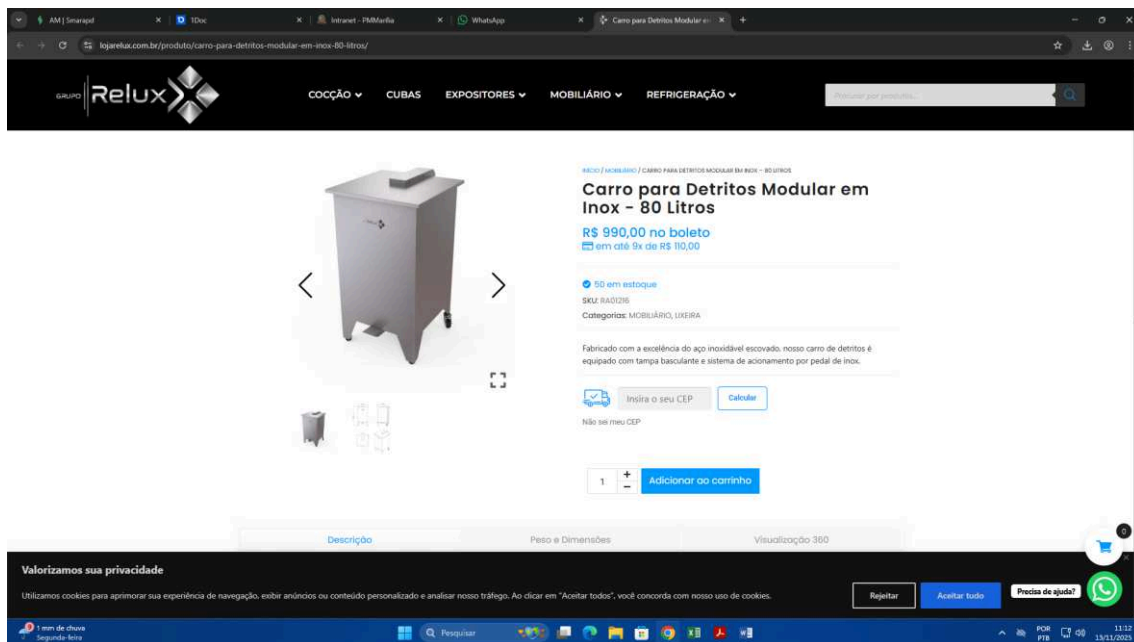
ITEM 2 – CARRO LIXEIRA



R\$ 2.424,95

<https://www.construinox.com.br/carro-para-detritos-80-litros-com-acionamento-por-pedal?search=mesa>

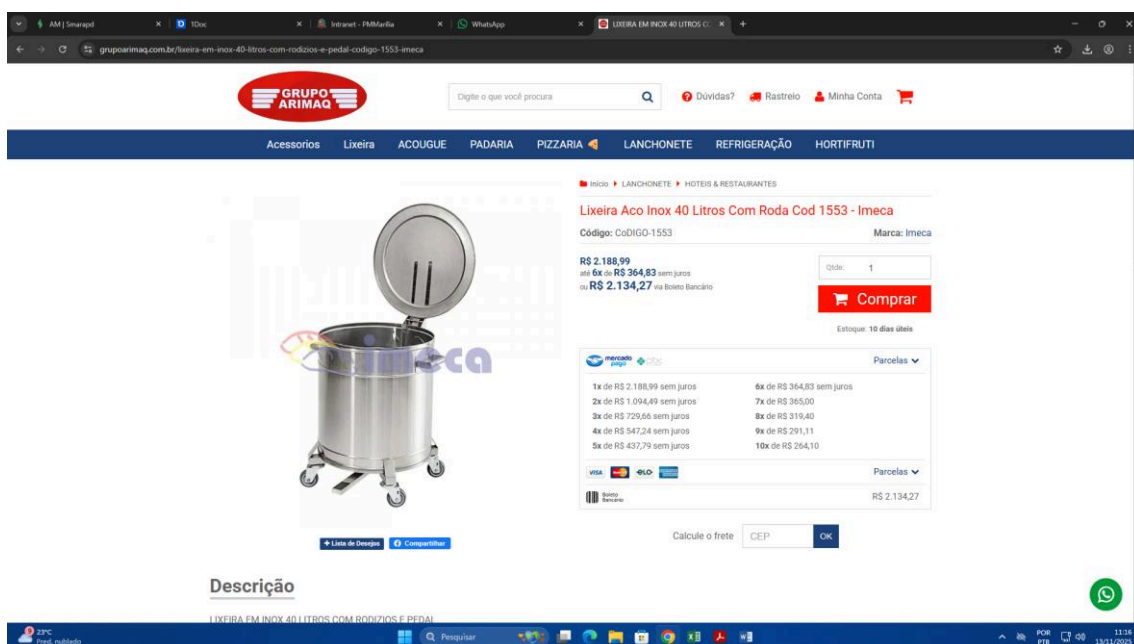
Construinox Comércio Eletrônico Ltda - CNPJ: 21.995.844/0001-90



R\$ 990,00

<https://lojarelux.com.br/produto/carro-para-detritos-modular-em-inox-80-litros/>

RLX ARTEFATOS DE AÇOS LTDA – 44.985.998/0001-04



R\$ 2.188,99

<https://www.grupoarimaq.com.br/lixeria-em-inox-40-litros-com-rodizios-e-pedal-codigo-1553-imeca>

Planeta de Meriti Comercio de Maquinas Ltda - CNPJ: 09.571.054/0001-81

Assinado por 1 pessoa: HÉLIDE MARIA PARRERA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marilia.1doc.com.br/verificacao/54480-93520-97864-8907215> Informe o código 64E8B9A26D0866B72F1F



Magazine Luiza S/A - CNPJ: 47.960.950/1088-36

GANHE R\$ 50 DE DESCONTO* NA SUA PRIMEIRA COMPRA! BAIXE NOSSO APP E USE O CUPOM 50TAO

Cupons de Desconto | Melhor Preço Hoje | Consórcio | Afiliados | Vendas corporativas | Monte seu negócio | Nossas Lojas | Atendimento

Loja do Mecânico | Buscar produtos

CATEGORIAS | Ferramentas Em Geral | Balanças

Mais vendido | **15º lugar em Balança**

Balança Pesadora 30Kg x 10g Bivolt Branca RAMUZA-1211

COD. 4636717 [RAMUZA](#)

OTIMA HORA PARA COMPRAR | Termina em: 12:40:44

★★★★☆ (avalia este produto)

Tensão: **110V/220V** ✓

Vendido e entregue por Loja do Mecânico

(DE R\$ 669,40) - 33% economize R\$ 196,72

R\$ 670,70

à vista no Pix e no Boletão
ou até 8x de **R\$ 83,84**

PREÇO À VISTA EM 8X SEM JUROS

ver mais formas de pagamento >

1 **Adicionar ao carrinho**

Programa de Afiliados [saiba mais](#)

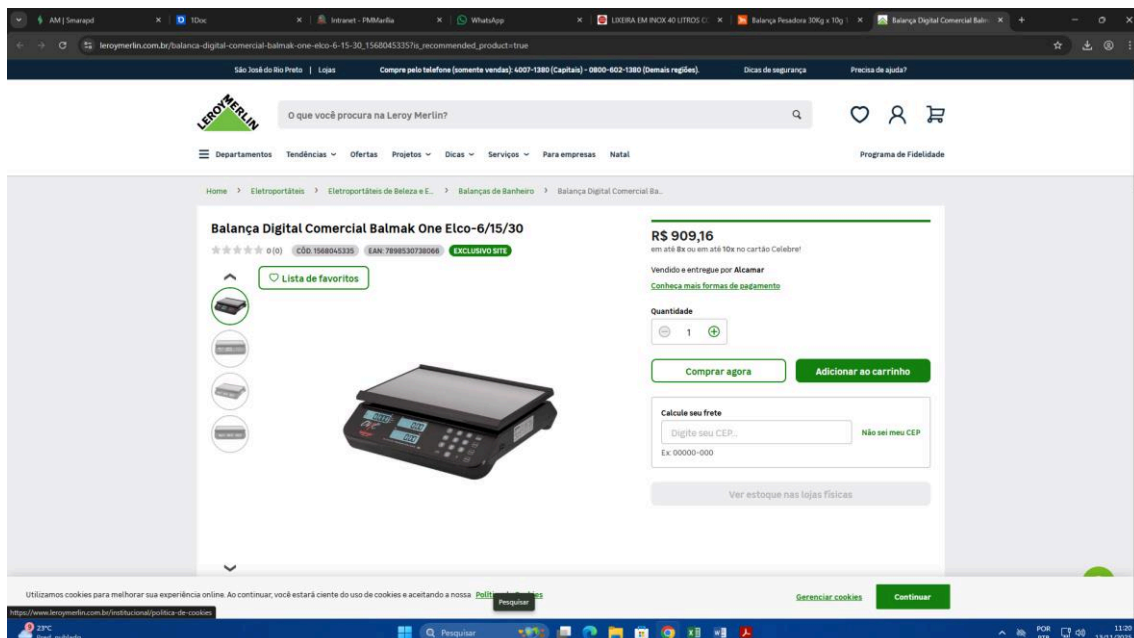
Consultar prazo e valor do frete

CEP

ou 0240-199

<https://www.lojadomecanico.com.br/produto/605677/37/797/balanca-pesadora-30kg-x-10g-bivolt-branca-ramuza-1211>

GurgelMix Máquinas e Ferramentas S.A. CNPJ: 29.302.348/0001-15

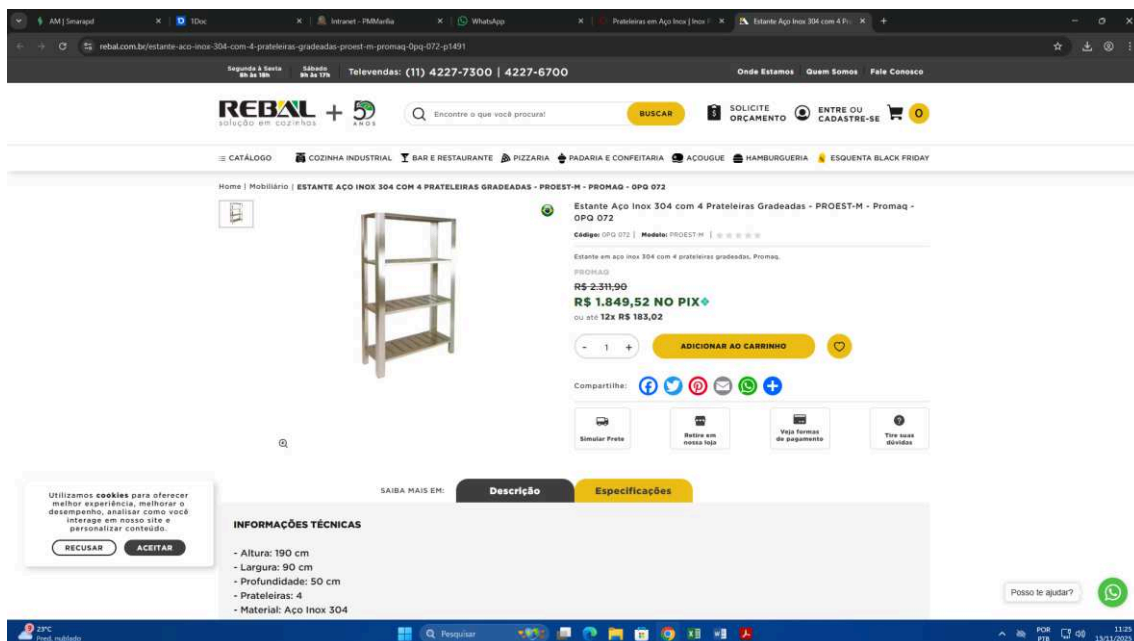


R\$ 909,16

https://www.leroymerlin.com.br/balanca-digital-comercial-balmak-one-elco-6-15-30-1568045335?is_recommended_product=true

Leroy Merlin Cia Brasileira de Bricolagem. Inscrição estadual nº 298.176.665.115 CNPJ nº 01.438.784/0048-60.

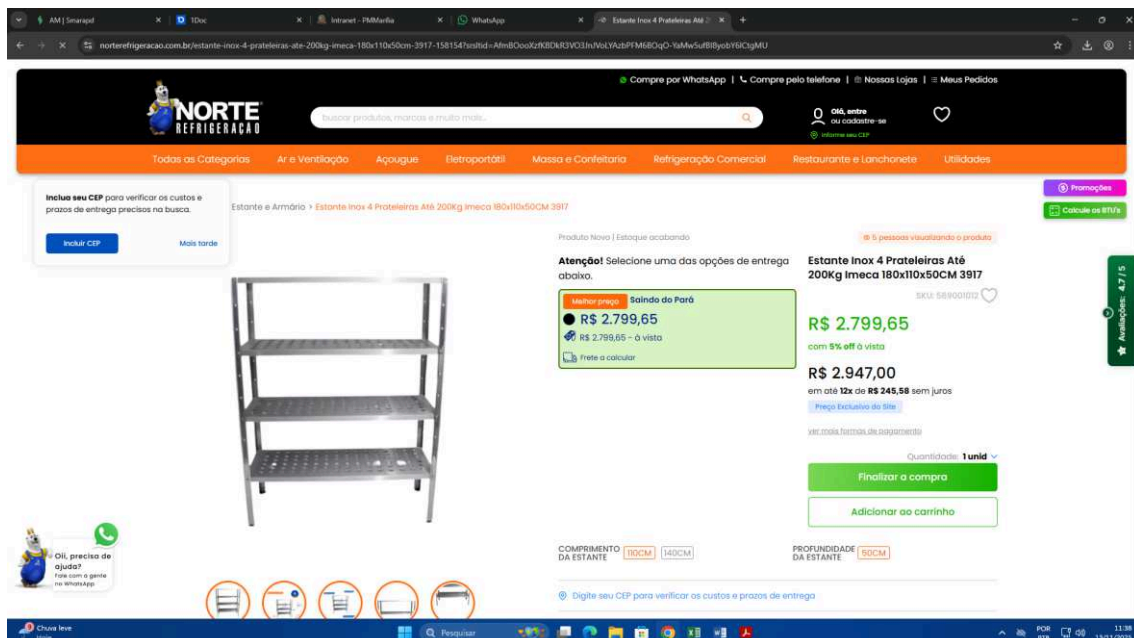
ITEM 4 – ESTANTE AÇO



R\$ 2.311,90

<https://www.rebal.com.br/estante-aco-inox-304-com-4-prateleiras-gradeadas-proest-m-promaq-opq-072-p1491>

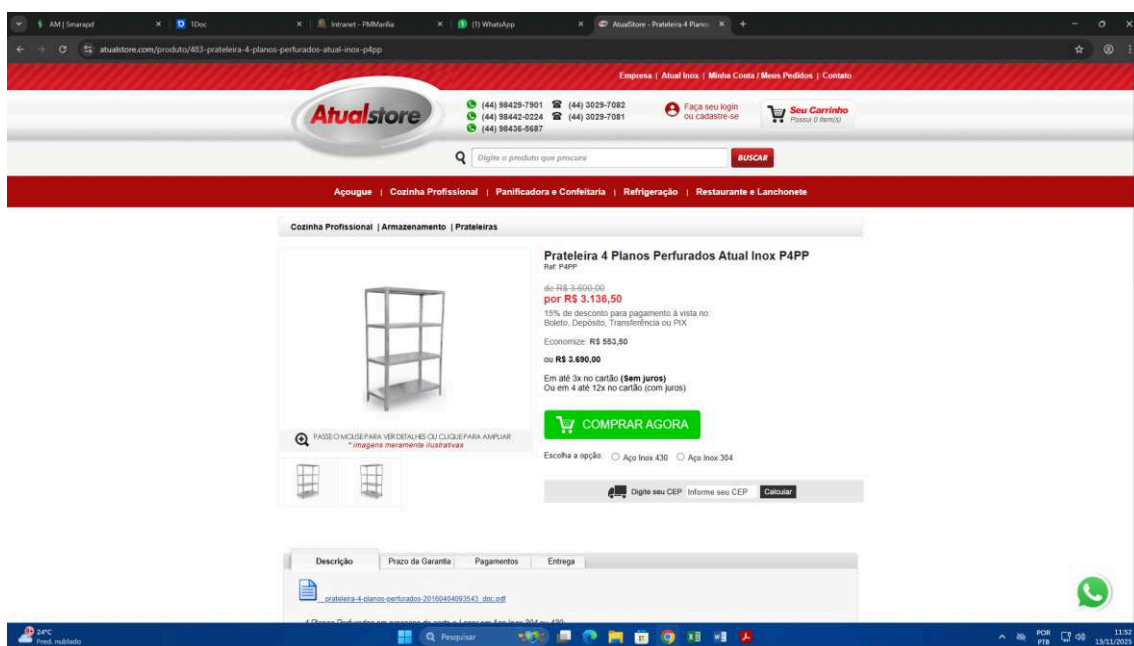
Rebal Comercial LTDA - CNPJ: 44.386.134/0001-68



R\$ 2.799,65

<https://www.norterefrigeracao.com.br/estante-inox-4-prateleiras-ate-200kg-imeca-180x110x50cm-3917-158154?srltid=AfmBOooXzfKBDkR3VO3JnJVOLYAzBPFM6BOqO-YaMw5ufBI8yobY6lCtgMU>

Norte Refrigeração CNPJ MATRIZ :04.920.658.0001-72

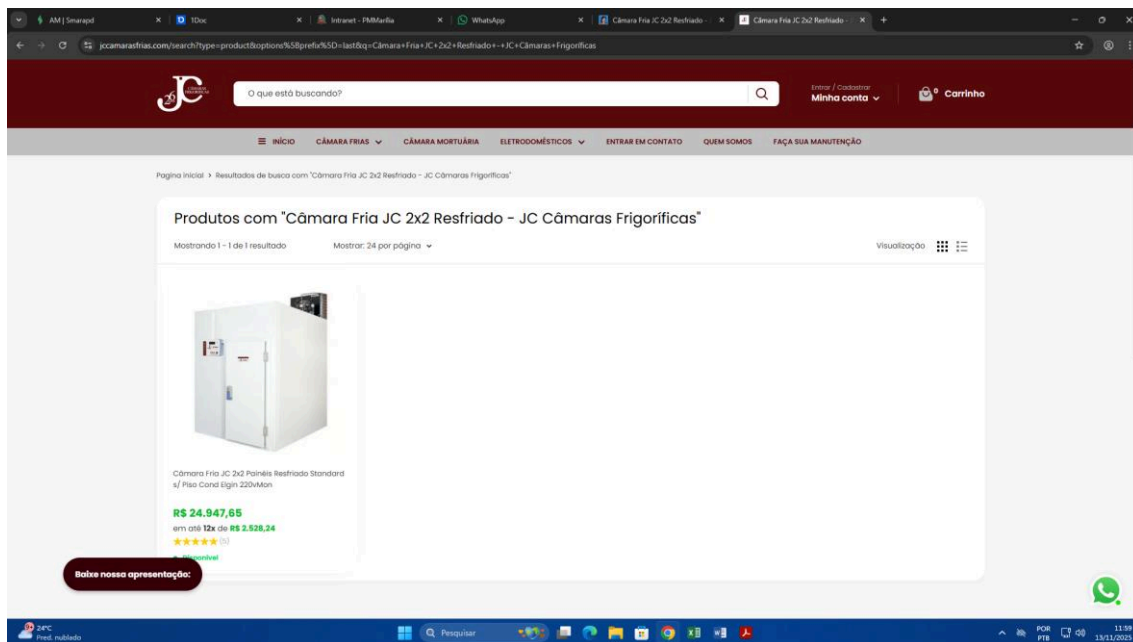


R\$ 3.690,00

<https://www.atualstore.com/produto/483-prateleira-4-planos-perfurados-atual-inox-p4pp>

Atualstore M A Quintanilha LTDA - CNPJ: 30.987.008/0001-54

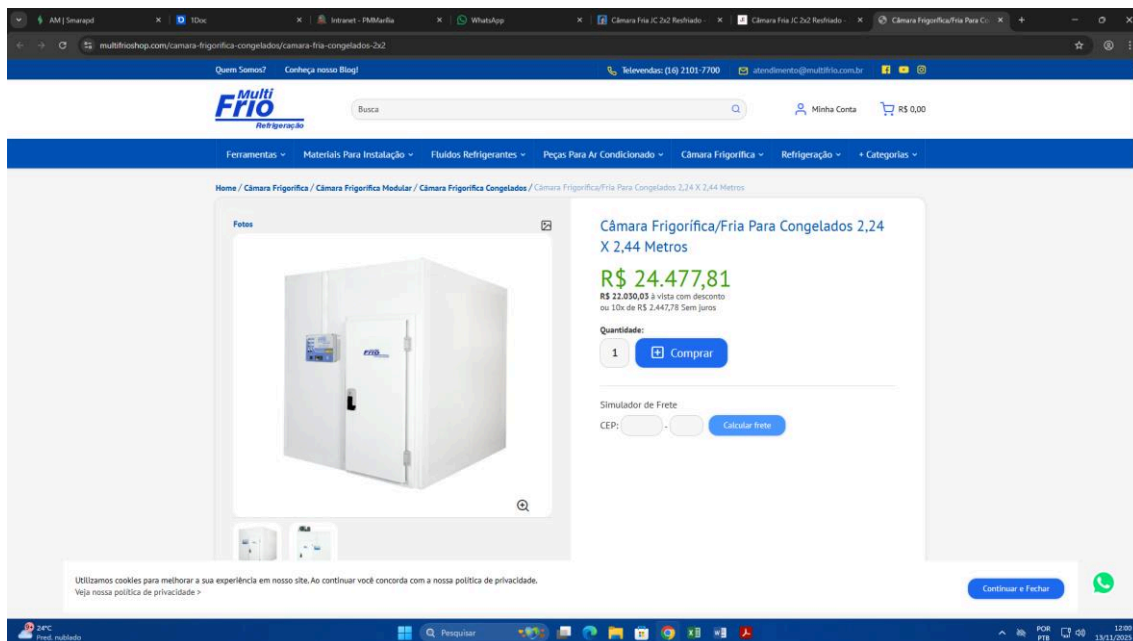
ITEM 05 – CAMARA FRIA



R\$ 24.947,65

<https://www.jccamarasfrias.com/search?type=product&options%5Bprefix%5D=last&q=C%C3%A2mara+Fria+JC+2x2+Resfriado+--+JC+C%C3%A2maras+Frigor%C3%ADficas>

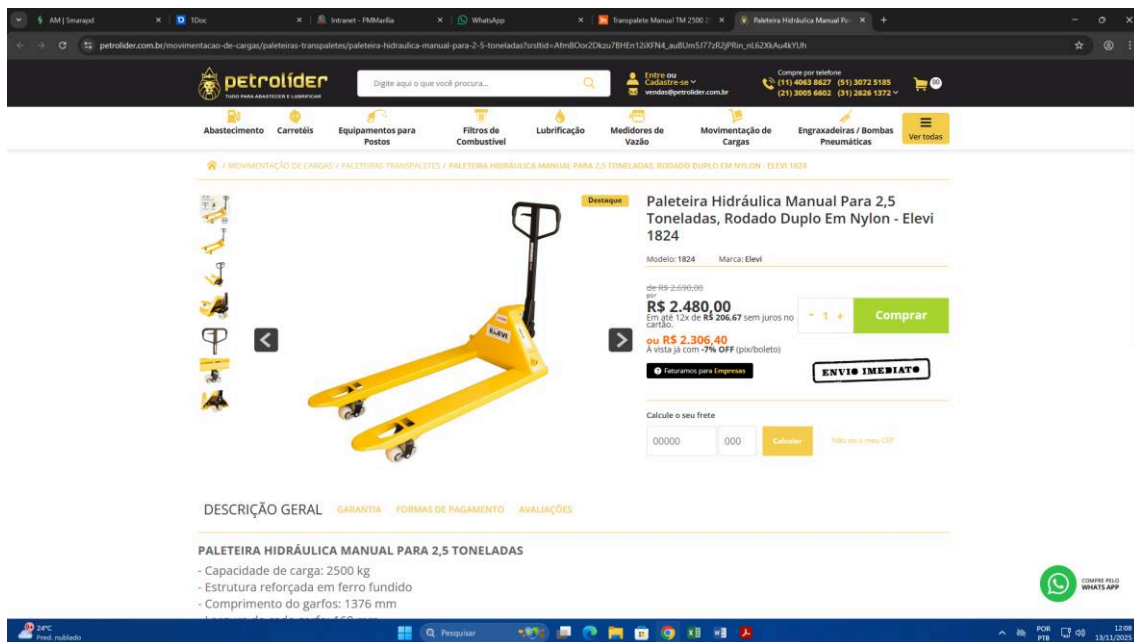
JC Câmaras Frigoríficas - CNPJ 34.950.226/0001-75



R\$ 24.477,81

<https://www.multifrioshop.com/camara-frigorifica-congelados/camara-fria-congelados-2x2>

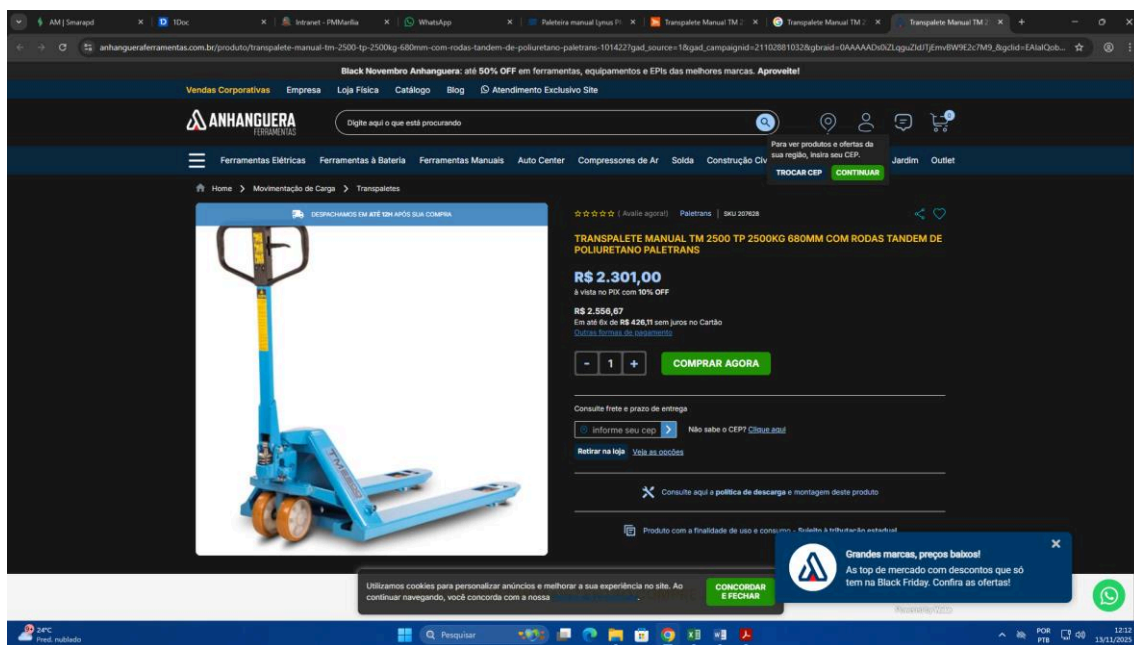
MTF REFRIGERACAO LTDA - CNPJ 57.190.298/0001-67 –



R\$ 2.690,00

https://www.petrolider.com.br/movimentacao-de-cargas/paleteiras-transpaletes/paleta-hidraulica-manual-para-2-5-toneladas?srsId=AfmBOor2Dkzu7BHEn12iXFN4_aUBUm5J77zR2jPRin_nL62XkAu4kYUh

PETRO LIDER COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ABASTECER E LUBRIFICAR LTDA - CNPJ: 34.560.360/0001-60

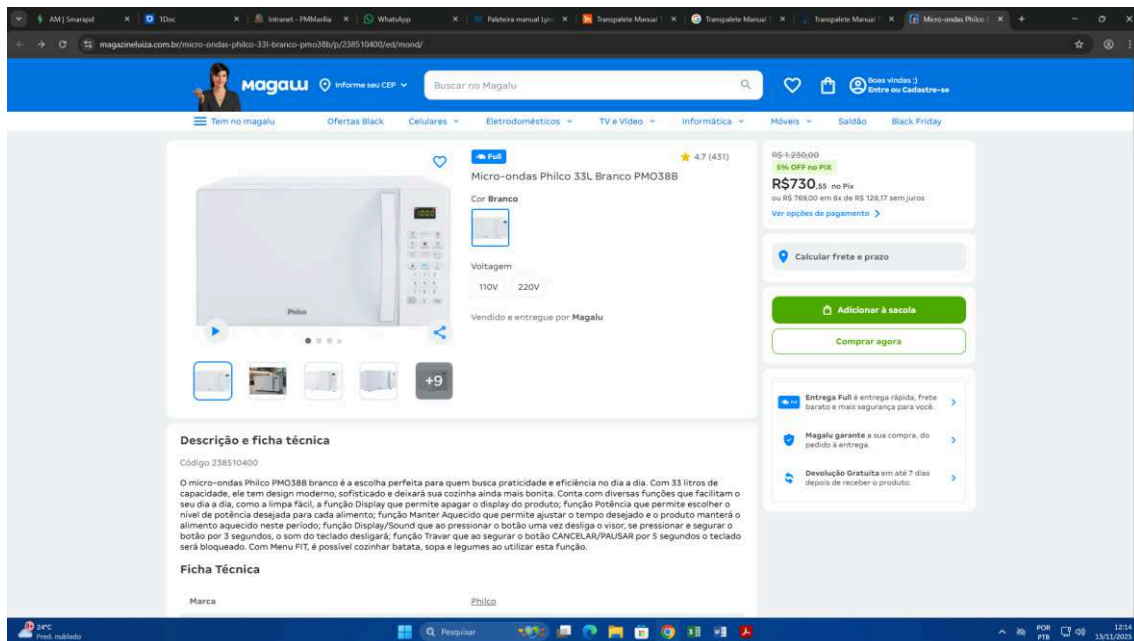


R\$ 2.556,67

https://www.anhangueraferramentas.com.br/produto/transpalete-manual-tm-2500-tp-2500kg-680mm-com-rodas-tandem-de-poliuretano-paletrans-101422?gad_source=1&gad_campaignid=21102881032&gbraid=0AAAAADs0iZLqguZldJTjEmvBW9E2c7M9_&gclid=EAAlQobChMlyODk57TvkAMVKIRIABOWrh-ZEAQYESABEGJZe_D_BwE

Anhanguera Comércio de Ferramentas Ltda | CNPJ: 00.565.813/0001-29

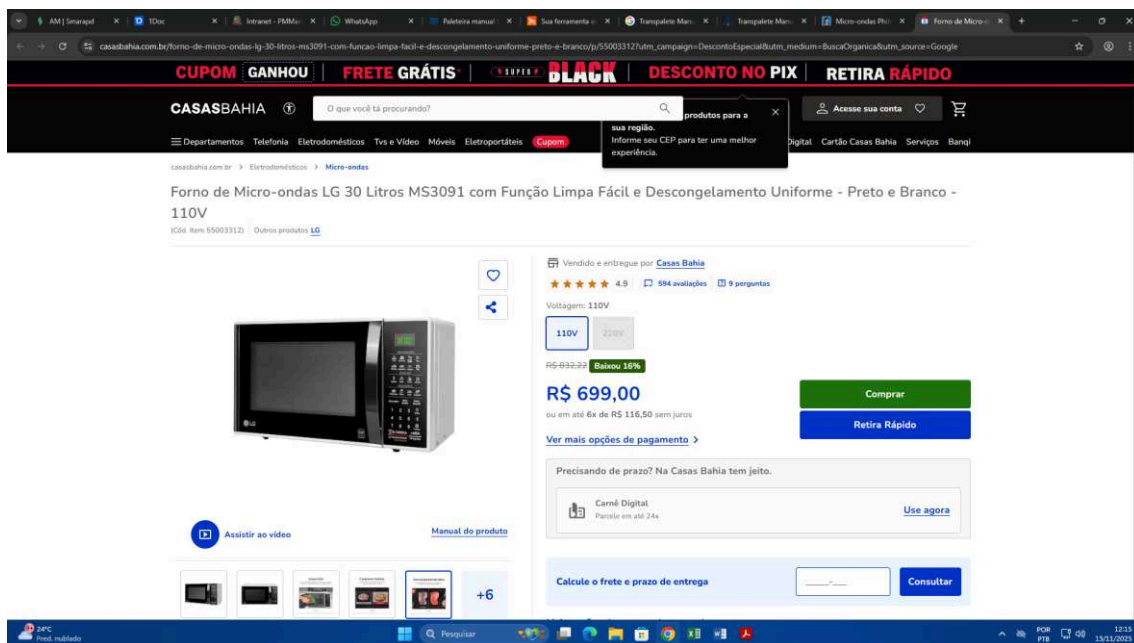
ITEM 7 – MICRO-ONDAS



R\$ 1.230,00

<https://www.magazineluiza.com.br/micro-ondas-philco-33l-branco-pmo38b/p/238510400/ed/mond/>

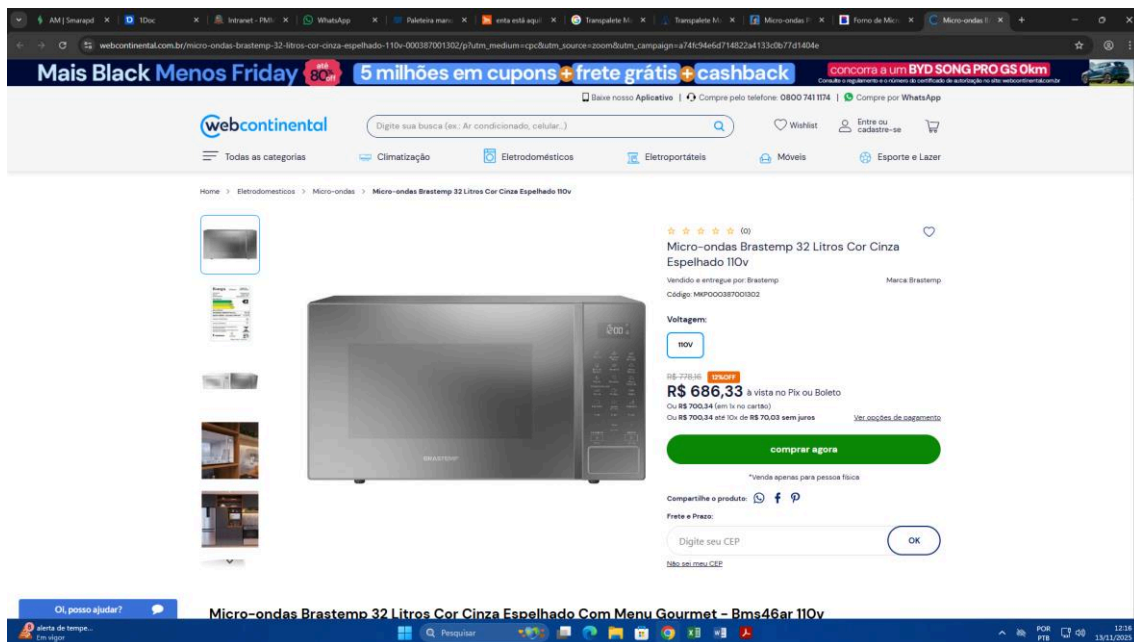
Magazine Luiza S/A - CNPJ: 47.960.950/1088-36



R\$ 832,22

https://www.casasbahia.com.br/forno-de-micro-ondas-lg-30-litros-ms3091-com-funcao-limpa-facil-e-descongelamento-uniforme-preto-e-branco/p/55003312?utm_campaign=DescontoEspecial&utm_medium=BuscaOrganica&utm_source=Google

Grupo Casas Bahia S.A. CNPJ: 33.041.260/0652-90

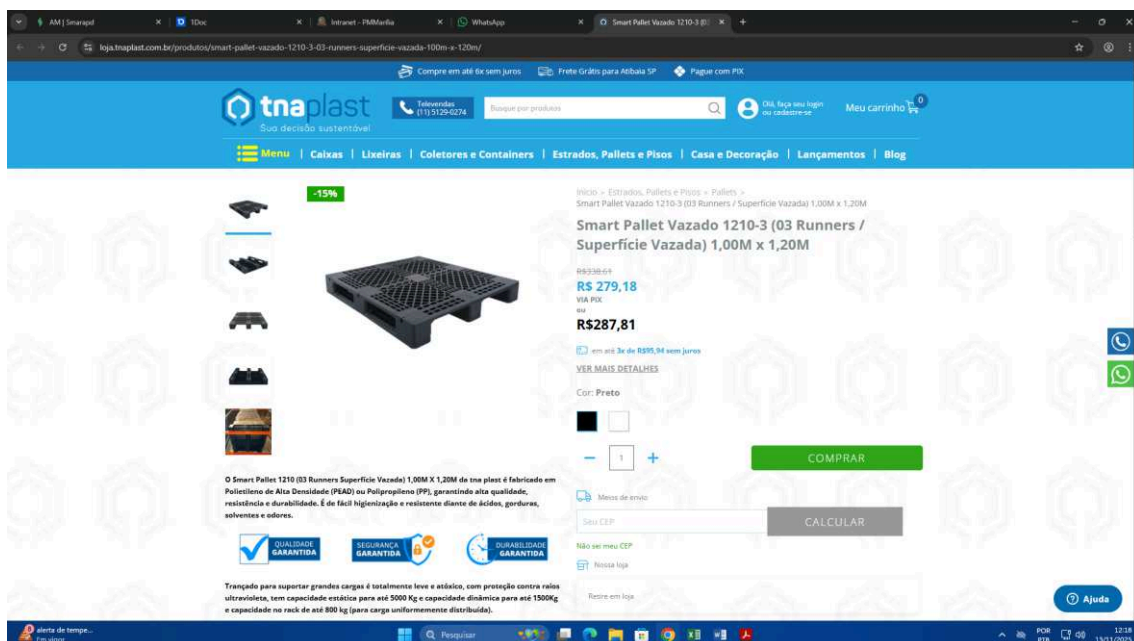


R\$ 778,16

https://www.webcontinental.com.br/micro-ondas-brastemp-32-litros-cor-cinza-espelhado-110v-000387001302/p?utm_medium=cpc&utm_source=zoom&utm_campaign=a74fc94e6d714822a4133c0b77d1404e

Webcontinental LTDA - CNPJ: 08.584.116/0001-27

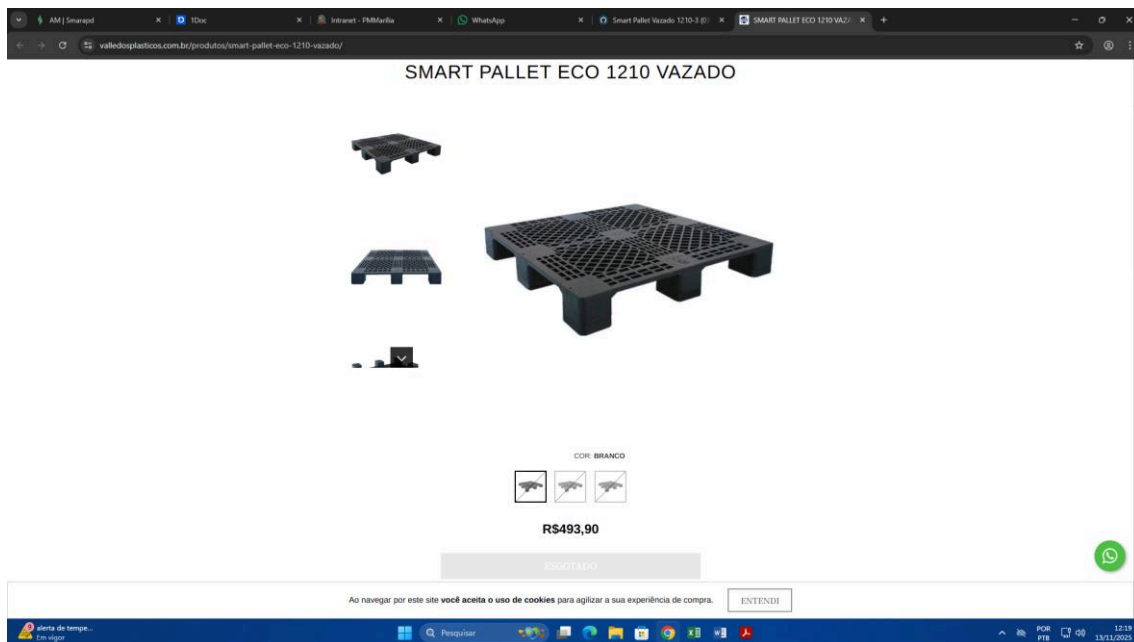
ITEM 8 – PALETE PLASTICO



R\$338,61

<https://loja.tnaplast.com.br/produtos/smart-pallet-vazado-1210-3-03-runners-superficie-vazada-100m-x-120m/>

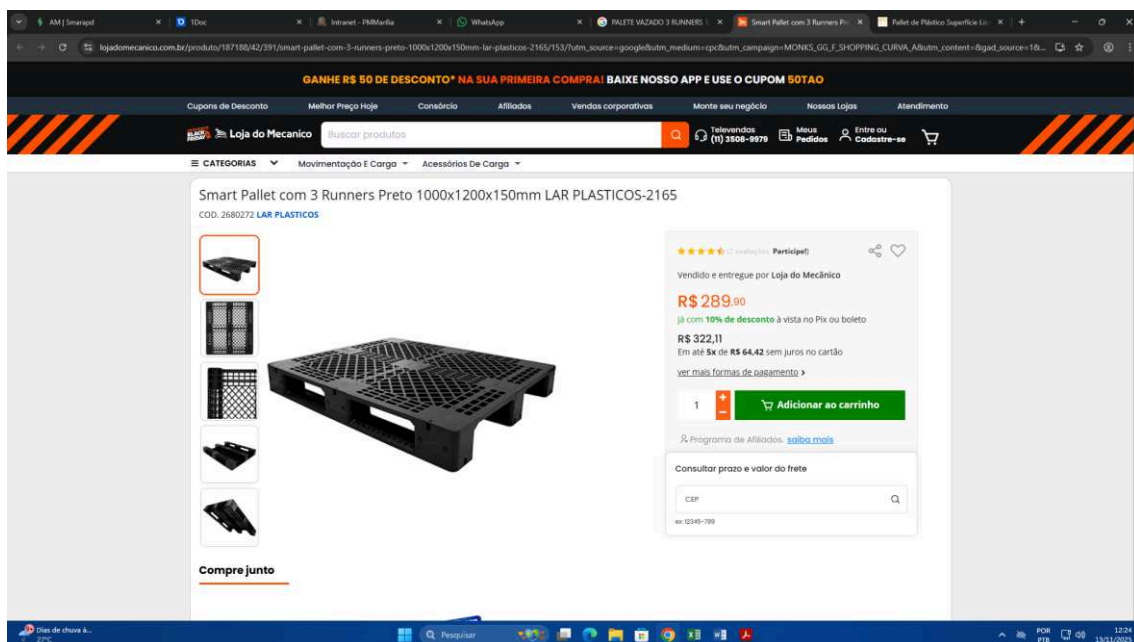
TNA PLAST - CNPJ 27509425000187



R\$ 493,90

<https://valledosplasticos.com.br/produtos/smart-pallet-eco-1210-vazado/>

Valle dos Plásticos - 49314249000160

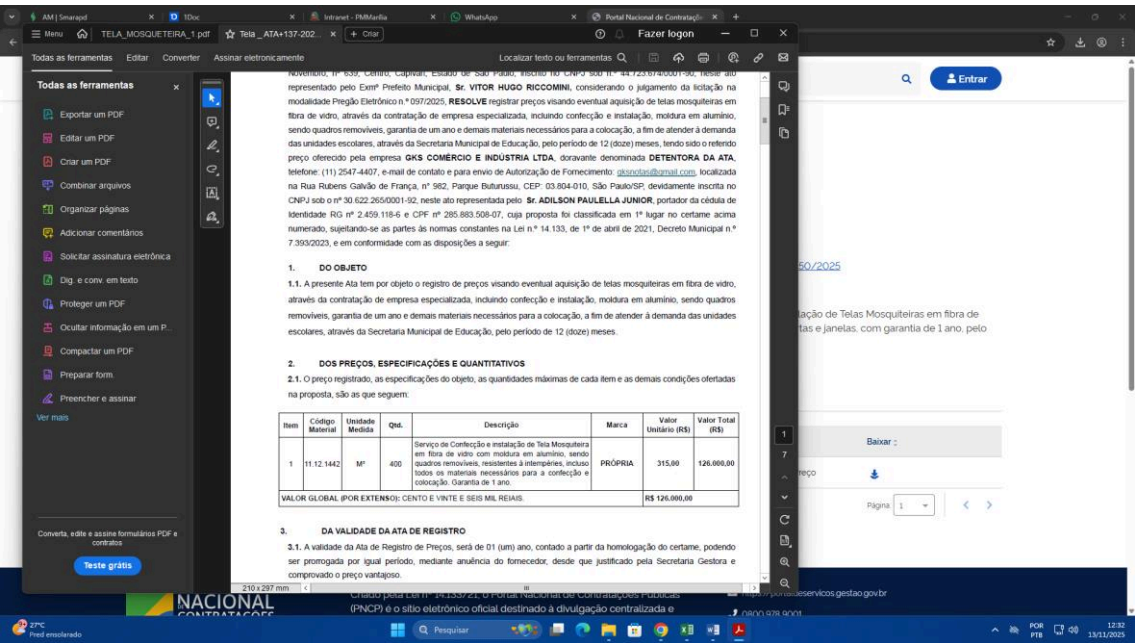
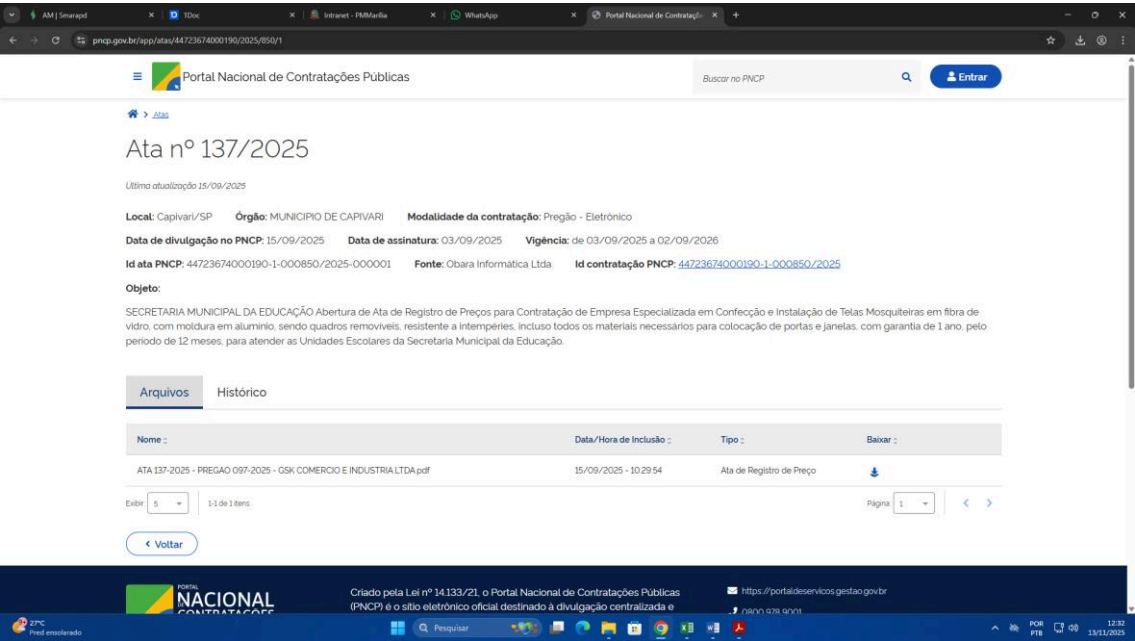


R\$289,90

https://www.lojadomecanico.com.br/produto/187188/42/391/smart-pallet-com-3-runners-preto-1000x1200x150mm-lar-plasticos-2165/153/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=MONKS_GG_F_SHOPPING_CURVA_A&utm_content=&gad_source=1&gad_campaignid=22817350947&gbraid=0AAAAADsnw5ZDd6D_sSzWHfrlgY2ingcn0&gclid=EAlalQobChMlIbLktrfvkAMVKmFIAB2AHyXFEAQYBiABEgLf_D_BwE

GurgelMix Máquinas e Ferramentas S.A. CNPJ: 29.302.348/0001-15

ITEM 9 – TELA DE PROTEÇÃO



R\$ 315,00 m2

<https://pncp.gov.br/app/atas/44723674000190/2025/850/1>

GKS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA CNPJ 30.622.265/0001-92

Assinado por 1 pessoa: HÉLIDE MARIA PARRERA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marilia.1doc.com.br/verificacao/644B0943207664B9B72161610F08064E930426D70C860B72F1F>



Portal Nacional de Contratações Públicas

Ata nº 195/2025

Última atualização 03/09/2025

Local: Matinhos/PR Órgão: MUNICÍPIO DE MATINHOS Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico

Data de divulgação no PNCP: 03/09/2025 Data de assinatura: 28/08/2025 Vigência: de 28/08/2025 a 28/08/2026

Id ata PNCP: 76017466000161-1-000109/2025-000003 Fonte: IFM Sistemas Id contratação PNCP: 76017466000161-1-000109/2025

Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE VIDROS, PORTAS E CONGÊNERES E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE TELA MOSQUITEIRA COM MOLDURA EM ALUMÍNIO EM ATENDIMENTO À DEMANDA DAS SECRETARIAS

Arquivos Histórico

Nome	Data/Hora de Inclusão	Tipo	Baixar
Ata_de_Registro_de_Preco_N_1952025.pdf	03/09/2025 - 15:38:18	Ata de Registro de Preço	Baixar

1 de 1 item

Voltar

Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos

https://portal.servicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

TELA_MOSQUITEIRA_1.pdf | Tela_ATM+137-2025+P

Fazer login

Localizar texto ou ferramentas

do processo de PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 195/2025, no expediente da presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 1340, de 21 de março de 2022, e demais legislação aplicável, que conjuntamente com as condições adiante estipuladas regem o relacionamento entre o MUNICÍPIO DE MATINHOS, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Pastor Elias Abrahão, nº 22, inscrita no CNPJ nº 76.017.466/0001-61, representado neste ato pelo Exmo. Prefeito Municipal Sr. Eduardo Antonio Dalmora, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador do RG nº 1.326.821-5 PR e CPF sob nº 337.613.459-68 e a empresa Licitante Vencedora, doravante denominada Detentora da Ata, LUCAS MENDES BRIZOLA 05516517923, inscrita no CNPJ nº 29724021000131, com sede à Rua Guarapuava, nº 61, Bom Retiro, na cidade de Matinhos, Estado do Paraná, telefone (41) 99200-0452 e endereço eletrônico: lucasmenesbrizola@gmail.com, neste ato representada pelo seu representante legal o Sr. Lucas Mendes Brizola, portador do RG nº 8.138.969-1 e inscrito no CPF sob nº 055.165.179-23, mediante condições e cláusulas a seguir estabelecidas:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE VIDROS, PORTAS E CONGÊNERES E PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE TELA MOSQUITEIRA COM MOLDURA EM ALUMÍNIO, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DAS SECRETARIAS, conforme disposto no Edital e seus anexos, que é parte vinculante à esta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	CÓDIGO IFM	Produto	UND	QTDE	Valor Unit	Valor Total
1	16713	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE TELA MOSQUITEIRA PARA FUNCIONAR COMO BARRERA PARA INSETOS, CONFECIONADA EM FIBRA DE VIDRO REVESTIDA EM PVC, COM BRANCA OU TRANSPARENTE APRESENTANDO NO MÍNIMO 16 FIOS TRANÇADOS POR POLEGADA, EM MATERIAL INODOROS, COM PERCENTUAL DE TRANSPARENCIA DE NO MÍNIMO 90%, COM MOLDURA EM ALUMÍNIO ANODIZADO POLIDO E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE PARAFUSOS PARA QUE POSSA SER REMOVIDO POSTERIORMENTE PARA LIMPEZA, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COM GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO, INSTALAÇÃO EM ESCOLAS E CMEIS DA REDE MUNICIPAL DE	M2	410	R\$150,00	R\$61.500,00

211 x 279 mm

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

PNCP é o site eletrônico oficial, destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos

https://portal.servicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

R\$ 150,00 m2

<https://pncp.gov.br/app/atas/76017466000161/2025/109/3>

LUCAS MENDES BRIZOLA

CNPJ 29.724.021/0001-31

Assinado por 1 pessoa: HÉLIDE MARIA PARRERA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marilia.1doc.com.br/verificacao/644B09430947664B9B7216> e informe o código 644B09430947664B9B7216

Portal Nacional de Contratações Públicas

Buscar no PNCP

Ata nº 072/2025-1/2025

Última atualização 26/08/2025

Local: Tremembé/SP Órgão: MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico

Data de divulgação no PNCP: 26/08/2025 Data de assinatura: 25/08/2025 Vigência: de 26/08/2025 a 26/08/2026

Id ata PNCP: 46638714000120-1-000169/2025-000001 Fonte: Novo BBNET Licitações Id contratação PNCP: 46638714000120-1-000169/2025

Objeto:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BARREIRAS FÍSICAS CONTRA INSETOS E OUTROS VETORES, DO TIPO TELA MOSQUITEIRO EM PORTAS, JANELAS E VITROS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E TODOS OS INSUMOS NECESSÁRIOS, PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Arquivos Histórico

Nome	Data/Hora de Inclusão	Tipo	Baixar
ATA REGISTRO DE PREÇOS_PNCP.pdf	26/08/2025 - 08:27:43	Ata de Registro de Preço	Baixar

1 de 1 item

Voltar

Portal Nacional de Contratações Públicas

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e

https://portal.servicos.gestao.gov.br

ATA-REGISTRO-DE-... Fazer login

Todas as ferramentas

- Exportar um PDF
- Editar um PDF
- Compartilhar arquivos
- Organizar páginas
- Adicionar comentários
- Solicitar assinatura eletrônica
- Div. e conv. em texto
- Proteger um PDF
- Ocultar informação em um P...
- Compactar um PDF
- Preparar form.
- Preparar e assinar

Ver mais

Converta, edite e assine formulários PDF e contratos

Teste grátis

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Estadual nº 8.508 de 27 de dezembro de 1993)

(Lei Municipal nº 3.452 de 16 de outubro de 2009)

CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, 701 - Centro - Tremembé/SP - CEP 12120-017

www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVICO - CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE TELA MOSQUITEIRA PARA FUNCIONAR COMO BARREIRA CONTRA INSETOS, CONFECIONADA EM FIBRA DE VIDRO REVESTIDA COM PVC, APRESENTANDO NO MÍNIMO MALHA 14 (1,52 MM) E HD 0,30 MM, COM PERCENTUAL DE TRANSPARÊNCIA DE NO MÍNIMO 50%, COM MOLDURA EM ALUMÍNIO ANODIZADO FOSCO E FIXAÇÃO ATRAVÉS DE PARAFUSOS (PARA QUE POSSA SER REMOVIDO POSTERIORMENTE PARA LIMPEZA) E MOLAS NAS PORTAS.	m²	1.620	R\$ 530,98	R\$ 860.187,60
Valor Total:					R\$ 860.187,60

CLÁUSULA TERCEIRA - ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1 - O órgão gerenciador da Ata será a **Secretaria de Educação**.

3.2 - São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

3.2.1 - Secretaria de Ação Social.

3.2.2 - Secretaria de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Por força do § 3º do artigo 101 do Decreto Municipal nº 7.686/2025 não será permitida a

conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado, até igual período, desde que observado o prazo máximo

R\$ 530,98

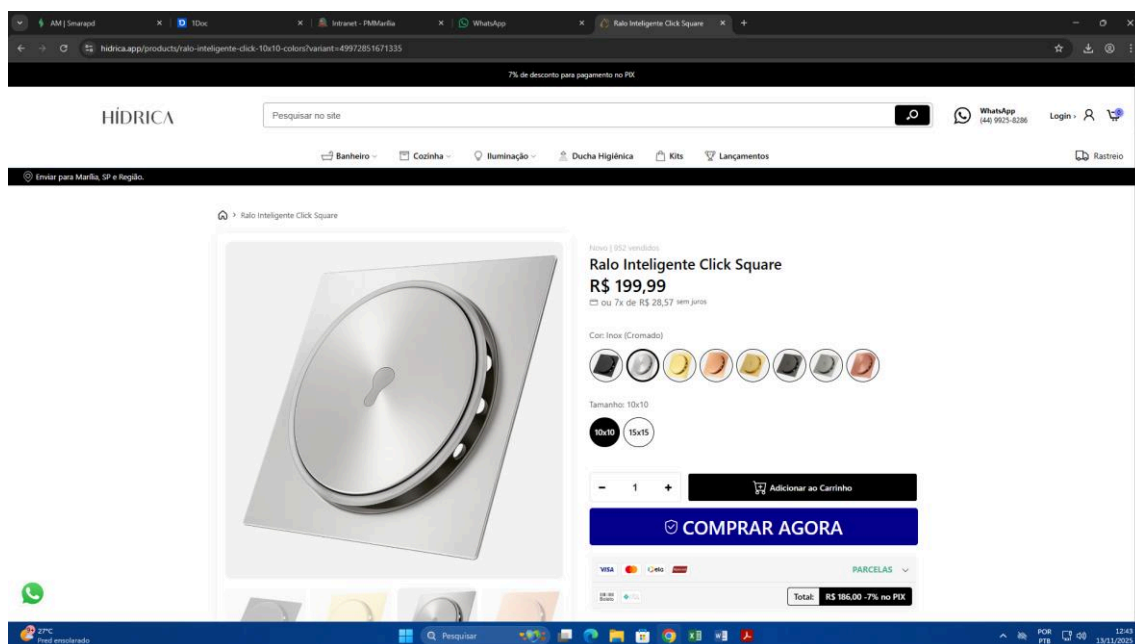
<https://pncp.gov.br/app/atas/46638714000120/2025/169/1>

FENRIR MINERALS DO BRASIL LTDA – CNPJ 53.154.568/0001-23

Assinado por 1 pessoa: HÉLIDE MARIA PARRERA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marilia.1doc.com.br/verificacao/644B09430947664B9B72161610f0f0f0e0c0b094246D705860B72F1F>



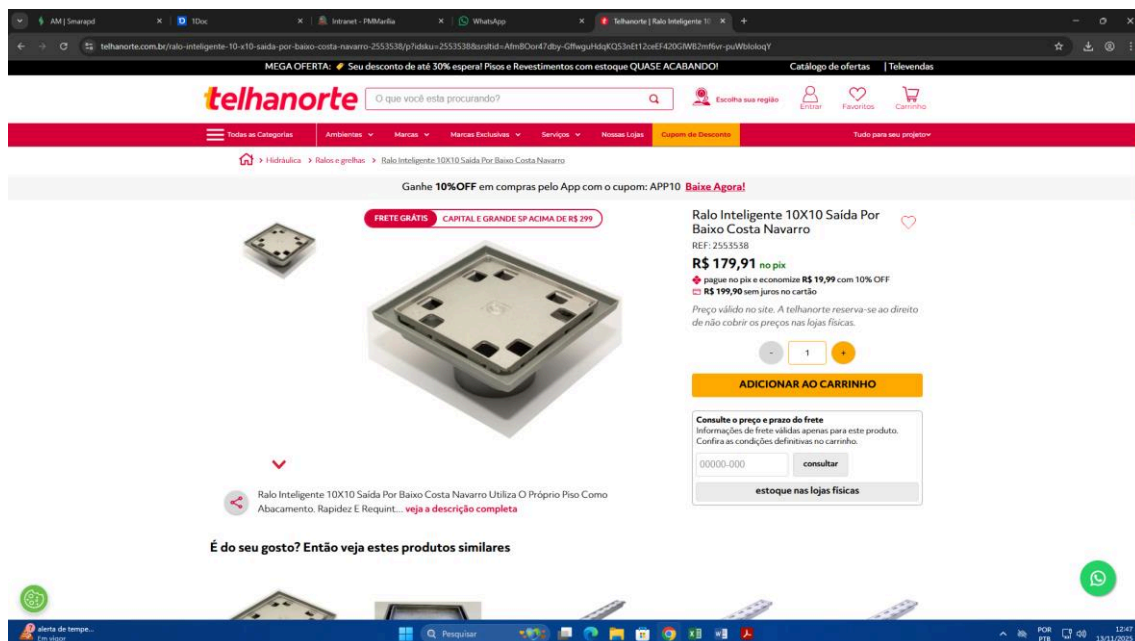
ITEM 10 – RALO INTELIGENTE



R\$ 199,99

<https://hidrica.app/products/ralo-inteligente-click-10x10-colors?variant=49972851671335>

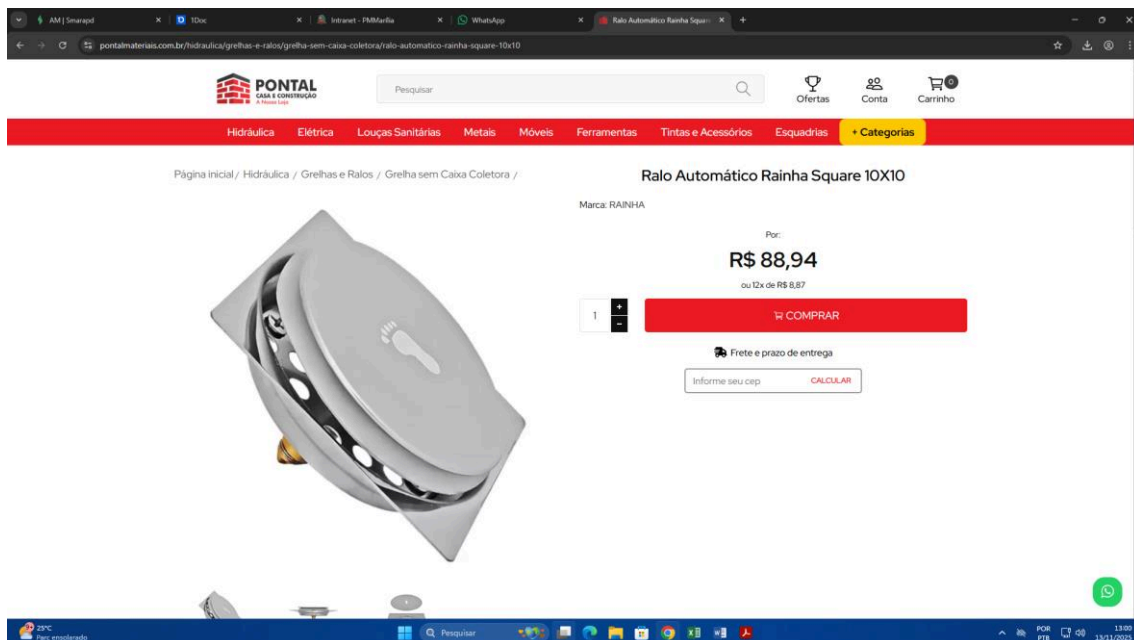
HIDRICA - CNPJ: 05.510.272/0001-55



R\$ 179,91

<https://www.telhanorte.com.br/ralo-inteligente-10-x10-saida-por-baixo-costa-navarro-2553538/p?idsku=2553538&srsId=AfmBOOr47dby-GffwguHdqKQ53nEt12ceEF420GIWB2mf6vr-puWbloloqY>

Saint-Gobain Distribuicao Brasil LTDA - CNPJ: 03.840.986/0056-70

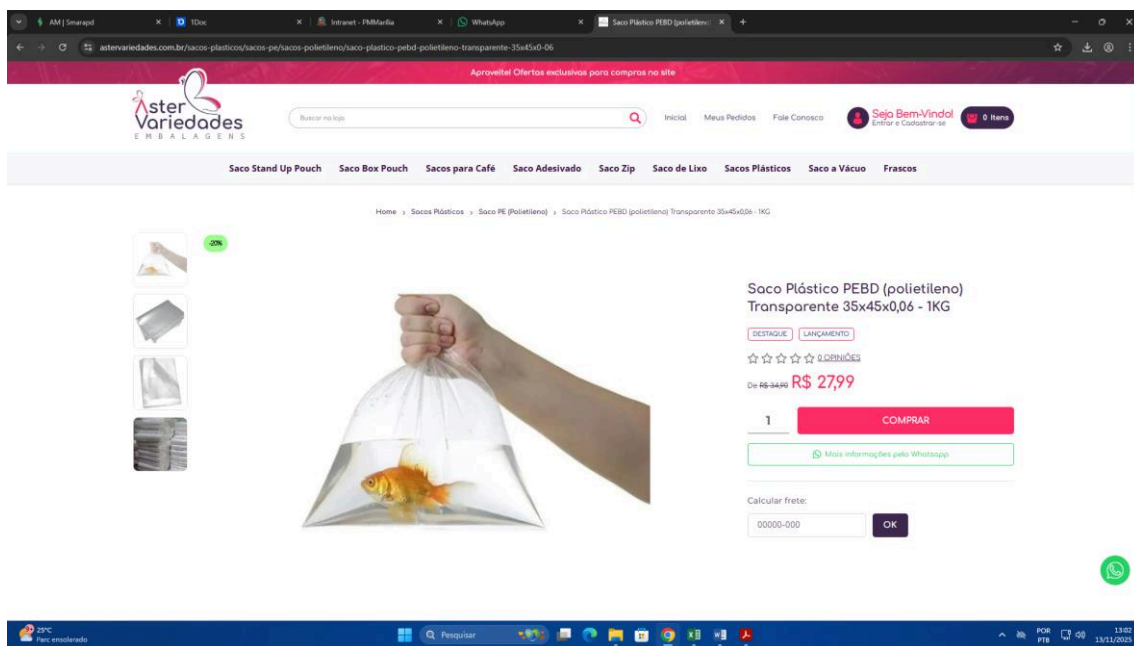


R\$ 88,94

<https://www.pontalmateriais.com.br/hidraulica/grelhas-e-ralos/grelha-sem-caixa-coletora/ralo-automatico-rainha-square-10x10>

Osmar Braghin & Cia Ltda - Rua Tiradentes, 473 | 19200-053-Pirapozinho-SP | CNPJ: 02.708.247/0001-92

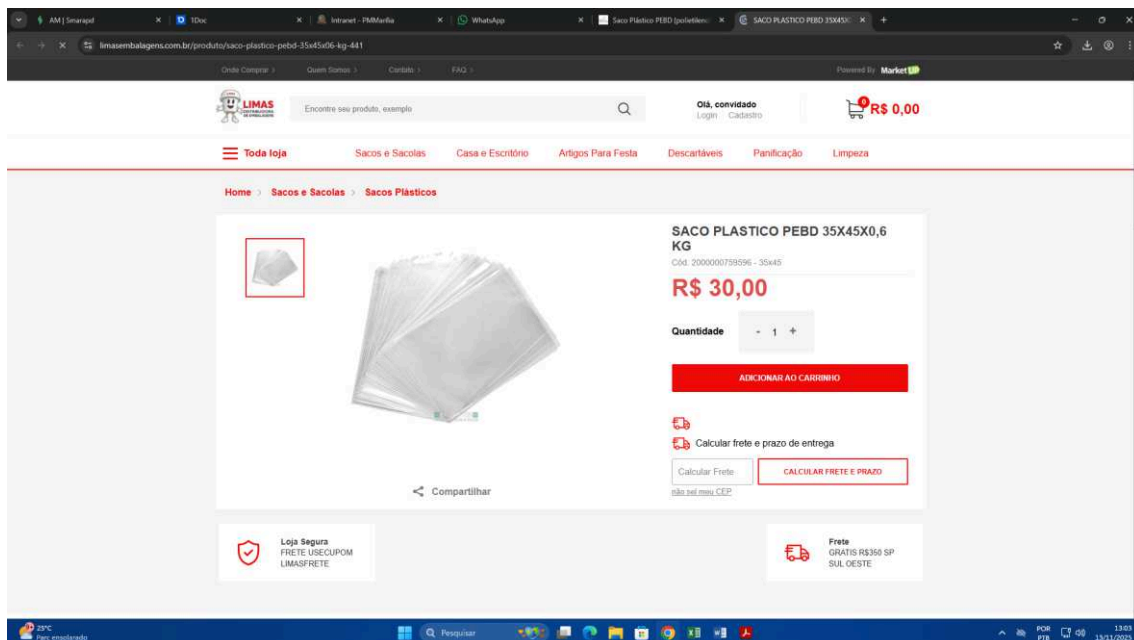
ITEM 11 – SACO PLASTICO



De R\$ 34,90

<https://www.astervariades.com.br/sacos-plasticos/sacos-pe/sacos-polietileno/saco-plastico-pebd-polietileno-transparente-35x45x0-06>

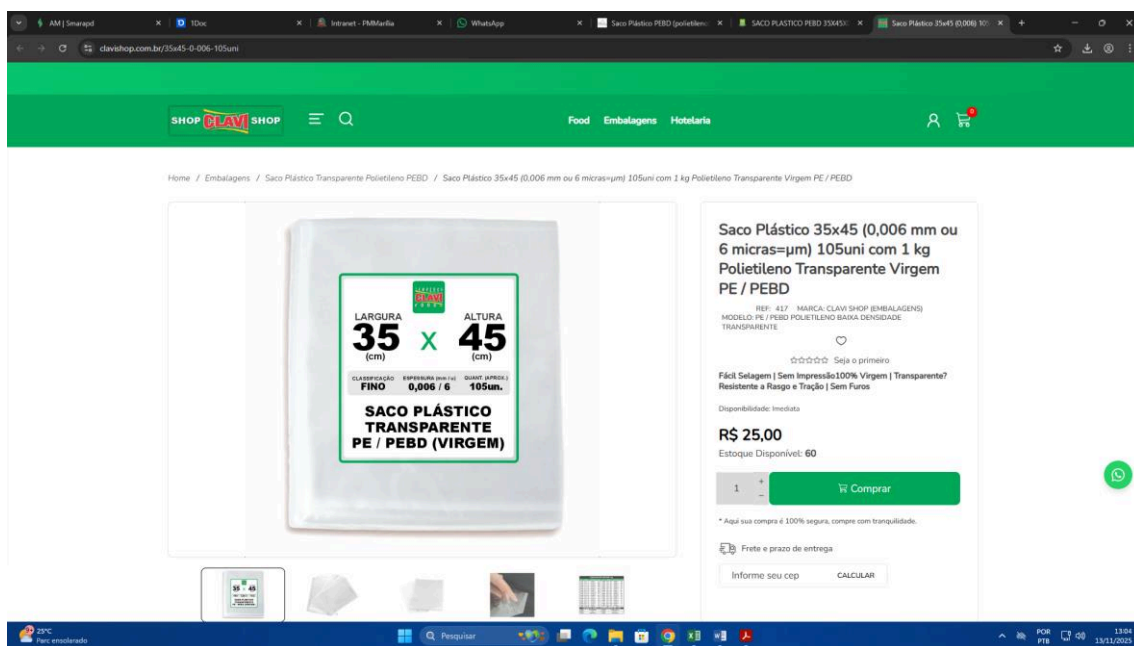
BAG EXPRESS EMBALAGENS ESPECIAIS E UTILIDADES EM GERAL LTDA



R\$ 30,00

<https://www.limasembalagens.com.br/produto/saco-plastico-pebd-35x45x06-kg-441>

LIMAS DISTRIBUIDORA DE EMBALAGENS CNPJ 49320220000191

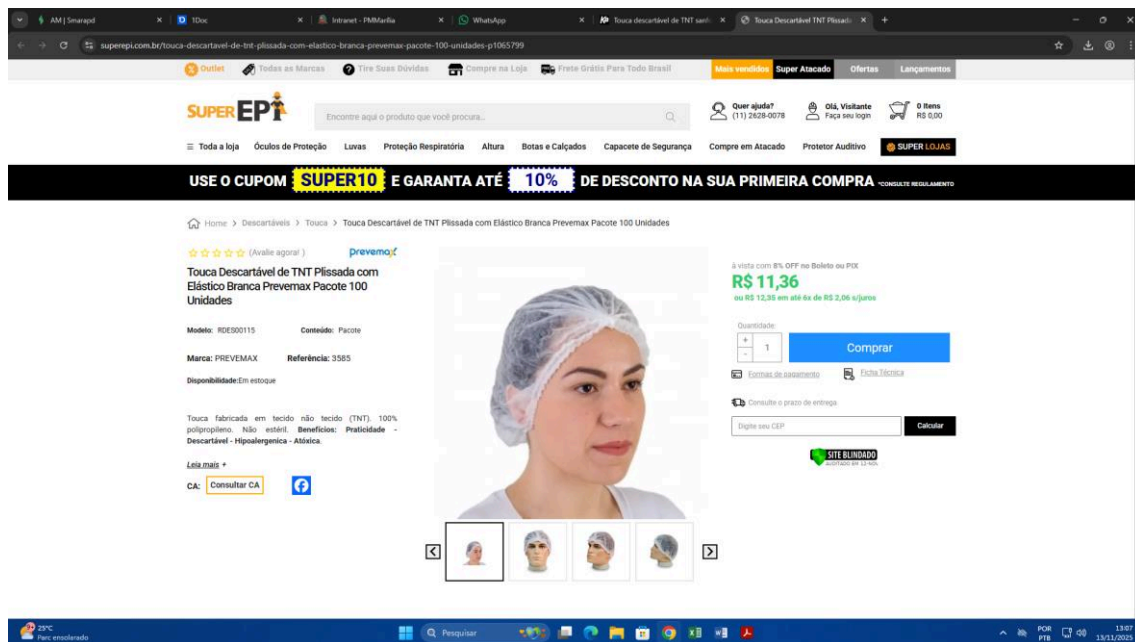


R\$ 25,00

<https://www.clavishop.com.br/35x45-0-006-105uni>

Clavi Shop CNPJ 35.739.619/0001-05

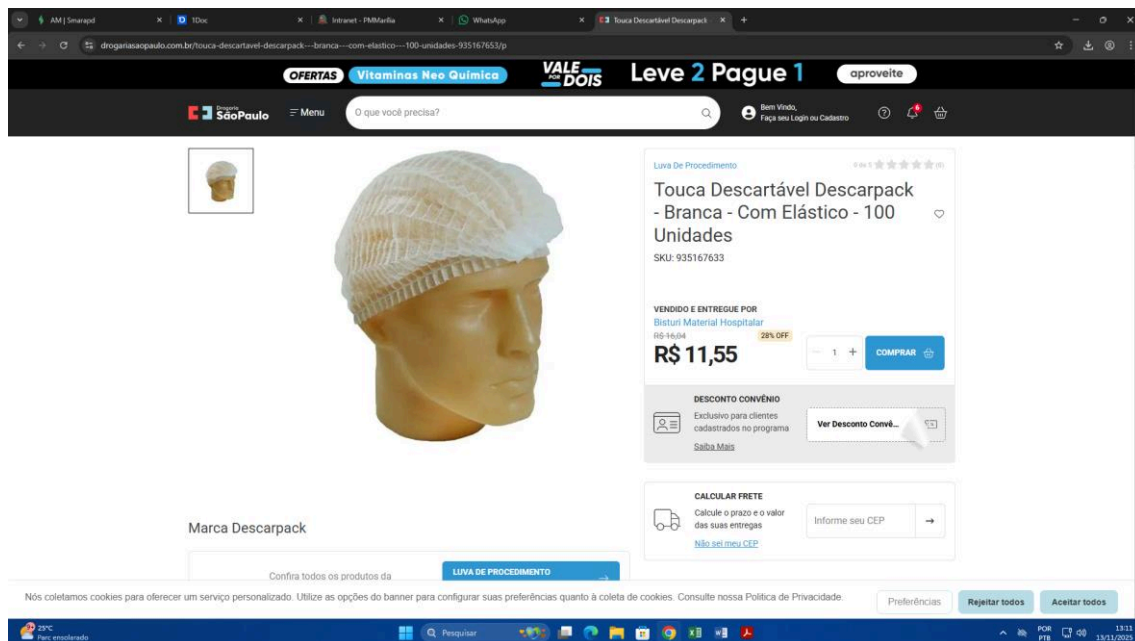
ITEM 12 – TOUCA DESCARTÁVEL



R\$ 12,35

<https://www.superepi.com.br/touca-descartavel-de-tnt-plissada-com-elastico-branca-prevemax-pacote-100-unidades-p1065799>

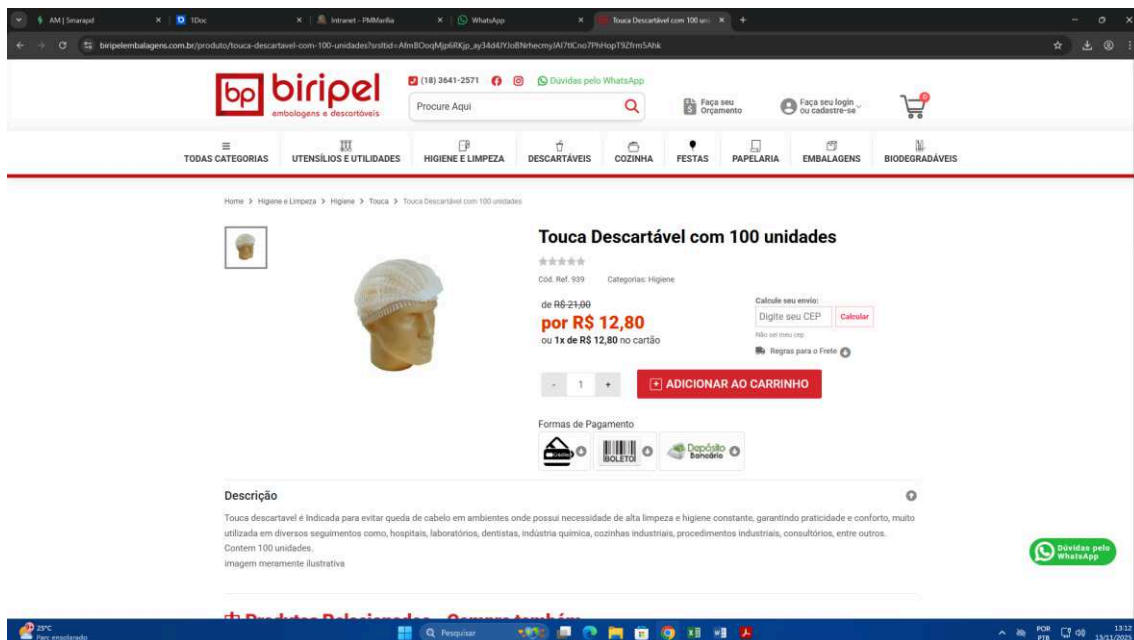
Super Epi Equipamentos de Protecao Individual Ltda. 26.588.821/0001-84.



R\$ 16,04

<https://www.drogariasapaulo.com.br/touca-descartavel-descarpac---branca---com-elastico---100-unidades-935167653/p>

Drogaria São Paulo S.A. | CNPJ: 61.412.110/0565-33

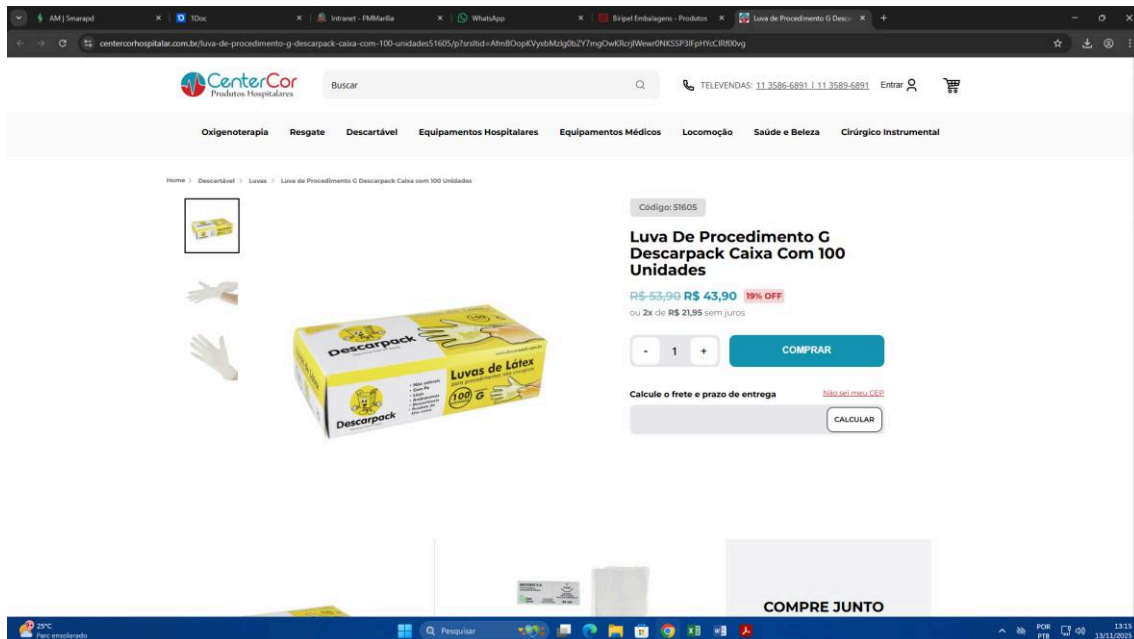


R\$ 21,00

https://bripelembalagens.com.br/produto/touca-descartavel-com-100-unidades?srltid=AfmBOoqMjp6RKjp_ay34d4JYJoBNrhecmyJAI7tIcno7PhHopT9Zfrm5Ahk

Biripel Embalagens Ltda - CNPJ: 03.748.769/0001-80

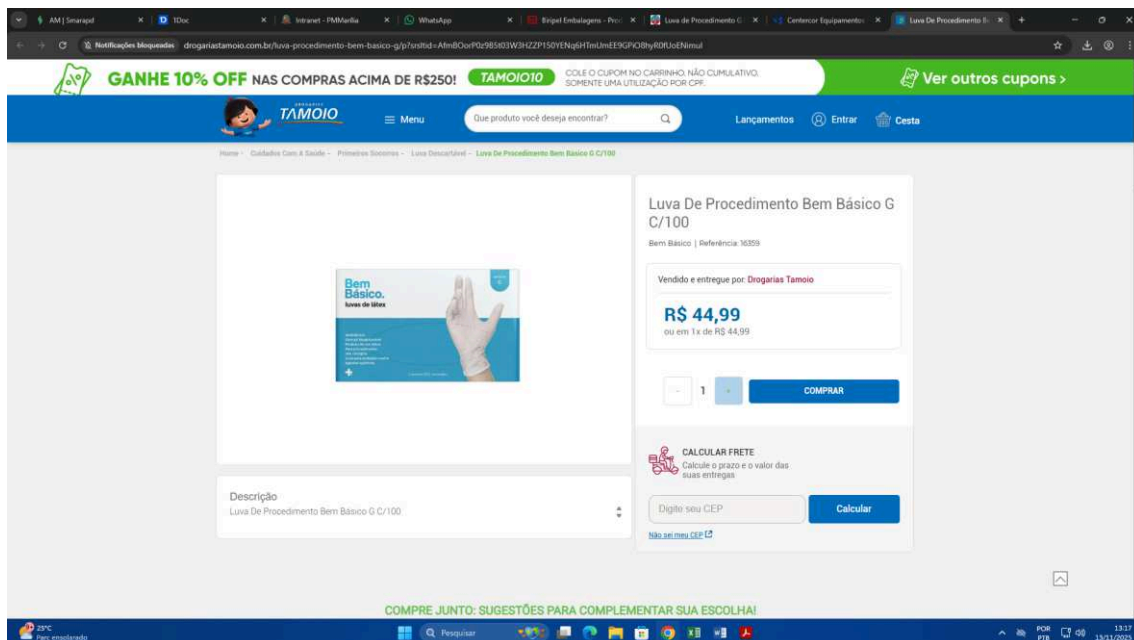
ITEM 13 – LUVA DE PROCEDIMENTO



R\$ 53,90

<https://www.centercorhospitalar.com.br/luva-de-procedimento-g-descarpack-caixa-com-100-unidades51605/p?srltid=AfmBOopKVyxbMzlg0bZY7mgOwKRcrjIWewrONKSSP3IFpHYcCIRf00vg>

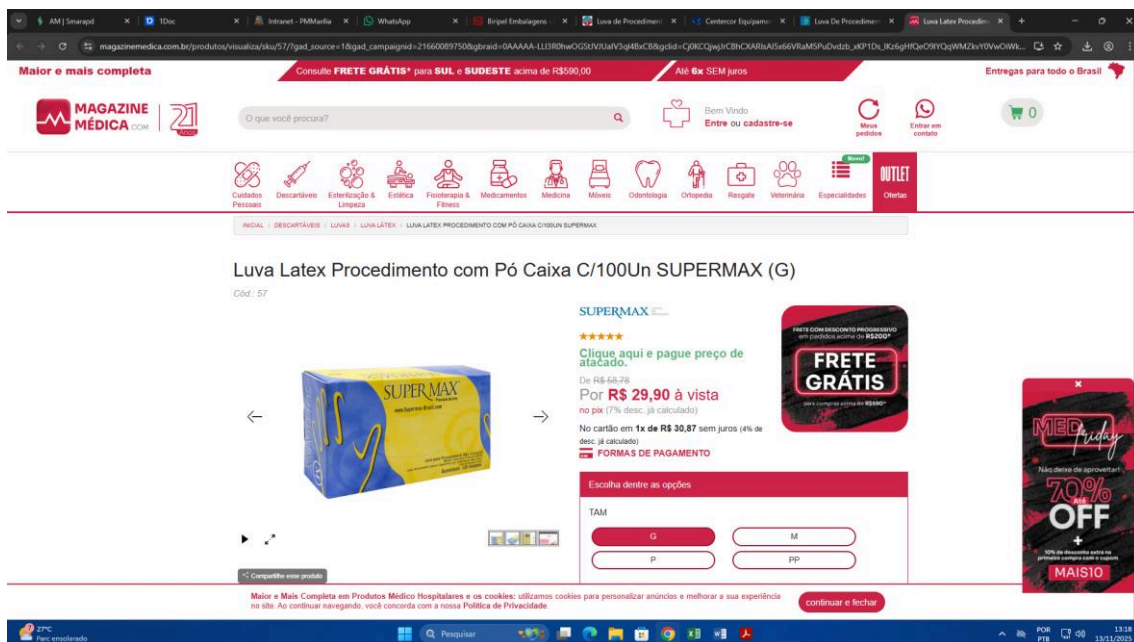
Centercor Equipamentos Hospitalares e Produtos Para A Saude - LTDA - 19.097.931/0001-88



R\$ 44,99

<https://www.drogariastamoio.com.br/luva-procedimento-bem-basico-g/p?srsltid=AfmBOorP0z9B5t03W3HZP150YENq6HTmUmEE9GPiO8hyR0fUoENimul>

Drogarias Tamoio | CNPJ: 42.225.938/0001-50

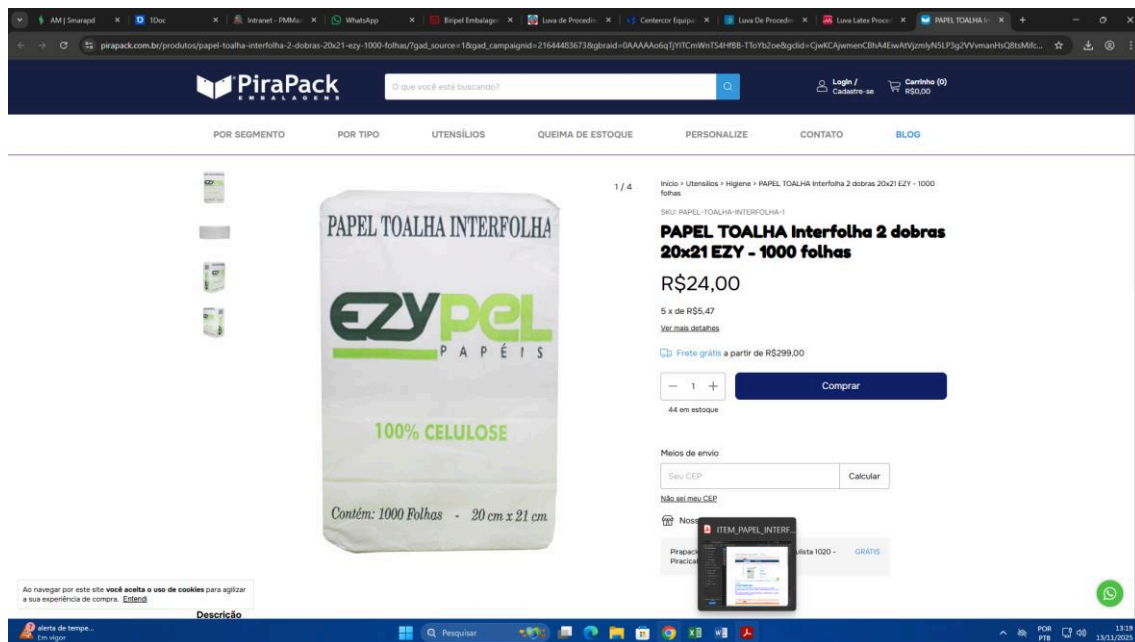


R\$ 58,78

https://magazinemedica.com.br/produtos/visualiza/sku/57/?gad_source=1&gad_campaignid=21660089750&gbraid=0AAAAA-LLI3R0hwOGStJVJUaIv3q4BxCB&gclid=Cj0KCQjwjrCBhCXARIsAI5x66VRaM5PuDvdzb_xKP1DsIKz6gHfQeO9IYQqWMZkvY0VwOiWkzDjtQaAkGXELw_wcB

BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA | 06103122000270

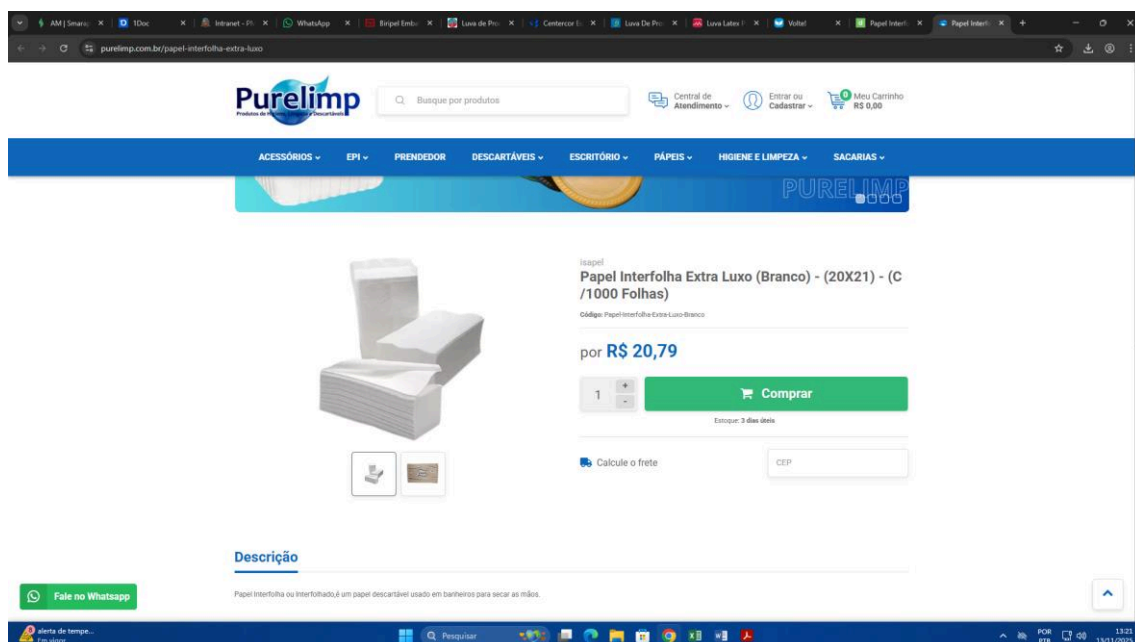
ITEM 14 – PAPEL INTERFOLHA



R\$24,00

https://pirapack.com.br/produtos/papel-toalha-interfolha-2-dobras-20x21-ezy-1000-folhas/?gad_source=1&gad_campaignid=21644483673&gbraid=0AAAAAo6qTjYITCmWnTS4HfBB-TToYb2oe&gclid=CjwKCAjwmenCBhA4EiwAtVizmlyN5LP3g2VVvmanHsQ8tsMifcpy_mC06xNy-16z2nve6QSpNK0i5BoC71UQAvD_BwE

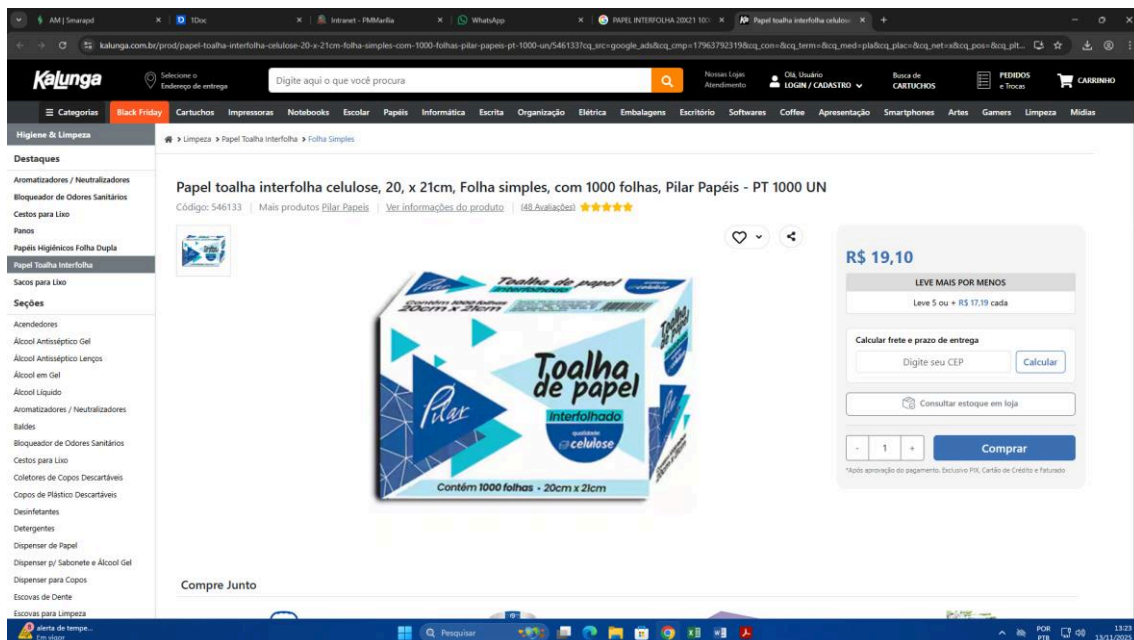
Pirapack Embalagens - 15413856000166



R\$ 20,79

<https://www.purelimp.com.br/papel-interfolha-extra-luxo>

Purelimp - CNPJ: 02.821.101/0001-59

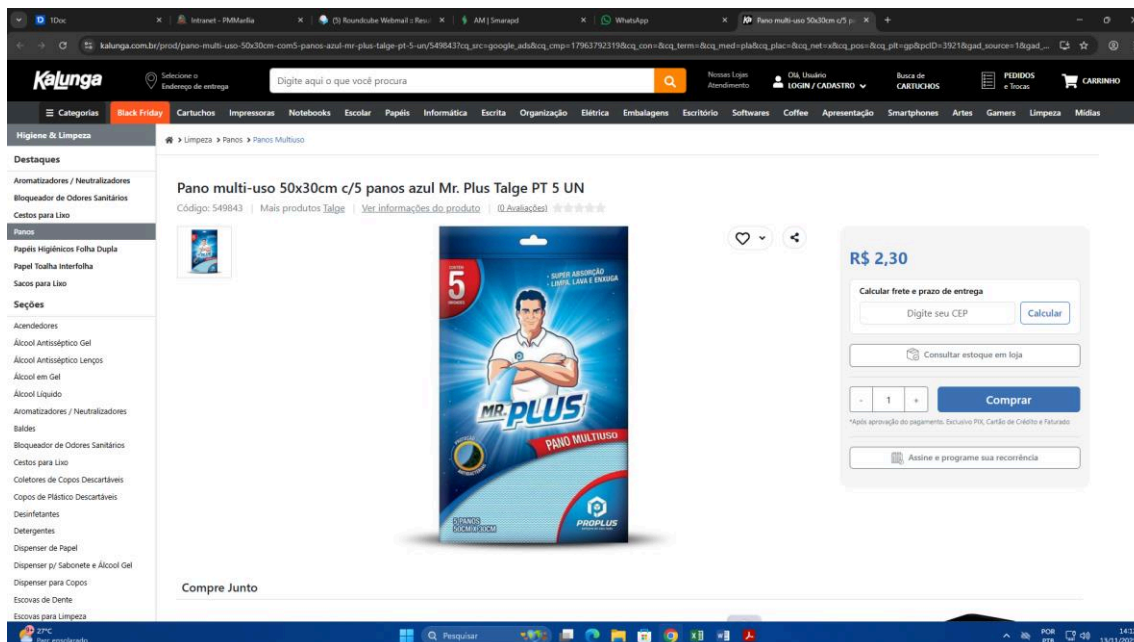


R\$ 19,10

https://www.kalunga.com.br/prod/papel-toalha-interfolha-celulose-20-x-21cm-folha-simples-com-1000-folhas-pilar-papeis-pt-1000-un/546133?cq_src=google_ads&cmp=17963792319&con=&term=&med=pla&plac=&net=x&pos=&plt=gp&pclD=3921&gad_source=1&gad_campaignid=17340402142&gbraid=0AAAAADj1B65WsRgxCVpYfGmsIJkzCLRFn&gclid=EALalQobChMijfX_8MTvkAMVFGpIAB2NfBqYEAQYBiABEglUX_D_BwE

Kalunga SA - CNPJ: 43.283.811/0001-50

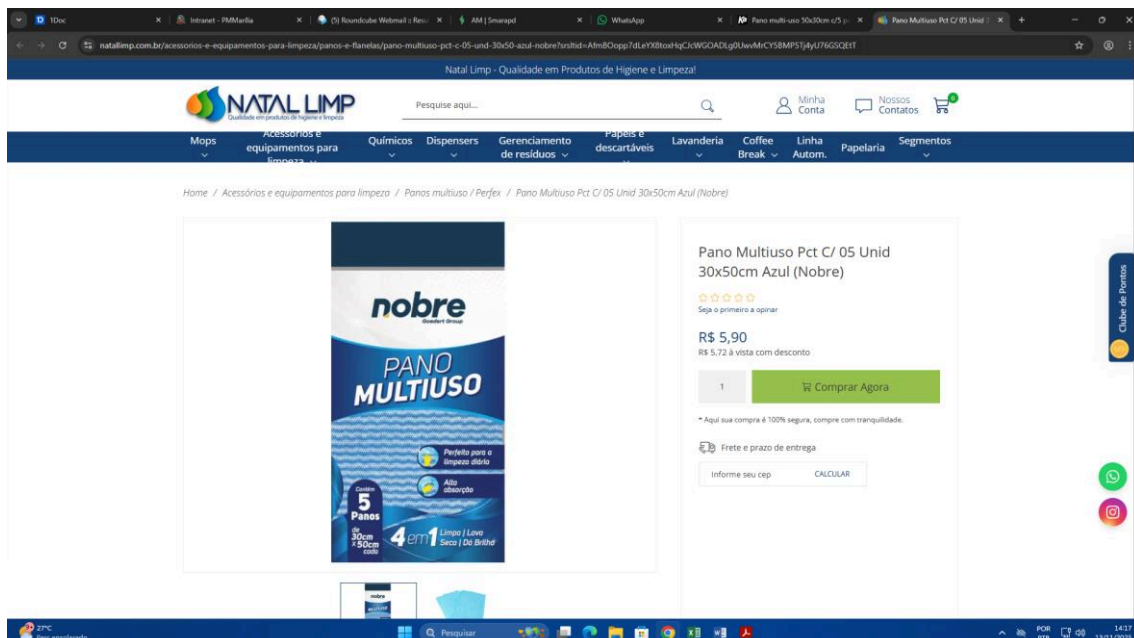
ITEM 15 – PANO MULTIUSO



R\$ 2,30

https://www.kalunga.com.br/prod/pano-multi-uso-50x30cm-com5-panos-azul-mr-plus-talge-pt-5-un/549843?cq_src=google_ads&cmp=17963792319&con=&term=&med=pla&plac=&net=x&pos=&plt=gp&pclD=3921&gad_source=1&gad_campaignid=17340402142&gbraid=0AAAAADj1B67cZLNMIQVReHH5L7uSt1VSm&gclid=CjwKCAjwmCnCBhA4EiwAtVzmiaGHsolyCBeWKRjKvQ1rNVl6kt5gaB1PaO7LlAMEMH-29hpsR6oRoCEWwQAvD_BwE

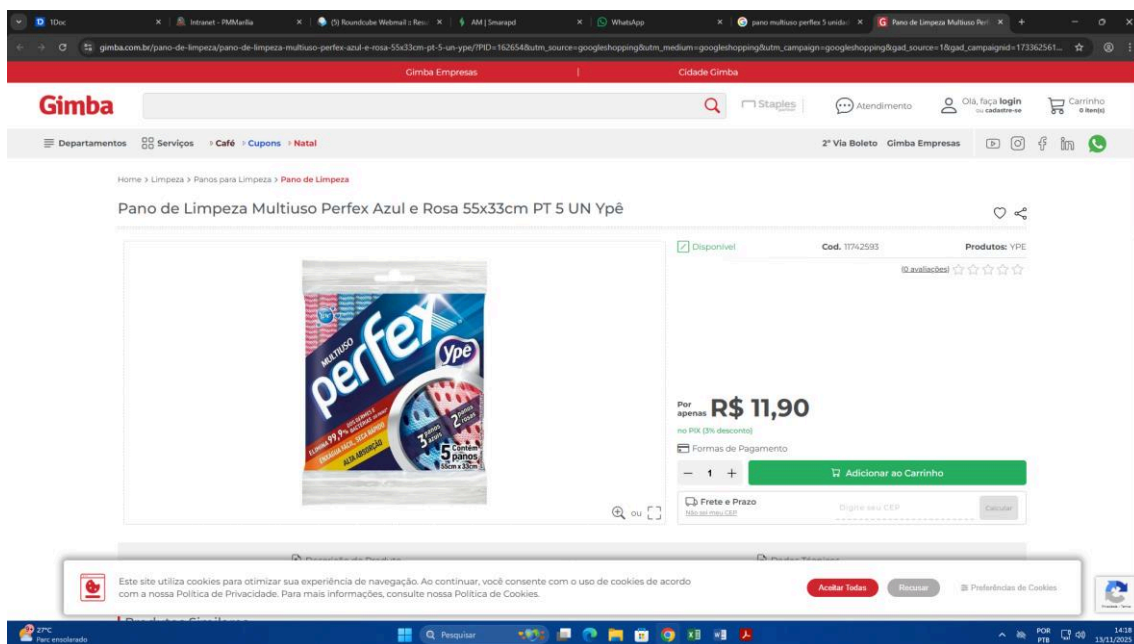
Kalunga SA - CNPJ: 43.283.811/0001-50



R\$ 5,90

<https://www.natallimp.com.br/acessorios-e-equipamentos-para-limpeza/panos-e-flanelas/pano-multiuso-pct-c-05-und-30x50-azul-nobre?srsltid=AfmBOopp7dLeYX8toxHqCJcWGOADLg0UwvMrCY5BMP5Tj4yU76GSQEtT>

H M DE M COSTA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA CNPJ: 50.550.331/0001-73

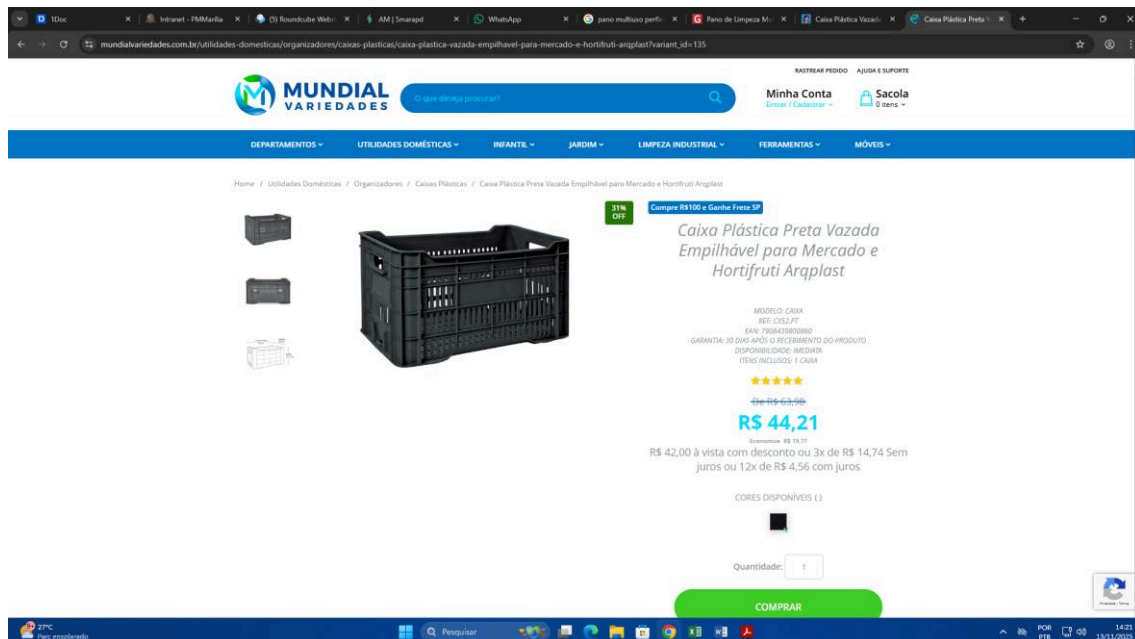


R\$ 11,90

https://www.gimba.com.br/pano-de-limpeza/pano-de-limpeza-multiuso-perfex-azul-e-rosa-55x33cm-pt-5-un-ypê/?PID=162654&utm_source=googleshopping&utm_medium=googleshopping&utm_campaign=googleshopping&gad_source=1&gad_campaignid=17336256165&gclid=EAIaIQobChMIg66yINHvKAMVROVIAB0hQRLgEAQYBiABEgls7PD_BwE

SupriCorp Suprimentos Ltda - CNPJ: 54.651.716/0011-50

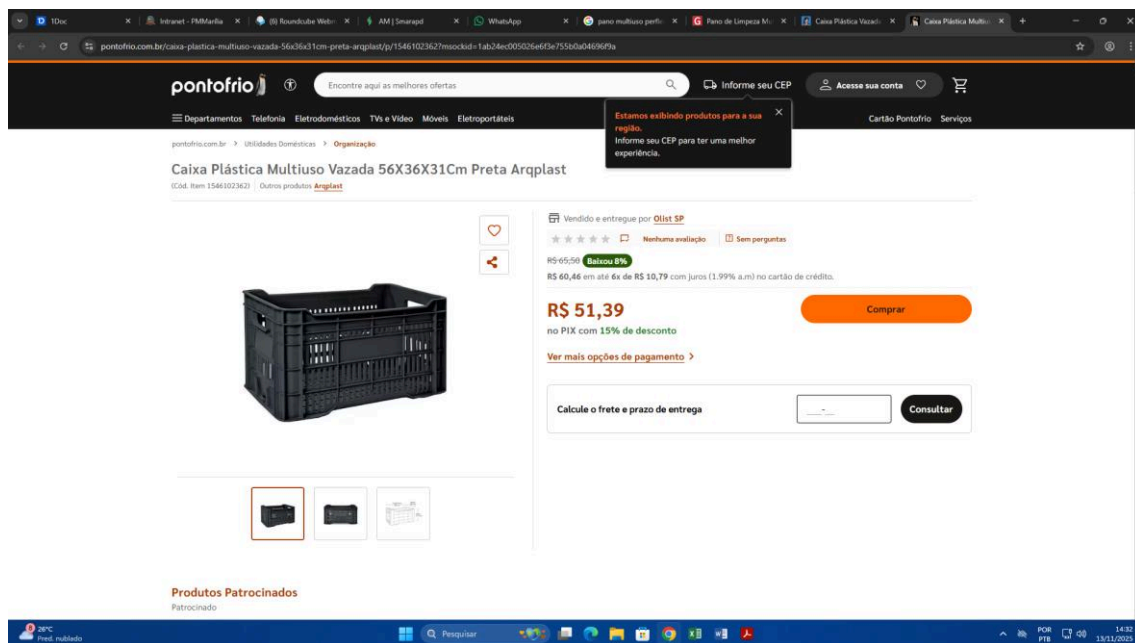
ITEM 16 – CAIXA PLASTICA



R\$ 63,98

https://www.mundialvariedades.com.br/utilidades-domesticas/organizadores/caixas-plasticas/caixa-plastica-vazada-empilhavel-para-mercado-e-hortifruti-arqplast?variant_id=135

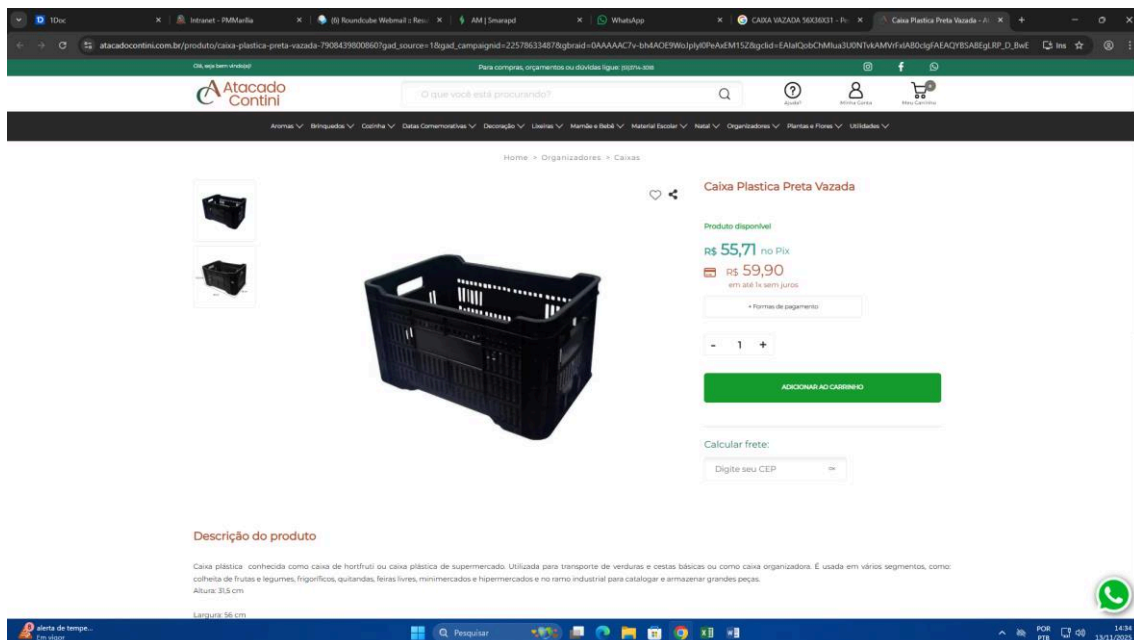
Mundial Variedades LTDA - 24.231.750/0001-32



R\$ 65,50

<https://www.pontofrio.com.br/caixa-plastica-multiuso-vazada-56x36x31cm-preta-arqplast/p/1546102362?msocid=1ab24ec005026e6f3e755b0a04696f9a>

Grupo Casas Bahia S.A. CNPJ: 33.041.260/0652-90



R\$ 55,71

https://www.atacadocontini.com.br/produto/caixa-plastica-preta-vazada-7908439800860?gad_source=1&gad_campaignid=22578633487&gbraid=0AAAAAC7v-bh4AOE9WoJplyl0PeAxEM15Z&gclid=EAIaIQobChMIua3UONTvkAMVrFxiAB0cIgFAEAQYBSABEGLRP_D_BwE

Atacado João A. Contini Ltda CNPJ: 02.848.577/0001-83

ANEXO II

Contrato de Repasse nº 978239/2025/MDS/CAIXA

**CONTRATO DE REPASSE Nº
978239/2025/MDS/CAIXA**

**CONTRATO DE REPASSE QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, POR
INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA
SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE FOME,
REPRESENTADO(A) PELA CAIXA
ECONÔMICA FEDERAL, E O(A)
MUNICÍPIO DE MARÍLIA/SP,
OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES
RELATIVAS AO SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL E COMBATE
À FOME.**

Por este Instrumento Particular, as partes abaixo nominadas e qualificadas têm, entre si, justo e acordado o Contrato de Repasse de recursos orçamentários da União, em conformidade com este Contrato de Repasse e com a seguinte regulamentação: Lei nº 14.133, de 202, Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal vigente, Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e suas alterações, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto nº 11.531, de 16 de março de 2023, e suas alterações, Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações, Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024 no caso de Regime Simplificado, Instrução Normativa MPDG Nº 02, de 24 de janeiro de 2018 e suas alterações, Diretrizes Operacionais do Gestor do Programa para o exercício, Contrato de Prestação de Serviços (CPS) firmado entre o Gestor do Programa e a Caixa Econômica Federal e demais leis e normativos vigentes que tratem da matéria, as quais os partícipes se sujeitam, desde já, na forma ajustada a seguir:

PARTÍCIPIES

I – CONTRATANTE – A União Federal, por intermédio do Gestor do Programa MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE FOME, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.526.783/0001-65, representado pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 6 de março de 1970, regendo-se pelo Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral de 19 de janeiro de 2018, em conformidade com o Decreto

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e suas alterações, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de Mandatária da União, nos termos dos instrumentos supracitados, neste ato representada por SERGIO AMADEO, Matrícula Funcional c069322, conforme procuração lavrada em notas do 2º Ofício de Notas e Protestos de Brasília/DF, no livro 3577-P, fls 065, em 5/9/2023 e substabelecimento lavrado em notas do 2º Ofício de Notas e Protestos de Brasília/DF, no livro 3616-P, em 25/11/2024, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.

II – CONTRATADO – Município de MARÍLIA/SP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 44.477.909/0001-00, neste ato representado pelo respectivo Prefeito Municipal, Sr. VINICIUS ALMEIDA CAMARINHA, 1430492, doravante denominado(a) simplesmente CONTRATADO.

CONDIÇÕES GERAIS**I – OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE**

Modernização do Banco de Alimentos no Município de Marília/SP.

II – MUNICÍPIO(S) BENEFICIÁRIO(S)
MARÍLIA/SP.

III – CONTRATAÇÃO SOB LIMINAR
(X) Não () Sim

Apenas no caso de contratação sob liminar, aplica-se a Cláusula Décima Sétima desse Contrato de Repasse – Condições Gerais.

IV – CONTRATAÇÃO SOB CONDIÇÃO SUSPENSIVA
() Não (X) Sim

No caso de "SIM", informar:

Documentação: Documentação da área, Engenharia e Ambiental.

Prazo final para inserção das peças documentais pelo CONTRATADO no TRANSFEREGOV: 9 (nove) meses, contados da data da assinatura do documento, podendo ser prorrogado, desde que o tempo total para cumprimento da condição suspensiva não exceda a 18 (dezoito) meses..

V – DESCRIÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

- Recursos do Repasse da União: R\$ 610.752,37 (seiscentos e dez mil, setecentos e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos).
- Recursos da Contrapartida aportada pelo CONTRATADO E/OU UNIDADE EXECUTORA: R\$ 111.701,80 (Cento e onze mil, setecentos e um reais e oitenta centavos).
- Valor de Investimento (Repasse + Contrapartida): R\$ 722.454,17 (Setecentos e vinte e dois mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e dezessete centavos).

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

- Nota de Empenho nº 2025NE000007, emitida em 05/09/2025, no valor de R\$ 525.223,17 (Quinhentos e vinte e cinco mil, duzentos e vinte três reais e dezessete centavos), Unidade Gestora 550013, Gestão 00001.
- Natureza da Despesa: 444041
- Nota de Empenho nº 2025NE000006, emitida em 05/09/2025, no valor de R\$ 85.529,20 (Oitenta e cinco mil, quinhentos e vinte e nove reais e vinte centavos), Unidade Gestora 550013, Gestão 00001.
- Natureza da Despesa: 444041.
- Programa de Trabalho: 0830651338929000.

VI – PRAZOS

- Término da Vigência Contratual: 20/9/2028.
- Apresentação da Prestação de Contas Final pelo CONTRATADO: até 60 dias após o término da vigência contratual ou conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro; da denúncia ou da rescisão.
- Arquivamento pelo CONTRATADO: 5 (cinco) anos contados da data de aprovação da prestação de contas final pela CONTRATANTE.

VII – FORO

Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de UF.

VIII-A – ENDEREÇOS FÍSICOS

Endereço para entrega de correspondências ao CONTRATADO: Rua Bahia, 40 - CEP 17501-900 - Marília - SP.

Endereço para entrega de correspondências à CONTRATANTE: Rua Gustavo Maciel, nº 7-33, 1º Andar, Centro CEP 17010-180 - Bauru/SP.

VIII-B – ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

Endereço eletrônico do CONTRATADO: gabinete@marilia.sp.gov.br;
sop@marilia.sp.gov.br; sop.engenharia@marilia.sp.gov.br;
contabilidade@marilia.sp.gov.br; tesouraria@marilia.sp.gov.br;
guilherme.costa@caixa.gov.br; gabineteconvenio@marilia.sp.gov.br.
Endereço eletrônico da CONTRATANTE: gigovbu@caixa.gov.br.

Pelo presente instrumento, as partes nominadas no Contrato de Repasse, pactuam as cláusulas a seguir:

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PLANO DE TRABALHO E DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA**

1 – O Plano de Trabalho aprovado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (TRANSFEREGOV) é parte integrante do presente Contrato de Repasse, independente de transcrição.

1.1 – A eficácia deste Instrumento está condicionada à apresentação pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA da documentação disposta no art. 7º da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28/2024 na data da celebração do presente instrumento ou no prazo estabelecido no item IV das Condições Gerais deste Contrato.

1.1.1 – O CONTRATADO E/OU UNIDADE EXECUTORA, desde já e por este Instrumento, reconhece e dá sua anuência que o não atendimento das exigências no prazo fixado implicará a:

- a) Extinção do presente Contrato de Repasse independente de notificação, quando não houver liberação de recursos de repasse;
- b) Rescisão imediata do presente Contrato de Repasse, com o ressarcimento de eventuais despesas para elaboração do projeto básico ou termo de referência custeadas com recursos do instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2 – Como forma mútua de cooperação na execução do objeto do Contrato de Repasse, são obrigações das partes, conforme previsto nos artigos 4º e 5º da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024:

2.1 – DA CONTRATANTE

- I. Analisar:
 - a) os requisitos necessários à celebração do Contrato de Repasse e de eventuais Termos Aditivos;
 - b) o plano de trabalho; e
 - c) a prestação de contas final do Contrato de Repasse com base nos resultados da execução física e financeira, bem como de outros elementos que comprovem o cumprimento do objeto pactuado;
- II. Realizar a análise jurídica necessária à celebração do Contrato de Repasse e eventuais Termos Aditivos.
- III. Aprovar ou rejeitar:
 - a) o plano de trabalho; e
 - b) a prestação de contas final;
- IV. Emitir os empenhos necessários à execução do instrumento;
- V. Celebrar o Contrato de Repasse, após atendimento dos requisitos pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, e publicar seu extrato, no Diário Oficial da União (DOU), e respectivas alterações, se for o caso;

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

- VI. Transferir ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA os recursos financeiros, na forma do cronograma de desembolso aprovado, observado o disposto na Cláusula Quinta deste Instrumento;
- VII. Aferir a execução do objeto pactuado, conforme pactuado no Plano de Trabalho, por meio da verificação da compatibilidade entre estes e o efetivamente executado, assim como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos;
- VIII. Verificar a existência da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou, quando aplicável, Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, quando se tratar de obras e serviços de engenharia;
- IX. Divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
- X. Fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas ao Contrato de Repasse independente de autorização judicial;
- XI. Notificar previamente o CONTRATADO a inscrição como inadimplente no TRANSFEREGOV, quando detectadas impropriedades ou irregularidades no acompanhamento da execução do objeto do instrumento, devendo ser incluída no aviso a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar, e o Poder Legislativo do órgão responsável pelo instrumento;
- XII. Receber e analisar a prestação de contas encaminhada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, bem como notificá-lo quando da não apresentação da Prestação de Contas no prazo fixado, e/ou quando constatada a má aplicação dos recursos, instaurando, se for o caso, a correspondente Tomada de Contas Especial;
- XIII. Efetuar a devolução imediata dos saldos remanescentes da conta vinculada ao instrumento para a conta única do Tesouro Nacional, nos casos aplicáveis;
- XIV. Ter a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou de ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;
- XV. Realizar tempestivamente no TRANSFEREGOV os atos e os procedimentos relativos ao acompanhamento da execução do objeto, registrando aqueles que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-o atualizado;
- XVI. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente instrumento, providenciar o cancelamento dos saldos de empenho no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;
- XVII. Instaurar a Tomada de Contas Especial - TCE, observando os procedimentos e a formalização, de acordo com a legislação específica ao caso.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse**2.2 – DO CONTRATADO**

- I. Consignar no Orçamento do exercício corrente ou, em lei que autorize sua inclusão, os recursos necessários para executar o objeto do Contrato de Repasse e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente constarão do seu Orçamento;
- II. Observar as condições para recebimento de recursos da União e para inscrição em restos a pagar estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- III. Comprometer-se, nos casos em que couber a instituição da contribuição de melhoria, nos termos do Código Tributário Nacional, a não efetuar cobrança que resulte em montante superior à contrapartida aportada ao Contrato de Repasse;
- IV. Definir o regime de execução do objeto do Contrato de Repasse, conforme legislação vigente;
- V. Definir, por metas e etapas a forma de execução do objeto, observando:
 - a) a forma e a metodologia de comprovação do cumprimento do objeto estabelecidas pelo Gestor, conforme diretrizes programáticas ou normas complementares; e
 - b) a descrição dos parâmetros objetivos de referência para a avaliação do cumprimento do objeto estabelecidos pelo Gestor, conforme diretrizes programáticas ou normas complementares.
- VI. Definir as necessidades e demandas das obras, realizar os estudos de viabilidade preliminares e ensaios tecnológicos necessários para embasamento das soluções constantes no anteprojeto ou projeto;
- VII. Elaborar os anteprojeto, os projetos técnicos ou termos de referência relacionados ao objeto pactuado e apresentar toda documentação jurídica, técnica e institucional necessária à celebração e à eficácia do Contrato de Repasse, de acordo com os normativos do programa;
- VIII. Apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente ou entidade da esfera municipal, estadual, distrital ou federal, bem como concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável;
- IX. Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Contrato de Repasse, observando prazos e custos, designando profissional habilitado e com experiência necessária ao acompanhamento e controle das obras e serviços com a respectiva ART, RRT ou, quando aplicável, TRT da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados, utilizando os aplicativos disponibilizados pelo órgão central do TRANSFEREGOV, para registro da execução física do objeto e quando da realização das atividades de fiscalização;
- X. Apresentar declaração de capacidade técnica, indicando o servidor ou servidores que acompanharão a obra ou serviço de engenharia;
- XI. Garantir a existência de área gestora dos recursos recebidos por transferência voluntária da União, com atribuições definidas para gestão, celebração, execução e prestação de contas, com lotação de, no mínimo, um servidor ou empregado público efetivo, em cumprimento ao Acórdão nº 1.905, de 2017, do Plenário do Tribunal de Contas da União (Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023);

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

- XII. Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos anteprojetos ou projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios detectados que possam comprometer a fruição do objeto, inclusive se detectados pela CONTRATANTE ou pelos órgãos de controle;
- XIII. Garantir a existência de infraestrutura, utilidades, pessoal e licenças necessários à instalação e disponibilização dos equipamentos adquiridos;
- XIV. Selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Gestor do Programa, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à CONTRATANTE sempre que houver alterações;
- XV. Realizar o procedimento de compras e contratações, sob sua competência e responsabilidade, observada a legislação vigente e assegurando:
- a) a disponibilização da contrapartida, quando for o caso;
 - b) a correção dos procedimentos legais;
 - c) a suficiência do anteprojeto, do projeto básico ou do termo de referência;
 - d) a suficiência da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Encargos Sociais Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) utilizados, cada qual com o respectivo detalhamento de sua composição, por item de orçamento ou conjunto deles; e
 - e) a utilização do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- XVI. Apresentar declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, ou registro no TRANSFEREGOV que a substitua, atestando o atendimento das disposições legais aplicáveis ao procedimento de compras e contratações;
- XVII. Exercer, na qualidade de contratante, a gestão e fiscalização sobre o CTEF – Contrato de Execução e Fornecimento de Obras ou Serviços ou Equipamentos;
- XVIII. Realizar visitas regulares nos empreendimentos, e apresentar os relatórios referentes às visitas realizadas quando solicitado;
- XIX. Estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Contrato de Repasse, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;
- XX. No caso de Municípios e Distrito Federal, notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no município ou Distrito Federal, em conformidade com a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;
- XXI. Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Contrato de Repasse, após sua execução, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;
- XXII. Prestar contas dos recursos transferidos pela CONTRATANTE destinados à consecução do objeto no prazo fixado no Contrato de Repasse;
- XXIII. Fornecer à CONTRATANTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

- XXIV. Prever no edital de licitação e no CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;
- XXV. Realizar tempestivamente no TRANSFEREGOV os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, licitação, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial do Contrato de Repasse e registrar no TRANSFEREGOV os atos que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-os atualizados;
- XXVI. Instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do CTEF ou gestão financeira do Contrato de Repasse, comunicando tal fato à CONTRATANTE;
- XXVII. Registrar no TRANSFEREGOV o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com a sua respectiva inscrição ativa no CNPJ, a publicação do termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, a ART, RRT ou, quando aplicável, TRT dos anteprojetos, dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, as ordens de serviço ou autorizações de fornecimento e os atestes dos boletins de medições;
- XXVIII. Indicar o sistema Fala.BR como canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento pela União de manifestações dos cidadãos relacionados ao instrumento, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;
- XXIX. Afixar em local visível placa de obra elaborada conforme Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Obras, mantendo-a em bom estado de conservação durante todo o prazo de execução das obras;
- XXX. Quando o objeto do instrumento se referir à execução de obras e serviços de engenharia, incluir, nas placas e adesivos indicativos das obras, o QR Code do aplicativo para o cidadão, disponibilizado pelo TRANSFEREGOV, bem como informações sobre canal para o registro de denúncias, reclamações e elogios, conforme previsto no Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Obras;
- XXXI. Ao tomar ciência de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar os Ministérios Público Federal e Estadual e a Advocacia Geral da União;
- XXXII. Obedecer às regras e diretrizes de acessibilidade na execução do objeto dos instrumentos, em conformidade com as leis, normativos e orientações técnicas que tratam da matéria;
- XXXIII. Compatibilizar o objeto do Contrato de Repasse com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;
- XXXIV. Prever no edital de licitação as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI que integram o orçamento do anteprojeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021, ou do projeto básico da obra e/ou serviço, em cumprimento ao previsto

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

na legislação vigente e conforme a Súmula nº 258 do Tribunal de Contas da União, vedada a utilização de orçamento sigiloso;

- XXXV. Nos casos de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, observar o disposto no Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, e suas alterações, nas licitações que realizar, no caso de contratação de obras ou serviços de engenharia, bem como apresentar declaração firmada pelo representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA acerca do atendimento ao disposto no referido Decreto;
- XXXVI. Utilizar, para aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade pregão, nos termos da legislação vigente, obrigatoriamente a sua forma eletrônica, devendo ser justificada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a impossibilidade de sua utilização;
- XXXVII. Apresentar declaração expressa ou fornecer declaração emitida pela empresa vencedora da licitação, atestando que esta não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação;
- XXXVIII. Registrar no TRANSFEREGOV as atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades juntamente com os pareceres técnico e jurídico que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos na legislação pertinente;
- XXXIX. Inserir cláusula nos CTEFs destinados à execução do instrumento, para que a empresa contratada:
- a) permita o livre acesso dos servidores do Gestor e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da CONTRATANTE, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas; e
 - b) insira as informações e os documentos relativos à execução da obra ou serviço de engenharia no TRANSFEREGOV;
- XL. Atestar, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010;
- XLI. Consultar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, sendo vedada a participação na licitação ou contratação de empresa que consta como impedida ou suspensa;
- XLII. Consultar no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, no que tange a registro de ato de improbidade administrativa e inelegibilidade supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça;
- XLIII. Apresentar relatório de execução do empreendimento contendo informações sobre a execução físico-financeira do Contrato de Repasse, bem como da utilização da contrapartida, conforme o art. 32 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações;
- XLIV. Verificar, a cada pagamento de medição, a devida regularidade dos contratos de trabalho pelas empresas que prestam serviços, por meio de CTEF, através da

9

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

exigência da apresentação das Guias de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP), relativas aos trabalhadores que prestaram serviços no período, no caso de contratação de obras de engenharia. (Ofício nº. 132/2021/AERIN/MAPA – Relatório de auditoria nº 201900014)

- XLV. Responsabilizar-se pela conclusão do empreendimento quando o objeto do Contrato de Repasse prever apenas sua execução parcial e for etapa de empreendimento maior, a fim de assegurar sua funcionalidade;
- XLVI. Divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto e/ou objetivo do Contrato de Repasse, o nome do Programa, a origem do recurso, o valor do repasse e o nome da CONTRATANTE e do Gestor do Programa, como entes participantes, obrigando-se o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a comunicar expressamente à CAIXA a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, inclusive entregas e/ou inaugurações, com antecedência mínima de 72 horas, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
- XLVII. Comprometer-se a utilizar a assinatura do Gestor do Programa acompanhada da marca do Governo Federal nas publicações decorrentes do Contrato de Repasse, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
- XLVIII. Responder solidariamente, os entes consorciados, no caso da execução do objeto contratual por consórcios públicos;
- XLIX. Aplicar, no TRANSFEREGOV, os recursos creditados na conta vinculada ao Contrato de Repasse em caderneta de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade, e realizar os pagamentos de despesas do Contrato de Repasse também por intermédio do TRANSFEREGOV, observadas as disposições contidas na Cláusula Sétima deste Instrumento;
 - L. Estar ciente de que a CONTRATANTE está autorizada a efetuar o resgate dos saldos remanescentes da conta vinculada ao instrumento, nos casos em que não houver a devolução dos recursos no prazo previsto;
 - LI. Estar ciente sobre a não sujeição ao sigilo bancário, quanto a União e respectivos órgãos de controle, por se tratar de recurso público;
 - LII. Dar ciência da celebração do Contrato de Repasse ao conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver;
 - LIII. Divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
 - LIV. Disponibilizar, em seu sítio oficial na internet, ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do instrumento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, devendo os instrumentos serem separados por ano de celebração, classificados do maior valor para o menor, podendo a disponibilização do extrato na internet ser suprida

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

com a inserção de link na página oficial do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA que possibilite acesso direto ao TRANSFEREGOV;

- LV. Indicar a obrigatoriedade de contabilização e guarda dos bens remanescentes e manifestar compromisso de utilização dos bens para assegurar a continuidade da política pública, estando claras as regras e diretrizes de utilização;
- LVI. Responder, na figura de seus titulares, na medida de seus atos, competências e atribuições o CONTRATADO e solidariamente, quando for o caso, a UNIDADE EXECUTORA, por desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do instrumento;
- LVII. Apresentar, via TRANSFEREGOV, o Plano de Sustentabilidade ou, quando couber, a Declaração de Sustentabilidade do empreendimento ou equipamento a ser adquirido e comunicar ao respectivo Poder Legislativo o compromisso assumido;
- LVIII. Observar as condições para reprogramação estabelecidas na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023, na IN MPDG nº 02, de 24 de janeiro de 2018, e suas alterações;
- LIX. Tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto do Contrato de Repasse.
- LX. Caso seja instalada placa de inauguração de conclusão das obras, garantir sua conformidade com o Manual Visual de Placas e Adesivos de Obras, regulamentado e disponibilizado pelo Governo Federal.
- LXI. Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica do instrumento em instituição financeira oficial;
- LXII. Incluir regularmente no TRANSFEREGOV as informações e os documentos exigidos nas diretrizes programáticas, na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e, se for o caso, na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024, mantendo-o atualizado;
- LXIII. Atender ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021, na Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal, no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto nº 7.983, de 2013, nas diretrizes programáticas, na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e, se for o caso, na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024 e suas alterações, independentemente de formalização de Termo Aditivo ao presente instrumento.
- LXIV. Observar os preceitos constitucionais, a legislação ordinária e as normas complementares aplicáveis, bem como suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3 – A CONTRATANTE transferirá, ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, até o limite do valor dos Recursos de Repasse descrito no item V das CONDIÇÕES GERAIS e de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

3.1 – O CONTRATADO deverá depositar na conta específica do instrumento o valor dos Recursos de Contrapartida descrito no item V das CONDIÇÕES GERAIS, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso, de acordo com os percentuais

11

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br



Contrato de Repasse

e as condições estabelecidas na legislação vigente à conta de recursos alocados em seu orçamento.

3.2 – Os recursos transferidos pela União e os recursos do CONTRATADO destinados ao presente Contrato de Repasse, figurarão no Orçamento do CONTRATADO, obedecendo ao desdobramento por fontes de recursos e elementos de despesa.

3.3 – Quando o valor global inicialmente pactuado se demonstrar insuficiente para a execução do objeto, em função da atualização de preços praticados no mercado, poderão ser:

- I. utilizados saldos de recursos ou rendimentos de aplicação no mercado financeiro;
- II. aportados novos recursos do CONTRATADO; ou
- III. reduzidas as metas e etapas, desde que a redução não comprometa a fruição ou funcionalidade do objeto pactuado.

3.4 – Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta vinculada a este Contrato de Repasse, em agência da CAIXA, isenta de cobrança de tarifas bancárias.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO DE INÍCIO DE OBRA

4 – Não haverá análise nem aceite de termo de referência, anteprojeto, projeto, orçamento, resultado do processo licitatório ou outro documento necessário para o início da execução do objeto.

4.1 – O CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA declaram estar cientes da vedação à transferência de recursos durante o período eleitoral, disposta no artigo 73, inciso VI, alínea "a" da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO, LIBERAÇÃO DE RECURSOS E PAGAMENTOS

5 – A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a sua plena execução, respondendo o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento, não cabendo a responsabilização da CONTRATANTE por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, salvo nos casos em que as falhas decorrerem de omissão de responsabilidade atribuída à CONTRATANTE.

5.1 – No acompanhamento da execução do objeto serão verificados:

- I. A comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
- II. A compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no plano de trabalho, os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

- III. A regularidade das informações registradas pelo CONTRATADO no TRANSFEREGOV;
- IV. O cumprimento das metas do plano de trabalho nas condições estabelecidas;
- V. A conformidade financeira.

5.2 – A CONTRATANTE comunicará ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica apurados durante a execução do instrumento, procedendo o bloqueio de recursos, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

5.3 – A CONTRATANTE reportará decisão quanto à aceitação ou não das justificativas apresentadas e, se for o caso, realizará procedimento de apuração de dano ao erário, ensejando registro de inadimplência no TRANSFEREGOV e imediata instauração de Tomada de Contas Especial.

5.4 – A liberação dos recursos financeiros obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho, respeitando a disponibilidade financeira do Gestor do Programa e atendidas as exigências cadastrais vigentes.

5.4.1 – A liberação de recursos deverá ocorrer preferencialmente em parcela única, estando condicionada a:

I – Registro do processo licitatório pelo CONTRATADO no Transferegov.br;

II – Comprovação do envio pelo CONTRATADO do CTEF ou outro instrumento hábil ao PNCP; e

III – No caso de execução de obras e serviços de engenharia, o registro, no Transferegov.br, dos anteprojetos ou projetos de engenharia, documentos de titularidade de área e de licenciamento ambiental.

5.5 – É vedada a liberação da parcela única ou primeira parcela de recursos para o início de execução do presente Contrato de Repasse caso o CONTRATADO possua instrumentos apoiados com recursos do Governo Federal, no âmbito do mesmo Ministério Concedente, sem execução financeira pelo prazo definido no § 7º do art. 68 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023 ou no § 15 do art. 41 da Portaria Interministerial nº 424/2016.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

5.6 – Os pagamentos realizados pelo CONTRATADO ou UNIDADE EXECUTORA, relativos às despesas de obras executadas com recursos dos instrumentos estão condicionados a:

- a. Inserção do boletim de medição, no TRANSFEREGOV, pela empresa contratada para execução do objeto;
- b. Ateste do boletim de medição pelo fiscal do CONTRATADO OU UNIDADE EXECUTORA;

5.6.1 – O servidor indicado pelo CONTRATADO responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra deverá assinar e carregar no TRANSFEREGOV o relatório de fiscalização referente a cada medição.

5.6.2 – O CONTRATADO deverá verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem aos requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos anteprojetos e dos projetos de engenharia aceitos.

5.6.3 – A execução física será aferida conforme regramento disposto no art. 12 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024 e suas alterações.

5.6.4 – A aferição da execução do objeto, suas metas e fases ou etapas será realizada por meio da verificação da compatibilidade entre o efetivamente executado e o pactuado no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS

6 – As despesas com a execução do objeto do presente Contrato de Repasse correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos contratantes.

6.1 – A emissão do empenho plurianual, quando for o caso, ocorrerá de acordo com determinação específica do Gestor do Programa, com incorporação ao presente Contrato de Repasse mediante Apostilamento.

6.2 – A eficácia deste Instrumento está condicionada à validade dos empenhos, que é determinada por instrumento legal, findo o qual, sem a total liberação dos recursos, o presente Contrato de Repasse fica automaticamente extinto.

6.2.1 – No caso de perda da validade dos empenhos por motivo de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo físico-financeiro poderá ser reduzido, desde que não prejudique a fruição ou funcionalidade do objeto pactuado.

6.2.2 - A classificação orçamentária da despesa, mencionando-se o número e data da nota de empenho e declaração de que, em termos aditivos ou apostilamentos, indicar-se-ão os

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

créditos e empenhos para sua cobertura, de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

7 – Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e suas alterações, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste Instrumento.

7.1 – A programação e a execução financeira deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza e a fonte de recursos, se for o caso.

7.2 – Antes da realização de cada pagamento, o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA incluirá no TRANSFEREGOV, no mínimo, as seguintes informações:

- I. A destinação do recurso;
- II. O nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- III. O contrato a que se refere o pagamento realizado;
- IV. A meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento;
- V. Informações das notas fiscais ou documentos contábeis.

7.3 – Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

7.3.1 – Desde que, justificado pelo CONTRATADO, autorizado pelo Gestor ou pela CONTRATANTE e registrado no TRANSFEREGOV o beneficiário final da despesa, o crédito poderá ser realizado em conta corrente de titularidade do próprio CONTRATADO ou da UNIDADE EXECUTORA, nas hipóteses de:

- a. Questões operacionais que impeçam o pagamento por meio do TRANSFEREGOV, excetuando-se falhas de planejamento;
- b. Ressarcimento ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo Gestor do Programa e em valores além da contrapartida pactuada, desde que tenha havido a emissão da Autorização de Início de Obra – AIO.

7.3.2 – Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação pela instituição financeira depositária, poderá ser realizado pagamento à pessoa física que não possua conta bancária, restrito ao limite individual de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) por beneficiário, levando-se em conta toda a duração do instrumento.

7.4 – Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência do presente Contrato de

Contrato de Repasse

Repasse, permitido o pagamento de despesas posteriormente desde que comprovadamente realizadas na vigência descrita no item VI das CONDIÇÕES GERAIS.

7.5 – Os recursos financeiros do presente instrumento serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

7.5.1 – Os saldos remanescentes, incluídos os provenientes dos rendimentos de aplicações financeiras, serão restituídos à União e ao CONTRATADO, observada a proporcionalidade dos recursos aportados pelas partes, independentemente da época em que foram depositados.

7.5.2 – Na ocorrência de perdas financeiras decorrentes da aplicação dos recursos, que comprometam a execução do objeto contratual, fica o CONTRATADO obrigado ao aporte adicional de contrapartida.

7.5.3 – É permitida a utilização dos rendimentos de aplicação financeira para:

- I. custear valores decorrentes de atualizações de preços, quando o valor global inicialmente pactuado se demonstrar insuficiente;
- II. ampliação de metas e etapas, desde que justificado pelo CONTRATADO e autorizado pelo Gestor ou pela CONTRATANTE;
- III. reconstrução de obras, relacionadas ao objeto pactuado, danificadas em decorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa ou Câmaras Municipais, na hipótese dos estados, Distrito Federal e municípios, respectivamente;
- IV. atualização de preços decorrentes de atualização de data-base, de reajustamento de preços conforme índice previsto no CTEF ou de termo aditivo para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CTEF;
- V. os casos em que houver atraso na liberação das parcelas pelo Gestor ou pela CONTRATANTE.

7.6 – Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Contrato de Repasse, inclusive os provenientes das receitas auferidas em aplicações financeiras, deverão ser restituídos integralmente à UNIÃO FEDERAL, no prazo improrrogável de 30 dias do evento, na forma indicada pela CONTRATANTE na época da restituição, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável.

7.6.1 – Nos casos de descumprimento do prazo previsto no item 7.6, a CONTRATANTE solicitará à instituição financeira albergante da conta vinculada a devolução imediata dos saldos remanescentes à conta única do Tesouro Nacional.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

7.7 – Deverão ser restituídos, ainda, os valores transferidos acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a. Quando não houver qualquer execução física referente ao objeto pactuado neste Instrumento nem utilização de recursos;
- b. Quando for executado parcialmente o objeto pactuado neste Instrumento;
- c. Quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
- d. Quando os recursos forem utilizados em desconformidade com o pactuado neste Instrumento;
- e. Quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 7.5.3;
- f. Quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do contrato celebrado.

7.7.1 – Os recursos que permanecerem na conta vinculada, sem terem sido utilizados pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, serão devolvidos acrescidos do resultado da aplicação financeira nos termos do item 7.5, no prazo de até 30 dias do vencimento da vigência do Contrato de Repasse, da conclusão, distrato, extinção ou rescisão contratual, sob pena da imediata instauração de TCE.

7.7.2 – Nos casos de conclusão, distrato, extinção ou rescisão contratual em que o objeto for executado parcialmente, o CONTRATADO deve devolver os recursos utilizados na parte que não possua funcionalidade, devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta única do Tesouro.

7.7.3 – Para aplicação do item 7.7.2, a funcionalidade da parte executada será verificada pela CONTRATANTE.

7.7.4 – Vencidos os prazos de devolução descritos no item 7.7.1, os valores devem ser devolvidos devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução de recursos, acrescido a esse montante de 1% no mês de efetivação da devolução de recursos à conta única do Tesouro.

7.7.5 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea “c”, os recursos devem ser devolvidos incluindo os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

Contrato de Repasse

7.7.6 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea “d”, será instaurada Tomada de Contas Especial, além da devolução dos recursos liberados devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% no mês de efetivação da devolução dos recursos à Conta Única do Tesouro Nacional.

7.8 – Para fins de efetivação da devolução dos recursos à União, a parcela de atualização referente à variação da SELIC será calculada proporcionalmente à quantidade de dias compreendida entre a data de referência (conforme IN TCU nº 76/2016, art. 9º) e a data de efetivo crédito do montante devido na conta única do Tesouro.

CLÁUSULA OITAVA – DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8 – Os bens remanescentes decorrentes do Contrato de Repasse serão de propriedade do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, quando da sua extinção, desde que vinculados à finalidade a que se destinam.

CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS

9 – O Gestor do Programa é a autoridade competente para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à CONTRATANTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho.

9.1 – Sempre que julgar conveniente, o Gestor do Programa poderá promover visitas *in loco* com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão do Contrato de Repasse, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

9.2 – É prerrogativa da União, por intermédio do Gestor do Programa e da CONTRATANTE, promover a fiscalização físico-financeira das atividades referentes ao Contrato de Repasse, bem como, conservar, em qualquer hipótese, a faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade da execução do objeto, no caso de sua paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

9.3 – As informações relativas à celebração, execução, acompanhamento, fiscalização e de prestação de contas, inclusive àquelas referentes à movimentação financeira dos instrumentos, serão públicas, exceto nas hipóteses legais de sigilo fiscal e bancário e nas situações classificadas como de acesso restrito, consoante o ordenamento jurídico.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO

10 – Obriga-se o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos da CONTRATANTE, tendo como contrapartida conta adequada no

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

passivo financeiro, com subcontas identificando o Contrato de Repasse e a especificação da despesa.

10.1 – As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo fixado no Contrato de Repasse.

10.1.1 – O CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA deverá disponibilizar cópias dos comprovantes de despesas ou de outros documentos à CONTRATANTE sempre que solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11 – A Prestação de Contas referente aos recursos financeiros deverá ser apresentada à CONTRATANTE no prazo descrito no item VI das CONDIÇÕES GERAIS.

11.1 – Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo fixado, a CONTRATANTE estabelecerá o prazo máximo de 45 dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela taxa SELIC.

11.2 – Caso o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA não apresente a prestação de contas nem devolva os recursos nos termos do item anterior, ao término do prazo estabelecido, a CONTRATANTE registrará a inadimplência no TRANSFEREGOV por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

11.3 – Cabe ao representante legal do CONTRATADO prestar contas dos recursos provenientes dos Contratos de Repasse firmados pelos seus antecessores.

11.3.1 – Na impossibilidade de atender ao disposto no item anterior, deve apresentar, à CONTRATANTE, e inserir no TRANSFEREGOV documento com justificativas que demonstrem o impedimento e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

11.3.2 – Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo administrador solicitará a instauração de Tomada de Contas Especial.

11.3.3 – Os casos fortuitos ou de força maior que impeçam o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA de prestar contas dos recursos recebidos e aplicados ensejarão o envio de documentos e justificativas à CONTRATANTE, para análise e manifestação do Gestor do Programa.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECOLHIMENTO DE TARIFAS EXTRAORDINÁRIAS

12 – Haverá a cobrança de tarifa extraordinária do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA nos seguintes casos em que esse(s) for(em) o(s) causador(es) da demanda:

Descrição	Custo Unitário			
	Regime Simplificado	Nível I	Nível II	Níveis III e IV
Reanálise do Plano de Trabalho	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00
Verificação do Resultado do Processo Licitatório inapta ou repetida	R\$ 3.000,00	R\$ 9.200,00	R\$ 12.100,00	R\$ 33.500,00
Manutenção de contrato, cobrada mensalmente após 180 dias sem execução financeira	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Visita ou vistoria in loco em quantidade superior à prevista no Art. 86 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 ou no Art. 12 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024	R\$ 4.500,00	R\$ 8.300,00	R\$ 13.000,00	R\$ 23.000,00
Reabertura de PCF ou TCE	R\$ 800,00	R\$ 4.000,00	R\$ 8.200,00	R\$ 17.100,00
Alteração de cronograma/eventograma	R\$ 1.700,00	R\$ 2.400,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Atualização de orçamento	R\$ 2.400,00	R\$ 4.200,00	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00
Exclusão de meta	R\$ 3.500,00	R\$ 5.500,00	R\$ 8.400,00	R\$ 8.400,00
Ajustes no anteprojeto ou projeto	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00	R\$ 9.600,00	R\$ 9.600,00
Reprogramação de Remanescente de obra	R\$ 5.000,00	R\$ 7.500,00	R\$ 10.600,00	R\$ 10.600,00
Inclusão de meta	R\$ 8.500,00	R\$ 8.500,00	R\$ 12.600,00	R\$ 12.600,00
Alteração de escopo	R\$ 9.000,00	R\$ 14.900,00	R\$ 25.700,00	R\$ 25.700,00

Descrição	Custo Unitário Nível V	
	Valor de Repasse inferior a R\$750.000,00	Valor de Repasse igual ou superior a R\$750.000,00
Reanálise do Plano de Trabalho	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00
Verificação do Resultado do Processo Licitatório inapta ou repetida	R\$ 1.300,00	R\$ 4.000,00
Manutenção de contrato, cobrada mensalmente após 180 dias sem execução financeira	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Visita ou vistoria in loco em quantidade superior à prevista no Art. 86 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 ou no Art. 12 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00
Reabertura de PCF ou TCE	R\$ 900,00	R\$ 1.700,00
Alteração de cronograma/eventograma	R\$ 1.700,00	R\$ 2.400,00
Atualização de orçamento	R\$ 2.400,00	R\$ 4.200,00

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

Descrição	Custo Unitário Nível V	
	Valor de Repasse inferior a R\$750.000,00	Valor de Repasse igual ou superior a R\$750.000,00
Exclusão de meta	R\$ 3.500,00	R\$ 5.500,00
Ajustes no anteprojeto ou projeto	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00
Reprogramação de Remanescente de obra	-	-
Inclusão de meta	R\$ 8.500,00	R\$ 8.500,00
Alteração de escopo	R\$ 2.000,00	R\$ 4.000,00

12.1 – Os valores dos serviços acima constam em tabela disponível no site do TRANSFEREGOV.

12.2 – O comprovante de pagamento da tarifa extraordinária é apresentado à CONTRATANTE previamente à realização do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA AUDITORIA

13 – Os serviços de auditoria serão realizados pelos órgãos de controle interno e externo da União, sem elidir a competência dos órgãos de controle interno e externo do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, em conformidade com o Capítulo VI do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

13.1 – É livre o acesso dos servidores do Gestor e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da CONTRATANTE, aos processos, documentos e informações referentes aos instrumentos e aos locais de execução do objeto.

13.2 – Em sendo evidenciados pelos Órgãos de Controle ou Ministério Público vícios insanáveis que impliquem nulidade da licitação realizada, o CONTRATADO deverá adotar as medidas administrativas necessárias à recomposição do erário no montante atualizado da parcela já aplicada, o que pode incluir a reversão da aprovação da prestação de contas e a instauração de Tomada de Contas Especial, independentemente da comunicação do fato ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

14 – É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela CONTRATANTE, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 dias, contados a partir da autorização da CONTRATANTE para o início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

14.1 – Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do Contrato de Repasse será obrigatoriamente destacada a participação da CONTRATANTE, do Gestor do Programa, bem como o objeto de aplicação dos recursos, observado o disposto no §1º do

21

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

art. 37 da Constituição Federal, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

15 – Este Instrumento produzirá efeitos a partir da assinatura de todas as partes e sua vigência iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á no prazo descrito no item VI das CONDIÇÕES GERAIS, possibilitada a sua prorrogação mediante Termo Aditivo e aprovação da CONTRATANTE, em conformidade com as normas que regulamentam o presente Contrato de Repasse.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DENÚNCIA, RESCISÃO E EXTINÇÃO

16 – O Contrato de Repasse poderá ser:

- I. Denunciado a qualquer tempo, por desistência de qualquer um dos partícipes, ficando responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente do acordo, não sendo admissível obrigatoriedade de permanência ou aplicação de sanção aos denunciantes.
- II. Rescindido, em função das seguintes motivações:
 - a) inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
 - b) constatação de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado; ou
 - c) verificação de circunstância que enseje a instauração de TCE; ou
- III. Extinto, quando não tiver ocorrido repasse de recursos e houver descumprimento das condições suspensivas, nos prazos estabelecidos no instrumento.

16.1 – São exemplos de motivos para rescisão do Contrato de Repasse a constatação pela CONTRATANTE das seguintes situações:

- I. A utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- II. A falsidade ou incorreção de informação de documento apresentado;
- III. A verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;

16.2 – Quando da denúncia ou rescisão do instrumento, o CONTRATADO deverá:

- I. devolver os saldos remanescentes, inclusive aqueles oriundos de rendimentos de aplicações financeiras, em até 30 (trinta) dias; e
- II. apresentar a prestação de contas final em até 60 (sessenta) dias.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

16.3 – A denúncia, rescisão ou extinção deverá ser registrada pela CONTRATANTE no TRANSFEREGOV e publicada no Diário Oficial da União.

16.4 – Os prazos de que trata o item 16.2 deverão ser contados a partir do registro no TRANSFEREGOV.

16.5 – O não cumprimento das disposições de que trata o item 16.2 no prazo previsto ensejará instauração de TCE.

16.6 – Quando da denúncia, rescisão ou extinção do instrumento, o Gestor ou a CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de (60) sessenta dias, contado da data do registro do evento no TRANSFEREGOV, providenciar o cancelamento dos saldos de empenho, independente do indicador de resultado primário.

16.7 - A previsão de extinção obrigatória do instrumento nos casos em que as peças documentais, objeto de cláusula suspensiva, não forem apresentadas no prazo estabelecido no instrumento ou serem rejeitadas, exceto nos casos de despesas, em valor não superior a 5% do valor global do instrumento, para elaboração de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, anteprojetos, projetos básicos e executivos, além daquelas necessárias ao licenciamento ambiental.

16.8 – Para contratos enquadrados no regime simplificado há a faculdade de os partícipes denunciarem ou rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, nos termos do art. 91 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO PROVIMENTO JUDICIAL LIMINAR

17 – A existência de restrição do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA não foi considerada óbice à celebração do presente instrumento, em razão da decisão liminar concedida nos termos especificados no Contrato de Repasse, a qual autorizou a celebração deste instrumento, condicionada à decisão final.

17.1 – Ainda que posteriormente regularizada a restrição apontada no Contrato de Repasse, a desistência da ação ou a decisão judicial desfavorável ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA implicará a desconstituição dos efeitos da respectiva liminar, com a rescisão do presente contrato e a devolução de todos os recursos que eventualmente tenha recebido, atualizados na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

18 – O presente Contrato de Repasse poderá ser alterado mediante proposta, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à CONTRATANTE, em no mínimo 60 (sessenta) dias antes do término da vigência, vedada a alteração do objeto do Contrato de Repasse, exceto para:

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

a) ampliação do objeto pactuado ou redução ou exclusão de meta ou etapa, desde que não desconfigure a natureza do objeto e não haja prejuízo da fruição ou funcionalidade do objeto; e

b) alteração do local de execução do objeto, desde que, no caso de obras, não tenha sido iniciada a execução física.

18.1 – A alteração do prazo de vigência do Contrato de Repasse, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do Gestor do Programa, será promovida “de ofício” pela CONTRATANTE, limitada ao período do atraso verificado, fazendo disso imediato comunicado ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA.

18.2 – A alteração contratual referente ao valor do Contrato de Repasse será feita por meio de Termo Aditivo, ficando a majoração dos recursos de repasse sob decisão unilateral exclusiva do órgão responsável pela concepção da política pública em execução.

18.3 – São vedadas as alterações da Contrapartida que resulte em valores inferiores ou superiores aos limites mínimos e máximos definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

18.4 - O prazo de vigência de que trata o inciso “VI – Prazos” desse instrumento poderá, excepcionalmente, ser prorrogado:

I - no caso de atraso de liberação de parcelas pelo concedente ou mandatária;

II - havendo paralisação ou atraso da execução por determinação judicial, recomendação ou determinação de órgãos de controle ou em razão de caso fortuito ou força maior; ou

III - desde que devidamente justificado pelo conveniente e aceito pelo concedente ou mandatária, nos casos em que o objeto do instrumento seja voltado para:

a) aquisição de equipamentos ou execução de custeio que exijam adequação ou outro aspecto que venha retardar a entrega do bem; ou

b) execução de obras que não puderam ser iniciadas ou que foram paralisadas por eventos imprevisíveis.

18.4.1 A prorrogação em questão deverá ser compatível com o período em que houve o atraso e deverá ser viável para conclusão do objeto pactuado.

18.4.2 A prorrogação de ofício da vigência do instrumento, estabelecida no item 18.1 desta cláusula, prescinde de prévia análise da área jurídica do concedente ou da mandatária.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS VEDAÇÕES

19 – Ao CONTRATADO é vedado:

- I. Realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
- II. Alterar o objeto do contrato de repasse, exceto para as situações a seguir, desde que previamente aprovadas pela CONTRATANTE:
 - a) ampliação do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta ou etapa, desde que não desconfigure a natureza do objeto e não haja prejuízo da fruição ou funcionalidade do objeto; e
 - b) alteração do local de execução do objeto, desde que, no caso de obras, não tenha sido iniciada a execução física.
- III. Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;
- IV. Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo Gestor e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;
- V. Pagar, a qualquer título, empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, dos partícipes, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;
- VI. Efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência.
- VII. Realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- VIII. Realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho;
- IX. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal do órgão ou entidade pública da Administração Direta ou Indireta, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- X. Realizar pagamentos de diárias e passagens a militares, servidores e empregados públicos da ativa, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal;
- XI. Transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar, quando for o caso;
- XII. Computar receitas oriundas dos rendimentos de aplicações no mercado financeiro como contrapartida;
- XIII. Adotar o regime de execução direta;

Contrato de Repasse

- XIV. Utilizar licitação cujo edital tenha sido publicado antes da assinatura do presente Contrato de Repasse ou da emissão Laudo de Análise Técnica, que consubstancia a análise técnica de engenharia e a análise documental de objeto que envolva obra, conforme previsto na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023.
- XV. Celebrar parcerias com entidades impedidas de receber recursos federais;

19.1 – Os custos de análise das alterações do objeto originalmente pactuado, se houver, nos casos de contrato de repasse, serão de responsabilidade exclusiva do CONTRATADO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

20 – Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução do Contrato de Repasse deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

20.1 – As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Contrato serão consideradas como regularmente feitas se inseridas no TRANSFEREGOV ou entregues por carta protocolada, telegrama, fax ou correspondência eletrônica, com comprovante de recebimento, nos endereços descritos no item VIII das CONDIÇÕES GERAIS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA DIVULGAÇÃO DE DADOS PESSOAIS SEGUNDO A LGPD

21 – Em observância aos preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD – Lei 13.709/2018, os signatários autorizam a divulgação de seus dados pessoais constantes neste instrumento para fins de publicidade e transparência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

22 – As partes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, sempre que viável, à tentativa de conciliação perante a Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Federal (CCAF), da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.140, de 2015, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e do Decreto nº 11.174, de 16 de agosto de 2022. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Contrato de Repasse, o foro da Justiça Federal, descrito no item VII das CONDIÇÕES GERAIS, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Contrato de Repasse

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele, sendo extraídas as respectivas cópias, que terão o mesmo valor do original.

Bauru, 26 de setembro de 2025
Local/Data

Assinatura da CONTRATANTE
Nome: SERGIO AMADEO

Matrícula Funcional nº c069322

Assinatura do CONTRATADO
Nome: VINICIUS ALMEIDA
CAMARINHA

Matrícula Funcional nº 143049/2

Testemunhas

Nome: HENRIQUE VILLAS BOAS
MANOEL

Matrícula Funcional: C081306

Nome: GABRIELA CRISTINA LIBANORI
SAYED

Matrícula Funcional: C118382

Assinatura do Supervisor ou Coordenador
(Contrato em Conformidade)

Nome: JAIRO RUBENS DE OLIVEIRA
LISBOA

Matrícula Funcional: C095568

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br



Assinado por 1 pessoa: HÉLIDE MARIA PARRERA

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marilia.1doc.com.br/verificacao/64B0933097864B87215810F09E4E930426D06880B72F1F>

ANEXO III

Plano de Trabalho



REFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Tel: (14) 3401-2450 Av. Santo Antônio, 721 – Centro – CEP: 17500-070

Plano de Trabalho – 2025

JUSTIFICATIVA

1. Descrição do Objeto

Modernização do banco de Alimentos no Município de Marília/SP

2. Caracterização de Interesse Recíproco

O Banco Municipal de Alimentos é um órgão público vinculado à Secretaria de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura Municipal de Marília. Sua atuação é voltada ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social, devidamente cadastradas no Cadastro Único e aptas ao recebimento do benefício do Programa Bolsa Família. O serviço visa facilitar o acesso regular a alimentos saudáveis, fornecendo, em média, 7 kg (sete quilos) de alimentos por semana por família.

O Banco de Alimentos é um setor público vinculado a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social pertencente à Prefeitura Municipal de Marília. Atende famílias em situação de vulnerabilidade social com cadastro único ativo e que esteja apta ao Bolsa Família facilitando o acesso dessas aos alimentos saudáveis, recebendo em torno de cinco quilos por semana Alimentos que tenham preservadas sua integridade e segurança sanitária com suas propriedades nutricionais e sensoriais.

Os alimentos distribuídos apresentam integridade física e segurança sanitária preservadas, bem como propriedades nutricionais e sensoriais adequadas ao consumo. O principal objetivo do Banco de Alimentos é arrecadar produtos que, mesmo tendo perdido seu valor comercial, encontram-se em perfeitas condições nutricionais, promovendo, assim, o aproveitamento adequado desses alimentos.

Dessa forma, busca-se facilitar o acesso a alimentos de qualidade por parte de famílias em situação de vulnerabilidade social, considerando o alto custo desses itens no mercado. A iniciativa contribui diretamente para a redução da insegurança alimentar e fomenta hábitos alimentares saudáveis por meio da oferta de alimentos in natura.

3. Público Alvo

O Banco Municipal de Alimentos de Marília tem como público-alvo famílias de baixa renda em situação de elevada vulnerabilidade social e insegurança alimentar, devidamente cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico) e com benefício ativo do Programa Bolsa Família.

Além das famílias, o Banco também atende aos serviços e programas vinculados à Secretaria de Assistência Social e Cidadania, bem como às entidades socioassistenciais que prestam atendimento a públicos específicos, como crianças, idosos, pessoas em situação de rua e pacientes acometidos por enfermidades graves, contribuindo com o fornecimento de alimentos seguros e nutritivos.

O atendimento é pautado no princípio da equidade, buscando oferecer suporte de forma igualitária e comprometida, diante dos desafios impostos pelas diversas expressões da desigualdade social.

O Banco Municipal de Alimentos de Marília tem como público alvo atender famílias de baixa renda, situação de alta vulnerabilidade social e de insegurança alimentar cadastradas no CADÚnico e com Bolsa Família ativo e todos os serviços que estão vinculados à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social de maneira igualitária e desafiadora.

4. Resultados esperados

O Banco Municipal de Alimentos tem como finalidade atender às demandas dos serviços vinculados à Secretaria de Assistência Social e Cidadania, bem como das entidades socioassistenciais e dos beneficiários do Programa Bolsa Família com cadastro ativo, priorizando famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional identificadas através de avaliação técnica dos profissionais envolvidos no atendimento a esta população. O atendimento é aberto à população em geral, independentemente da região de origem. A unidade está localizada na Rua Catanduva, nº 611, bairro Alto Cafezal, na região centro-oeste do município de Marília/SP.

Com a implementação e modernização da estrutura do Banco Municipal de Alimentos, espera-se ampliar significativamente a capacidade de atendimento, alcançando aproximadamente 500 (quinhentas) famílias em situação de vulnerabilidade social, além, no mínimo, 20 (vinte) entidades socioassistenciais que atuam com públicos diversos. Essa ampliação também permitirá o fortalecimento e a diversificação das parcerias com centrais de distribuição, redes de supermercados e mercados, hortas comunitárias, propriedades rurais privadas, feirantes, produtores locais, entre outras organizações públicas ou privadas.

O foco será na articulação com instituições comprometidas com a sustentabilidade, responsabilidade social e práticas alinhadas aos princípios ESG (Environmental, Social and Governance).

Através da implementação e modernização do Banco de Alimentos será possível atender maior quantidade de usuários, podendo chegar em torno de 500 (quinhentos) famílias e pelo menos 20 (vinte) entidades socioassistenciais.

5. Relação entre a proposta e os objetivos e diretrizes do programa

A principal demanda a ser enfrentada pelo Banco Municipal de Alimentos é a ampliação de sua capacidade de atendimento, por meio do fortalecimento de parcerias com novos doadores. Para que essa expansão seja viável, torna-se imprescindível a adequação da estrutura física às normas sanitárias vigentes, bem como a aquisição de novos equipamentos, utensílios mobiliários e veículo apropriado para o transporte seguro dos alimentos.

Além disso, há a necessidade de promover o Banco como espaço de reflexão, pesquisa e debate sobre questões relacionadas à fome, à segurança alimentar e nutricional, bem como aos instrumentos voltados à sua erradicação. Também se busca a implementação de cursos de capacitação, voltados à disseminação de técnicas de aproveitamento integral dos alimentos e à redução ou eliminação de desperdícios.

A ideia é que amplie as centrais de distribuição redes de supermercados e mercados hortifrut e fazenda privada feirantes produtores entre outras empresas públicas ou privadas do ramo da alimentação ou de outros setores com foco em sustentabilidade responsabilidade social e práticas ESG ((Ambientais, Sociais e de Governança) através de uma infraestrutura melhor adaptada com ampliação do mesmo e equipamentos adequados para atender maior quantidade de famílias usuárias do CadÚnico apta ao Bolsa Família em situação de insegurança alimentar.

6. Estimativa de recursos Financeiros

A presente proposta possui valor global estimado em R\$ 722.454,17 (setecentos e vinte e dois mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e dezessete centavos), sendo:

Repasse (Concedente): R\$ 610.752,37 (seiscentos e dez mil setecentos e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos).

Contrapartida Financeira (Conveniente): R\$ 111.701,80 (cento e onze mil reais, setecentos e

um e oitenta centavos).

7. Previsão de Prazo para a execução do objeto

O prazo previsto para a execução integral do objeto desta proposta é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da liberação dos recursos e/ou da assinatura do instrumento formal de parceria, conforme regulamentação vigente.

Data Proposta, atualizada em 25/06/2025:

Início da Vigência: 25/08/2025

Término da Vigência: 15/06/2025

8. Capacidade Técnica e Gerencial do Proponente

O Município de Marília, possui Capacidade Técnica e Gerencial para execução do Objeto. Em atendimento ao artigo 18, inciso V, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023, declara-se que a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Marília/SP dispõe de equipe técnica e gerencial composta por profissionais qualificados, com formação específica e experiência comprovada na execução de projetos voltados à segurança alimentar e nutricional.

A equipe atual responsável pela gestão e operação do Banco Municipal de Alimentos composta por:

- 01 Nutricionista – CRN 3ª Região nº 12945: responsável pelo planejamento e execução das ações de Segurança Alimentar;
- 01 Coordenadora – Matrícula nº 136832: com formação em Gestão Pública e Ciências Contábeis, responsável pelo acompanhamento técnico- gerencial das atividades do Setor de Segurança Alimentar;
- 01 Auxiliar de Coordenação – Matrícula nº 14698602: com formação em Direito e Ciências Sociais, responsável pelos processos administrativos do setor;
- 01 Auxiliar de Serviços Gerais – Matrícula nº 4572101: responsável pela limpeza e higienização dos ambientes vinculados ao Banco de Alimentos;
- 01 Motorista – Matrícula nº 13933501: responsável pela coleta e transporte dos alimentos doados;
- 04 Prestadores de Serviço: oriundos do Sistema Prisional, encaminhados por meio de convênio formalizado entre o Município de Marília e o Governo do Estado de São Paulo.

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portal.1doc.com.br/verificacao/8430927966499725> e informe o código 844E39426570366B72F1F

- Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portal.1doc.com.br/verificacao/8430927966499725> e informe o código 844E39426570366B72F1F

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portal.1doc.com.br/verificacao/8430927966499725> e informe o código 844E39426570366B72F1F

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portal.1doc.com.br/verificacao/8430927966499725> e informe o código 844E39426570366B72F1F

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portal.1doc.com.br/verificacao/8430927966499725> e informe o código 844E39426570366B72F1F

- Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portal.1doc.com.br/verificacao/8430927966499725> e informe o código 844E39426570366B72F1F

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portal.1doc.com.br/verificacao/8430927966499725> e informe o código 844E39426570366B72F1F

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portal.1doc.com.br/verificacao/8430927966499725> e informe o código 844E39426570366B72F1F

- Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portal.1doc.com.br/verificacao/8430927966499725> e informe o código 844E39426570366B72F1F

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portal.1doc.com.br/verificacao/8430927966499725> e informe o código 844E39426570366B72F1F

valor de R\$ 320.000,00 (Repasse);

etapa 2 - voltada à aquisição de novos equipamentos e mobiliários, totalizando R\$ 125.442,32.

etapa 3 - destinada à aquisição de veículo refrigerado, no valor de R\$277.011,85, sendo:

R\$ 165.310,05 (repasse)

R\$ 111.701,80 (contrapartida)

O valor global previsto para execução do objeto é de **R\$ 722.454,17** (setecentos e vinte e dois mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e dezessete centavos).

Marília, 25 de Junho de 2025.

VINÍCIUS ALMEIDA CAMARINHA

Prefeito Municipal de Marília



Assinado por 1 pessoa: HÉLIDE MARIA PARRERA

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marlia.1doc.com.br/verificacao/E4E0A22D97B64B9B721E4E8D4D5D9566B72F1F>

ANEXO IV

Plano de Aplicação Detalhado



	Valor total	Com Recurso do instrumento	Contrapartida em bens/serviços	Rend. Aplicação
TOTAL em Bens				
TOTAL em Tributos	R\$ 396.820,84	R\$ 396.820,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL em Obras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL em Serviços	R\$ 320.000,00	R\$ 320.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL em Outros	R\$ 5.633,33	R\$ 5.633,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL em Despesa Administrativa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL GERAL	R\$ 722.454,17	R\$ 722.454,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E4BD-D5D9-B64B-DF1F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



HÉLIDE MARIA PARRERA (CPF 407.XXX.XXX-37) em 01/04/2026 16:28:55 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://marilia.1doc.com.br/verificacao/E4BD-D5D9-B64B-DF1F>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 84E9-9424-7C54-9B72

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



HÉLIDE MARIA PARRERA (CPF 407.XXX.XXX-37) em 27/04/2026 12:00:34 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://marilia.1doc.com.br/verificacao/84E9-9424-7C54-9B72>